



Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

**LUTA PELA TERRA: SENTIDOS E IDEOLOGIAS DO TRABALHO NO
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA**

Mariana Souza Batista

Natal/RN

2025

Mariana Souza Batista

LUTA PELA TERRA: SENTIDOS E IDEOLOGIAS DO TRABALHO NO MOVIMENTO
DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

Dissertação de mestrado elaborada sob orientação do Prof. Dr. Fellipe Coelho Lima e apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito à obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Natal/RN

2025

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes -
CCHLA

Batista, Mariana Souza.

Luta pela terra : sentidos e ideologias do trabalho no
Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra / Mariana Souza
Batista. - Natal, 2025.
175 f.: il. color.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande
do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa
de Pós-Graduação em Psicologia, Natal, RN, 2024.
Orientação: Prof. Dr. Fellype Coelho-Lima.

1. Questão agrária - Dissertação. 2. Movimentos sociais -
Dissertação. 3. Ideologia - Dissertação. 4. Marxismo -
Dissertação. 5. Psicologia Histórico-Cultural - Dissertação. I.
Coelho-Lima, Fellype. II. Título.

RN/UF/BS-CCHLA

CDU 316.334.22



Universidade Federal do Rio Grande do Norte
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ATA Nº 458

Aos vinte dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e cinco, às quatorze horas e trinta minutos, por meio híbrido, foi instalada a Comissão Examinadora responsável pela avaliação da dissertação de mestrado: "Luta pela terra: Sentidos e Ideologias do trabalho no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra", apresentada pela mestranda MARIANA SOUZA BATISTA ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, como parte dos requisitos para a obtenção do título de MESTRE EM PSICOLOGIA. A Comissão Examinadora foi presidida pelo professor orientador FELLIPE COELHO LIMA e contou com a participação da professora doutora FERNANDA FERNANDES GURGEL, na qualidade de examinadora externa ao programa, como também do professor doutor FERNANDO LACERDA JÚNIOR, na qualidade de examinador externo à instituição. A sessão teve a duração de três horas e a mestranda foi considerada:
(x)aprovada ()reprovada

Dr. FERNANDO LACERDA JÚNIOR, UFG

Examinador Externo à Instituição

Dra. FERNANDA FERNANDES GURGEL, UFRN

Examinadora Externa ao Programa

Dr. FELLIPE COELHO LIMA, UFRN

Presidente

MARIANA SOUZA BATISTA

Mestranda

Aos meus avós, trabalhadores do campo,
Rita e Sebastião (*in memoriam*),
Maria do Céu e João Rocha.

Eram emigrantes expulsos do outro latifúndio – o do açúcar – este bem mais protegido pela lei, onde não podia haver invasões de terras. O que havia era o regime do arroxo, do trabalho esfalfante no eito da cana, sem tempo nem permissão para se plantar um só pé de milho ou de feijão para ajudar a matar a fome da família.
Homens e Caranguejos – Josué de Castro

*Yo pregunto a los presentes
Si no se han puesto a pensar
Que esta tierra es de nosotros
Y no del que tenga mas*

*Yo pregunto si en la tierra
Nunca habrá pensado usted
Que si las manos son nuestras
Es nuestro lo que nos den*

*A desalambrar A desalambrar
Que la tierra es nuestra
Tuya y de aquel
De Pedro y Maria
De Juan y Jose
A desalambrar – Víctor Jara*

Agradecimentos

Em alusão ao desenvolvimento humano, Vigotski profere uma de suas mais célebres frases: “através dos outros, tornamo-nos nós mesmos.” Essa reflexão evidencia a essência coletiva da existência humana, marcada pelo intercâmbio e pela interdependência entre os sujeitos. No campo da construção do conhecimento, essa perspectiva não poderia ser diferente. Realizar pesquisa, para mim, consistiu em estar no encontro e nas trocas com o outro. Por isso, destaco as muitas mãos que me auxiliaram ao longo desses dois anos de mestrado, expressando aqui meus mais profundos agradecimentos.

Às trabalhadoras e aos trabalhadores Sem Terra das Comunas Fidel Castro e Sabaia, que, mesmo em meio às intensas jornadas de luta, acolheram-me em seu cotidiano e compartilharam valiosos ensinamentos sobre terra, resistência e vida coletiva. Foi uma honra construir essa pesquisa *com* vocês!

Ao meu orientador Fellipe Coelho-Lima, agradeço pelos seus importantes direcionamentos e comprometimento em cada etapa desta pesquisa, o que me possibilitou debater temas tão significativos para minha formação acadêmica e política. Fellipe ministrou a minha primeira aula no curso de Psicologia e, desde então, inspiro-me na sua forma de valorizar os coletivos e de ver a potencialidade daqueles que estão ao seu redor.

Às professoras Marcela Rosa, Joyce Costa, Symone Melo, Tatiana Minchoni e ao professor Fernando Santana de Paiva, muito obrigada pela leitura atenta e as pontuações realizadas durante as qualificações. Dedico também meus agradecimentos ao professor Fernando Lacerda Júnior por continuar contribuindo com este estudo, participando da banca de defesa desta dissertação.

À professora Fernanda Fernandes Gurgel, agradeço a sua disponibilidade para avaliar este trabalho na banca final. Ressalto ainda que sou grata por você ter me apresentado, ainda na graduação, uma Psicologia que se alinha aos interesses das maiorias populares, principalmente, aos povos do campo. Obrigada pela parceria que viemos construindo desde então, espero que ela perdure por muitos anos e projetos. Agradeço a Rafaele de Araújo Pinheiro por ter aceitado gentilmente participar da banca de defesa na condição de suplente, mas também pela sua prontidão em tirar diversas dúvidas que surgiram durante esse processo. Expresso ainda minha profunda gratidão ao professor Alex Alverga, cuja orientação me proporcionou a oportunidade de estagiar no MST no último ano da graduação. Suas constantes reflexões éticas e políticas foram fundamentais para minha trajetória até aqui.

Agradeço a todas as pessoas que compõem o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (GEPET), por me mostrarem como é possível fazer ciência contestando a lógica individualista da academia. Em especial, destaco as queridas Mabel, Kim, Vitória, Margarida, Heloísa e Wilma, que estiveram sempre dispostas a contribuir coletivamente. Sou grata ao Grupo de Pesquisa Marxismo e Educação (GPME), sobretudo, à professora Isabel Fernandes, por ter me possibilitado entrar em contato com o mundo da pesquisa através do método de Marx.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que concedeu a bolsa para a realização deste trabalho.

A Marcos Vinícius, companheiro de vida, agradeço à sua maneira de me acolher nos momentos mais angustiantes desse processo e por continuamente me encorajar a seguir meus planos. Obrigada pelas leituras e escutas das diversas versões desta dissertação, suas críticas e apontamentos foram essenciais.

À minha família, meu ponto de afeto e motivação. Aos meus pais, Mônica Solange e João Batista, agradeço por acreditarem em mim infinitamente e por sempre brilharem os olhos a cada conquista que alcanço. Tudo o que sou e que ainda me tornarei, devo a vocês! Sem o apoio incondicional deles, nenhuma das páginas que se seguem seriam possíveis.

Aos meus avós maternos e paternos, Maria do Céu e João Rocha, Rita e Sebastião (*in memoriam*), que cultivaram em mim o amor pela terra e me guiam pelo exemplo de força e solidariedade. Às minhas tias Neuma, Lena e Andreia por estarem constantemente presentes e torcendo por mim.

Às minhas amigas-irmãs do Espaço Dialético, Ana Carolina e Mayara Porto: juntas, não apenas mergulhamos no aprendizado da psicologia histórico-cultural, mas também construímos uma amizade tão profunda que hoje não consigo me imaginar sem vocês. Obrigada por serem minha rede de apoio em tantos momentos ao longo desse processo.

Aos amigos que compartilhei o cotidiano da pós-graduação, Amanda, Bia, Giovanni, Helô, Luan, Samara, Thainá e Wesley, ressalto o amor, a leveza e as gargalhadas que vocês trouxeram nesse percurso. Agradeço novamente à Thainá, por ter me acolhido em sua casa durante as idas a Ceará-Mirim, obrigada por todo o carinho e cuidado!

À Cecília, uma amiga que me ensina sobre amizade, de uma risada e generosidade inigualável, obrigada por todo companheirismo e apoio desses dois últimos anos. A Rodolfo e Denise, reconheço a parceria que construímos desde o ensino médio, o incentivo e as leituras atentas de vocês foram fundamentais nessa caminhada. A Gil, por dispor do seu tempo a ler e

opinar sobre pontos cruciais deste trabalho. À Vanda, obrigada por sempre que possível se juntar a mim para um cafezinho, esses momentos me salvaram em meio à correria.

Por fim, agradeço a Deus pela oportunidade da vida e por me permitir todos esses encontros.

Sumário

Resumo.....	12
Abstract.....	13
Lista de figuras.....	14
Lista de tabelas.....	15
Introdução	16
1. Trabalho, Ideologia e Psicologia Histórico-Cultural	20
1.1 O trabalho como categoria fundante do ser social.....	22
1.2 Psicologia histórico-cultural, a unidade sentido-significado e o metabolismo da ideologia na consciência	29
1.3 Classes sociais, trabalho no capitalismo e o papel da ideologia.....	36
1.4 Ideologias do trabalho.....	43
2. Capitalismo dependente, questão agrária brasileira e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	50
2.1 Da colonização à economia dependente: a formação social brasileira	50
2.2 Questão agrária, superexploração do trabalho e dialética da dependência brasileira: da modernização conservadora ao agronegócio	61
2.3 O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: trabalho e luta de classes	71
3. Ideologias e sentidos do trabalho: procedimentos metodológicos	93
3.1 Estudo de caso ampliado.....	96
3.2 Território e participantes da pesquisa: uma caracterização	97
3.3 Construção de dados	101
3.4 Procedimentos de análise dos dados	106
3.5 Cuidados éticos.....	108
4. Sentidos e Ideologias do Trabalho no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.....	110
4.1 Aspectos biográficos da trajetória no trabalho e no MST	111
4.2 Sentidos do trabalho.....	123
4.3 Contexto de trabalho no MST.....	134
4.4 Envolvimento nas lutas e projetos	142
4.5 Características das ideologias do trabalho no cotidiano dos trabalhadores Sem Terra	146
4.5.1 Ideologia do assalariamento	147

4.5.2 Ideologia do trabalho por conta própria	150
4.5.3 Ideologia do trabalho no MST.....	152
Considerações finais.....	158
Referências.....	161
Apêndice.....	171

Resumo

Esta pesquisa objetivou analisar as características das ideologias do trabalho presentes no cotidiano dos trabalhadores Sem Terra das Comunas Fidel Castro e Sabaia, localizadas em Ceará-Mirim/RN. Guiado pelo materialismo histórico e dialético e pela psicologia histórico-cultural, o estudo em questão buscou ir além de uma descrição do trabalho no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ao identificar os discursos que orientam as práticas dos participantes, inseridos em uma sociedade permeada por conflitos e contradições em torno do trabalho. No atual cenário brasileiro, o MST se torna o principal opositor do agronegócio em razão de mobilizar a luta de classes, disputando a produção alimentar e as relações de trabalho, através da agroecologia e cooperação. Nesse contexto, através da observação participante e entrevistas semiestruturadas, dialogamos com 10 trabalhadores Sem Terra. Com os sentidos expressos nesses momentos, apreendemos as ideologias responsáveis por direcionar a consciência e ação dos participantes em relação ao conflito capital-trabalho no cenário da luta pela terra. Foram três as ideologias identificadas: a) ideologia do assalariamento; b) ideologia do trabalho por conta própria e c) ideologia do trabalho no MST. Embora as duas primeiras ideologias se manifestem no cotidiano dos participantes para conservar o caráter abstrato do trabalho, observamos também um constante movimento de crítica a elas, sustentado na comparação com o trabalho desenvolvido no MST. A ênfase nos afetos que permeiam a relação com a terra, aliada à valorização da possibilidade de produzir e acessar alimentos saudáveis como fruto do próprio trabalho, contrapõe-se diretamente à concepção do trabalho como um simples meio de obtenção de renda. Dessa forma, consideramos que a ideologia do trabalho no MST promove novas significações tanto para o trabalho quanto para a vida, apontando caminhos para a construção de uma alternativa que desafia as imposições do capital.

Palavras-chaves: questão agrária; movimentos sociais; ideologia; marxismo; psicologia histórico-cultural.

Abstract

This research aimed to analyze the characteristics of the work ideologies present in the daily lives of landless workers in the Fidel Castro and Sabaia Communes, located in Ceará-Mirim/RN. Guided by historical and dialectical materialism and historical-cultural psychology, the study in question sought to go beyond a description of work in the Landless Workers' Movement (MST), by identifying the discourses that guide the practices of the participants, inserted in a society permeated by conflicts and contradictions around work. In the current Brazilian scenario, the MST has become the main opponent of agribusiness because it mobilizes the class struggle, disputing food production and labor relations, through agroecology and cooperation. In this context, through participant observation and semi-structured interviews, we spoke with 10 landless workers. With the meanings expressed in these moments, we learned the ideologies responsible for directing the consciousness and action of the participants in relation to the capital-labor conflict in the scenario of the struggle for land. Three ideologies were identified: a) ideology of wage labor; b) ideology of self-employment and c) ideology of work in the MST. Although the first two ideologies are manifested in the daily lives of participants to preserve the abstract nature of work, we also observe a constant movement of criticism towards them, sustained by the comparison with the work developed in the MST. The emphasis on the affections that permeate the relationship with the land, combined with the valorization of the possibility of producing and accessing healthy food as a result of one's own work, directly contrasts with the conception of work as a simple means of obtaining income. Thus, we believe that the ideology of work in the MST promotes new meanings for both work and life, pointing out paths for the construction of an alternative that challenges the impositions of capital.

Keywords: agrarian question; social movements; ideology; marxism; historical-cultural psychology.

Lista de figuras

<i>Figura 1.</i> Confrontação de tipos de trabalho através da apresentação de imagens.....	102
<i>Figura 2.</i> Trabalhadora Sem Terra e sua plantação no quintal produtivo.....	127
<i>Figuras 3 e 4.</i> O colorido dos quintais produtivos.....	128

Lista de tabelas

<i>Tabela 1.</i> Informações sociolaborais dos participantes.....	97
<i>Tabela 2.</i> Atividades de campo.....	99
<i>Tabela 3.</i> Eixos de pesquisa.....	101
<i>Tabela 4.</i> Unidade do estudo.....	105
<i>Tabela 5.</i> Eixos, categorias e subcategorias de análise.....	107

Introdução

Cheiro forte de fumaça, solo enegrecido e o som distante da sirene da polícia militar. Eram as marcas deixadas pelo fogo que ardia a vegetação nativa, abrindo caminho para os vastos campos de cana-de-açúcar, alternando-se, ora com as plantações de eucalipto, ora com os rebanhos de gado. Essa imagem marcou muitos dos trajetos que me conduziram a Ceará-Mirim/RN, território responsável por abrigar o *locus* desta pesquisa e que, outrora, foi moldado pela presença de engenhos e usinas. Hoje, as queimadas que compõem sua entrada são resultados da atuação do agronegócio.

Segundo Machado e Machado Filho (2014), o agronegócio é uma das principais causas das atuais catástrofes sociais. Com o pretexto da modernização da agricultura, esse modelo foi instaurado como desdobramento da chamada revolução verde dos anos 1960, que, por sua vez, dilacerou práticas camponesas sustentáveis para impor sua lógica produtiva destrutiva (Santos, 2015). Embora se apresentasse como moderno, esse processo se revelou conservador, ao manter a concentração de terras em latifúndios e a superexploração da força de trabalho. Além disso, trouxe consequências devastadoras para o solo e o meio ambiente, devido aos padrões tecnológicos, baseados no uso intensivo de agrotóxicos e transgênicos.

Essa ação destrutiva é apoiada pelo Estado sob a justificativa de impulsionar o Produto Interno Bruto (PIB) e manter o equilíbrio da balança comercial (Santos, 2015). Nesse cenário, a posição de dependência do Brasil na divisão internacional do trabalho é perpetuada, uma vez que a burguesia agrária submete os interesses nacionais à dinâmica do capital estrangeiro (Marini, 2017). Dessa maneira, o agronegócio monopoliza o uso da terra, priorizando a produtividade voltada para a exportação de matérias-primas na forma de *commodities* (Luce, 2012). Como consequência, as áreas destinadas à policultura e de alimentos comercializados internamente são progressivamente expropriadas, contribuindo para o avanço da fome no

cotidiano dos brasileiros, tendo em vista a estagnação dos salários e o aumento dos custos da cesta básica (Paiva, Souza & Cardoso, 2021).

Diante desse cenário, a questão agrária brasileira, além de favorecer a relação capital-trabalho, ainda se liga intrinsecamente à questão ambiental. As queimadas que observei nos trajetos a Ceará-Mirim/RN se repetem em todos os biomas brasileiros, uma vez que o fogo se torna uma arma barata para desmatar a floresta e expulsar os povos do campo (Goldfarb, 2024). Apesar dessa ação ser uma das estratégias para a sua expansão, o agronegócio oculta sua essência ao se promover como aquele que superou o atraso dos latifúndios, através da tecnologia e de um suposto compromisso com a sustentabilidade. Com esse discurso, busca convencer a sociedade de que é a via de desenvolvimento capaz de atender os interesses e necessidades de todos, com base em sua alta produtividade e rentabilidade (Santos, 2015).

A negação de alternativas produtivas no contexto brasileiro evidencia como a ideologia dominante atua para preservar a ordem do capital. Ao se universalizar como solução para todos os interesses, o agronegócio rejeita a dimensão sócio-histórica da realidade e se impõe como o único meio legítimo de produção. Consequentemente, é comum presenciarmos uma dinâmica social que naturaliza as mudanças climáticas ou aceita a fome como um destino inevitável. Para Martin-Baró (2017), tais concepções são resultantes do fatalismo, que corresponde a materialização das ideias das classes dominantes, encarregadas de submeter as classes oprimidas ao conformismo diante das desigualdades sociais.

No último ano da minha graduação em Psicologia, em 2022, deparei-me frequentemente com esses discursos fatalistas, especialmente, porque era um contexto marcado pelas consequências devastadoras da pandemia de Covid-19. Nesse cenário, discursos que enfatizavam a impossibilidade de mudança se tornaram cada vez mais frequentes, reforçando a sensação de impotência diante da realidade. Tudo parecia convergir para a célebre frase de

Mark Fisher, em Realismo Capitalista: “é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo”.

O incômodo diante desse contexto me levou a estagiar no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), uma experiência que se revelou como um sopro de esperança em meio a um cenário marcado pela desmobilização social. Durante esse período, percebi como o Movimento não se detém apenas à conquista pela terra, já que se arma ideologicamente, a partir da agroecologia e cooperação, a fim de confrontar a ação destrutiva do modelo agroexportador de produção. Essa contraposição me despertou as inquietações sobre como os discursos do MST são incorporados no cotidiano de seus participantes e até que ponto conseguem questionar a superexploração da força de trabalho e a dominação do agronegócio.

Os efeitos desse questionamento suscitaram na presente pesquisa, que tem como objetivo geral analisar as características das ideologias do trabalho presentes no cotidiano dos trabalhadores Sem Terra. Partindo da perspectiva de Lukács (2013), consideramos que o conceito de ideologia não está relacionado à sua veracidade ou falsidade, mas ao seu caráter ontológico, que orienta a ação dos sujeitos em meio aos conflitos sociais. Sob a ótica da Psicologia Histórico-Cultural, apreendemos que a materialização dessa categoria para os sujeitos não ocorre como uma simples reprodução mecânica, mas é mediada por um complexo processo de internalização, explicado pela unidade entre sentido e significado (Coelho-Lima, Varela & Bendassolli, 2021).

Nessa relação, os sentidos pertencem à dimensão singular dos indivíduos e, segundo Vigotski (2009), são responsáveis por atribuir novas representações aos significados, desempenhando um papel central na reorganização das funções psicológicas superiores. Desse modo, a justificativa deste estudo reside na compreensão de que as ideologias não são meramente reproduzidas pelos sujeitos, mas recriadas ativamente, na medida que estes

interagem com a realidade e atribuem novos sentidos aos discursos sociais, com base em suas necessidades e circunstâncias históricas.

Assim, a organização da presente dissertação está dividida em quatro capítulos, além desta introdução e considerações finais. O capítulo 1 *Trabalho, Ideologia e Psicologia Histórico-Cultural* corresponde a uma síntese dos fundamentos teóricos que sustentaram a elaboração deste estudo, dando ênfase na dinâmica da ideologia, que se relaciona tanto com o trabalho como categoria fundante do ser social, bem como na sua expressão abstrata como consequência do capitalismo. No capítulo 2, *Capitalismo dependente, questão agrária brasileira e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, abordamos as implicações da dependência do capitalismo brasileiro e a resistência do MST a essa realidade.

No capítulo 3, *Ideologias e Sentidos do Trabalho: Procedimentos Metodológicos*, apresentamos o método que orientou este estudo, detalhando a caracterização dos participantes e de seu território, além dos processos de produção e análise dos dados. O capítulo 4 *Sentidos e Ideologias do Trabalho no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* expõe os resultados e as discussões, alinhados ao plano de análise adotado nesta pesquisa. Ademais, as considerações finais evidenciam as principais conclusões, as limitações encontradas e as perspectivas para novas investigações.

1. Trabalho, Ideologia e Psicologia Histórico-Cultural

Desde sua primeira enunciação por Destutt de Tracy, no final do século XVIII, a ideologia tem sido um dos conceitos mais debatidos na ciência moderna. Löwy (2000, p. 10) a descreve como “um objeto de uma inacreditável acumulação, fabulosa mesmo, de ambiguidades, paradoxos, arbitrariedades, contra-sensos e equívocos.” Nesse contexto polissêmico, as análises classistas de Daniel Bell chegaram a proclamar até mesmo “o fim da ideologia”, um movimento que teve início no pós-guerra e se fortaleceu nos meios intelectuais após a queda do modelo soviético de socialismo real (Souza, 2016).

Essa concepção ainda reverbera nos dias atuais. Eagleton (1997) atribui a razão desse fenômeno à complexa e confusa trajetória histórica do conceito de ideologia. Em complemento, Coelho-Lima, Varela e Bendassolli (2021) argumentam que essa confusão está associada às dificuldades empíricas e epistemológicas que permeiam o estudo dessa categoria. Em relação ao primeiro aspecto, Hamilton (1987) demonstra a existência de 27 conjuntos teóricos que apresentam perspectivas diferentes e ecléticas acerca da ideologia. Para o autor, essa diversidade, ao recair na falta de consenso, dificulta a construção de um caminho sólido para a investigação empírica do conceito.

Já a problemática epistemológica tem como pano de fundo a crítica de Marx e Engels aos jovens hegelianos de esquerda, tendo em vista que grande parte das elaborações acerca da ideologia ao decorrer dos séculos XX e XXI partiram dos escritos d'A ideologia alemã (Silva, 2015). Nessa obra, os autores evidenciam que a classe detentora dos meios de produção é a responsável por criar as ideias dominantes de uma determinada época e, assim, guia a dinâmica social e naturaliza a submissão da outra classe (Marx & Engels, 2007). Apesar dessa compreensão, Marx não chegou a sistematizar uma concepção acerca da ideologia, mas a demarcou como uma questão a ser discutida, pois a apontou como uma forma de influenciar os indivíduos em suas ações (Carli, 2007).

Todavia, uma das concepções mais popularizadas a partir do texto marxiano foi a de “falsa consciência”, que entende a mistificação da realidade em favor das classes dominantes como a principal função da ideologia. Nesse contexto, atribuir um caráter de falsidade à consciência implica a pressuposição de uma verdade objetiva sobre o mundo (Eagleton, 1997), uma ideia problemática, pois o conhecimento humano é construído a partir do reflexo subjetivo da realidade objetiva (Lukács, 2013). Além disso, essa perspectiva pode ser questionada por sua tendência de impor passividade à ação humana, assim como observa Eagleton (1997, p. 24):

acreditar que um número maciço de pessoas viveria e por vezes morreria em função de ideias absolutamente vazias e disparatadas é assumir uma postura desagradavelmente aviltante com relação aos homens e mulheres comuns. Ver os seres humanos como atolados em preconceito irracional, incapazes de raciocinar de modo coerente, é uma opinião tipicamente conservadora.

Por esse motivo, tal visão limita a ideologia, apresentando-a de forma unilateral como uma força mistificadora e contraproducente, destinada apenas à conservação das desigualdades entre classes (Baldi, 2019).

Ao lado dessas questões empíricas e epistemológicas, o estudo da ideologia ainda enfrenta um afastamento crescente dos meios acadêmicos, justificado pela suposta neutralidade científica promovida pelos intelectuais burgueses. Esse movimento, segundo Mészáros (2004), tem como objetivo central negar e desmobilizar a luta de classes, difundindo a ideia de que não existe alternativa ao capitalismo. Nesse cenário, a globalização capitalista é frequentemente defendida como um avanço inevitável e necessário para a civilização (Souza, 2016), independentemente da sua ação destrutiva em relação à natureza e à exploração do trabalho humano. Com a consolidação desse processo, os ideais neoliberais, ao se apoiarem na racionalidade científica, estabelecem seu discurso como único e universal. Essa estratégia reflete a busca das classes capitalistas por uma unidade social que impeça questionamentos

sobre as barbáries que praticam. Já as críticas a essa hegemonia são desqualificadas como “ideológicas” e, portanto, consideradas incompatíveis com a objetividade acadêmica.

De acordo com Mészáros (2004), a tentativa de invalidar cientificamente e decretar o fim da ideologia é, em si mesma, uma ação ideológica voltada para a atenuação de conflitos sociais. Contudo, a ideologia não pode ser negada devido ao seu papel essencial na mediação dos conflitos e antagonismo de interesses, decorrentes da necessária vivência coletiva do ser social (Silva, 2015). Por essa razão, Mészáros (2004, p. 65) afirma:

A ideologia não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal-orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada. Como tal, não pode ser superada nas sociedades de classe. Sua persistência como consciência inevitável das sociedades de classe, relacionada com a articulação de conjuntos de valores e estratégias rivais que tentam controlar o metabolismo social em todos os seus principais aspectos.

Nessa perspectiva, a ideologia tem um papel fundamental na reprodução social, compondo o “complexo dos complexos” do ser social. Para compreender essa dinâmica, discutiremos como a ideologia está entrelaçada à centralidade ontológica do trabalho, com base nas obras de Marx (2013) e Lukács (2013). Este último, em sua fase de maturidade, dedicou-se a aprofundar os estudos sobre a Ontologia delineada na obra marxiana, destacando o trabalho como categoria fundante da existência humana.

1.1 O trabalho como categoria fundante do ser social

A existência da história humana está submetida aos seus atores possuírem condições concretas de viver. Segundo Marx e Engels (2007), os sujeitos já fazem história quando produzem os meios para satisfazer as necessidades que assegurem a sua sobrevivência. O alcance desses meios, por seu turno, convoca o ser humano a trabalhar, isto é, inserir-se em uma relação dialética com a natureza, posto que ao transformá-la em valores úteis à sua vida, ele também modifica a si mesmo em tal processo (Marx, 2013).

Compreendido por Marx (2013) como a eterna exigência natural à reprodução da sociedade, o trabalho – a partir do seu caráter teleológico – representa o salto qualitativo entre o ser orgânico e o ser social (Lukács, 2013). Diferentemente da ação dos animais, da qual não se depreende qualquer sentido de mudança, mas somente a conservação da espécie, os seres humanos antecipam o resultado da sua atividade na consciência antes mesmo de objetivá-la na realidade.

Na concretização do agir teleológico, o trabalho se constitui como a principal categoria ontológica do ser social. A compreensão da ontologia do ser social, conforme Lukács (2013), implica na análise do trabalho, de modo que este, ao ser considerado como modelo e gênese da atividade humana, evidencia a origem de todas outras características sociais. No entanto, as necessidades só passam a ser teleológicas quando o ser humano conhece a natureza e se torna capaz de elaborar instrumentos para mediar sua relação com a realidade. Os instrumentos, além de serem um meio para alcançar as finalidades sociais, também são formas objetivas dos sujeitos consolidarem os resultados do seu trabalho e garantirem o desenvolvimento de suas próximas gerações (Marx & Engels, 2007).

Considerando a importância da atividade instrumental, Lukács (2013) apresenta que, para o ser social, o conhecimento destinado à elaboração dessas formas de mediação é, na maioria das vezes, mais relevante do que o próprio atendimento de suas necessidades. Por esse prisma, podemos compreender que o desenvolvimento humano está entrelaçado ao desenvolvimento produtivo de cada sociedade (Costa & Tuleski, 2018), uma vez que, em cada momento histórico, há um resultado material, manifesto pela força de produção e relação processual que os sujeitos estabelecem com a natureza e com os outros (Marx & Engels, 2007).

Ao fazer história por meio de sua práxis, o ser social cria e perpetua novas formas de objetividade, que se somam aos objetos da natureza. Nesse processo de transformação, a consciência humana atinge sua peculiaridade ao ser mobilizada para planejar a ação, utilizando

o espelhamento interno da realidade – um elemento essencial para a realização do trabalho (Lukács, 2013). Essa reprodução na consciência, contudo, só se torna possível por meio da separação entre os objetos da realidade, que existem independentemente da nossa presença, e os sujeitos, que, através das mediações e de sua atividade prática, tornam-se conscientes. Dessa forma, a atividade consciente se concretiza plenamente quando o ser humano transforma os objetos da natureza em valores de uso, materializando aquilo que Lukács (2013) chamou de “pôr teleológico primário”.

Desde seus estágios iniciais, o trabalho convoca uma segunda posição teleológica em relação à transformação da natureza. A ação coletiva, imanente dessa atividade, surge, primeiramente, como uma maneira para enfrentar os riscos naturais perante à fragilidade humana. Contudo, a reunião de diversos indivíduos para uma única atividade exige que a intervenção humana não se dirija apenas à natureza, mas também aos outros indivíduos (Lukács, 2013). Nesse contexto, os agrupamentos formados pela divisão do trabalho, que inicialmente se estruturam com base em características biológicas, gradualmente dão lugar aos aspectos sociais dos sujeitos. O conhecimento sobre a natureza e a capacidade de criar instrumentos voltados a finalidades específicas ilustram o caráter social da divisão do trabalho (Lukács, 2013). Essa complexificação se intensifica quando os seres humanos passam a produzir objetos que não se limitam às suas necessidades imediatas ou quando necessitam de algo que não conseguem produzir.

Entretanto, essa cooperação se orienta por uma “potência estranha” aos sujeitos, uma força capaz de coordenar seu modo de agir e querer (Marx & Engels, 2007). É nesse contexto que entra em cena o pôr teleológico secundário. Nessa forma de atividade, o sujeito precisa influenciar a consciência de outro sujeito para que a ação deste sobre a natureza atenda às necessidades do primeiro (Ranieri & Silva, 2011; Vaisman, 2010). Tendo como objeto aqueles

que atuam na natureza, esse tipo de ação é descrito por Lukács (2013) como uma práxis social, que se torna cada vez mais complexa à medida que as sociedades se desenvolvem.

Assim, as escolhas indispensáveis à formação do reflexo subjetivo na consciência humana – condição essencial para a realização do trabalho – são mediadas pelos direcionamentos de outros sujeitos. Essa função, de acordo com Lukács (2013), é desempenhada pela ideologia, entendida como uma categoria ontológica que orienta as ações dos indivíduos diante dos conflitos sociais. Por esse motivo, essa categoria deve ser analisada pela sua função social e não pelo caráter gnosiológico (Vaisman, 2010). Segundo as palavras do filósofo húngaro (2013, p. 467),

Nem um ponto de vista individualmente verdadeiro ou falso, nem uma hipótese, teoria etc., científica verdadeira ou falsa constituem em si e por si só uma ideologia: eles podem vir a tornar-se uma ideologia [...] Eles podem se converter em ideologia só depois que tiverem se transformado em veículo teórico ou prático para enfrentar e resolver conflitos sociais, sejam estes de maior ou menor amplitude, determinantes dos destinos do mundo ou episódicos.

A ideologia, enquanto meio de orientação da ação dos indivíduos nos conflitos sociais, conduz a práxis e, como tal, não oferece apenas bases à conformação da estrutura da sociedade, mas também disponibiliza instrumentos destinados à sua superação (Lukács, 2013; Ranieri & Silva, 2011). Para que uma ideia adquira o estatuto de ideologia e, portanto, oriente a práxis, ela precisa se manifestar no cotidiano, onde os indivíduos vivenciam, de maneira imediata e concreta, suas particularidades (Ranieri & Silva, 2011). Além disso, essa ideia deve assumir uma função social capaz de oferecer a esses sujeitos respostas para enfrentarem seus dramas diários, que, possivelmente, estão ligados a conflitos sociais mais amplos. Dessa maneira, a dinâmica da ideologia pode ser melhor compreendida ao analisarmos, de forma didática, sua atuação nas dimensões singular, particular e universal.

A esfera da universalidade, representada pelo gênero humano, manifesta-se de forma desigual para cada indivíduo, devido à condição ontológica fundamental da mediação, que evidencia a impossibilidade de os seres humanos acessarem plenamente toda a riqueza social

acumulada pela humanidade (Coelho-Lima et al., 2021). Essa desigualdade é ainda mais acentuada nas sociedades de classes, onde o acesso dos indivíduos é limitado pelo lugar que sua classe ocupa no processo de produção social. A mediação, portanto, revela o âmbito das ações humanas, ou seja, a ontologia da vida cotidiana.

As relações do cotidiano provocam os indivíduos através da apresentação de necessidades que precisam ser atendidas para a garantia da reprodução da vida (Lukács, 2013). Nesse campo, o gênero humano oferece, a partir da mediação, alternativas para os indivíduos responderem a essas demandas, bem como elabora novas finalidades para seu agir. Esse processo, por sua vez, produz concomitantemente a singularidade e universalidade humana. Desse modo, a vida cotidiana é considerada o início e o fim da ação humana, pois é nela que os problemas – responsáveis por orientar os sujeitos na criação de abstrações – são suscitados e, posteriormente, retornam de uma nova maneira (Coelho-Lima et al., 2021).

Na imediatez do cotidiano, os conflitos decorrentes da divergência de interesses dos grupos sociais acenam para a emergência de um aspecto voltado a sua regulação – função, portanto, assumida pela ideologia (Silva, 2015). A partir da perspectiva lukacsiana, toda forma de reação humana em relação ao modelo socioeconômico ou aos conflitos sociais podem vir a se tornar ideologia. Por esse motivo, a criação de ideias, maneiras de representação da realidade na consciência humana, é o primeiro passo em busca de que a ideologia seja o elemento regulador dos confrontos sociais (Coelho-Lima et al., 2021). No entanto, como apresentamos anteriormente, para que essas ideias sejam consideradas ideologias, é necessário que elas sejam transformadas em um veículo teórico-prático destinado a orientar a ação dos indivíduos rumo ao enfrentamento ou superação dos conflitos (Carli, 2007; Lukács, 2013).

A existência das ideologias implica necessariamente na sua intervenção em conflitos sociais. Na luta forjada por esses antagonismos, a principal estratégia dos grupos sociais consiste em estabelecer seus interesses como universais à sociedade, colocando suas

necessidades acima de qualquer outra (Lukács, 2013). Essa disputa entre interesses divergentes para sua universalização é caracterizada pela intensa violência, que, em seu turno, retira a estabilidade de qualquer modelo social (Coelho-Lima et al., 2021). Em consequência disso, o caráter regulador da ideologia desencadeia relações desiguais entre grupos e classes no contexto dos conflitos sociais. Vale salientar, ainda, que essa não é a única forma da ideologia intervir na trajetória dos confrontos, uma vez que, ao ser entendida como instrumento cultural dos grupos sociais, ela pode ser utilizada como estratégia para acirrar a disputa.

Contudo, as ideologias somente alcançam sua função, quando influenciam, primeiramente, a consciência dos humanos singulares, afinal, são estes que constituem toda e qualquer atividade social (Lukács, 2013; Ranieri & Silva, 2011). O fundamento ontológico da ideologia está situado, portanto, na sua capacidade de conscientizar as ações dos indivíduos em direção à transformação da realidade de maneira mediada (Carli, 2007). No cenário da vida cotidiana, o tratamento dos conflitos sociais de determinada época histórica será o responsável por apresentar alternativas à resolução dos problemas singulares. Por essa via, a ideologia, simultaneamente, cumpre seu papel ontológico na mediação dos confrontos de classes e atua como instrumento para os embates diários dos indivíduos (Ranieri & Silva, 2011).

De modo geral, a função ideológica se evidencia, na universalidade, com a vigência de um modelo de sociedade capaz de demonstrar as formas pelas quais os conflitos devem ser resolvidos. Já na particularidade, o ser genérico é substituído pelo humano singular quando é mediado pelas circunstâncias históricas e, consequentemente, pelo grupo e classe em que o indivíduo está inserido. Por fim, no que se refere à singularidade, a apropriação desses fenômenos ideológicos pelos indivíduos é realizada através da linguagem (Lukács, 2013).

A linguagem desempenha um papel crucial tanto na abstração da realidade na consciência – indispensável para a pré-ideação da ação – quanto na criação de signos destinados à comunicação entre os sujeitos (Lukács, 2013). Nesse sentido, o pôr teleológico secundário,

que envolve a influência de um sujeito sobre a ação de outro, adquire materialidade na linguagem, incorporando o caráter prático da consciência (Marx & Engels, 2007). Sob essa ótica, a ideologia integra o complexo do ser social, operando de forma interdependente com a consciência e a linguagem. Para que esse processo se realize, é essencial preservar o distanciamento entre sujeito e objeto, assegurando que o reflexo da realidade seja consubstanciado através de signos linguísticos, capazes de se desvincular, ao mesmo tempo, dos objetos que representam e dos sujeitos que os enunciam.

Todavia, Coelho-Lima (2018) pontua que, como qualquer outra práxis social, a ideologia possui limites. A maneira que uma determinada ideia vai atingir um sujeito não é previsível, uma vez que este, além de possuir consciência sobre si, convive com diferentes mediações voltadas a sua práxis. Por conseguinte, a ideologia não consegue determinar completamente a práxis humana, pois é permeada pelas múltiplas determinações do cotidiano e pela dinamicidade da consciência humana.

Dessa forma, a internalização da realidade e, por extensão, das ideologias não se efetiva pela mera transferência desses elementos à consciência e sim por meio de um complexo e dialético processo de desenvolvimento. Apesar de Lukács sinalizar a importância da linguagem para a materialização da ideologia no cotidiano dos indivíduos, a análise dos nexos responsáveis por essa operação não foi a finalidade do autor. Como resposta a essa problemática, Coelho-Lima et al. (2021) propõem a articulação do conceito lukacsiano com a unidade sentido-significado, analisada por Lev S. Vigotski na Psicologia Histórico-Cultural. Em razão disso, na próxima seção, debateremos as construções teóricas do autor soviético que elucidam o papel da linguagem na apropriação e objetivação dos indivíduos em relação aos aspectos culturais da realidade concreta.

1.2 Psicologia histórico-cultural, a unidade sentido-significado e o metabolismo da ideologia na consciência

As contribuições de Vigotski constituem a base fundamental do que hoje se denomina Psicologia Histórico-Cultural. No Brasil, seus escritos foram introduzidos por meio de traduções estadunidenses, que, sob o pretexto de tornar o texto mais objetivo e acadêmico, suprimiram discussões políticas e eliminaram repetições consideradas redundantes, mas indispensáveis à compreensão do caráter dialético de sua obra (Tuleski, 2008). Esse processo resultou em uma limpeza do caráter marxista de sua obra, reduzindo seu legado revolucionário ao campo da aprendizagem e do desenvolvimento, com foco quase exclusivo na educação, e obscurecendo seu potencial mais amplo para a formulação de uma psicologia geral.

Apesar desse apagamento, a caracterização de Vigotski como um pensador marxista vai além de meras citações a Marx, algo frequente em sua época (Vigotski, 1996). Sua obra se distingue pela coerência teórico-metodológica, orientada à apropriação crítica das mediações que determinam o real, em busca de construir um conhecimento crítico, voltado à transformação radical da essência dos fenômenos que analisa (Furtado & Pinheiro, 2021). Nessa perspectiva, o autor apresentou à psicologia uma crítica como via de superação da sua crise, a partir do texto *O significado histórico da crise da psicologia*, de 1927.

O primeiro ponto dessa crítica refere-se à ausência de uma base ontológica na psicologia, evidenciada pelo fato de que as teorias de sua época procuravam explicar o comportamento humano ora a partir de abordagens idealistas, ora pela visão científico-biológica. Já o segundo aspecto destaca a persistência da dicotomia mente-corpo e de outros dualismos antigos nos métodos psicológicos (Romanelli, 2011). Diante desse cenário, o psicólogo soviético identificou que essas abordagens negligenciaram as características essencialmente humanas dos sujeitos. Frente a isso, observou a necessidade de construção de uma psicologia unificadora, capaz de promover a integração do ser humano, em seu aspecto

objetivo e subjetivo, e direcioná-lo à transformação social (Vigotski, 1999). Desse modo, ele evidenciou bases para a construção de uma nova psicologia voltada ao estudo histórico da consciência.

Com esse objetivo, Vigotski (1996) destaca a gênese social da consciência, evidenciando seu desenvolvimento como fruto do trabalho, que, por sua vez, é reconhecido como a principal fonte de distinção entre os seres humanos e os demais animais. O autor ainda traz a linguagem como consequência dessa atividade, concebendo-a como um instrumento psicológico capaz de organizar e articular as operações mentais, semelhantemente à forma como as ferramentas moldam as atividades manuais (Costa & Tuleski, 2018). Por conseguinte, compreendemos a abordagem marxista de Vigotski, sobretudo, quando a analisamos a partir da obra lukacsiana. Para Carmo e Jimenez (2013, p. 630),

o fato de Vygotsky não ter propalado de modo explícito o problema ontológico não significa que sua psicologia esteja isenta de um pressuposto de natureza ontológica. Nesse sentido, postulamos que, consoante a essa perspectiva, não hesita Vygotsky ao demarcar a essência radicalmente histórica do homem, indicando o trabalho como momento decisivo que opera a passagem do ser meramente biológico ao ser social, trazendo à luz uma nova esfera ontológica [...] Os escritos de Vygotsky atestam, ademais, que este ergueu todo seu complexo categorial sobre a possibilidade da emancipação humana, condição somente possível de forma cabal no terreno da ontologia.

Ao trazer a crítica marxista para a psicologia, Vigotski se afasta dos problemas epistemológicos e metodológicos característicos dessa ciência, adotando uma concepção ontológica histórica que destaca as determinações históricas na formação e reprodução do ser social (Furtado & Pinheiro, 2021). Nesse contexto, o autor soviético rejeita metodologias positivistas ao priorizar o estudo do objeto real e concreto, cuja compreensão e transformação são orientadas por suas determinações histórico-sociais (Netto, 2011; Vigotski, 1995). Com esses princípios, a obra vigotskiana explica a formação da consciência através do desenvolvimento psíquico humano, baseado na superação dialética das funções psicológicas elementares pelas

funções psicológicas superiores. Essa transformação é resultado do salto ontológico da humanidade, evidenciando que

a ontologia marxiana do ser social exclui a transposição simplista, materialista vulgar, das leis naturais para a sociedade [...] As formas de objetividade do ser social se desenvolvem à medida que a práxis social surge e se explicita a partir do ser natural, tornando-se cada vez mais claramente sociais. Esse desenvolvimento, todavia, é um processo dialético, que começa com um salto, com o pôr teleológico no trabalho, para o qual não pode haver nenhuma analogia na natureza (Lukács, 2012, p. 287, *grifos da autora*).

Entretanto, o desenvolvimento histórico do ser humano exige a conversão do ser-em-si em um ser-para-si (Lukács, 2012). Vigotski (2000) denomina essa dinâmica como a lei genética geral do desenvolvimento cultural, segundo a qual “qualquer função no desenvolvimento cultural da criança aparece em cena duas vezes, em dois planos: primeiro no social, depois no psicológico; primeiro entre as pessoas, como categoria interpsicológica, depois dentro da criança” (p. 26). O fato de que toda função se origina externamente evidencia como a complexidade psicológica se articula dialeticamente com a complexificação da vida social por meio da atividade humana (Martins & Rabatini, 2011). Vale destacar que o plano interpsicológico só se transforma em intrapsicológico através da mediação de um outro, convocando, assim, o pôr teleológico de segunda ordem e demonstrando o papel indispensável da ideologia para o desenvolvimento humano.

Tal dinâmica elimina a ideia de que as funções superiores já estão prontas desde o nascimento, visto que elas sofrem alterações qualitativas e são comuns a todos os seres humanos, independente do período histórico ou da sociedade que vivem (Tuleski, 2008). A linguagem simbólica é um exemplo desse processo, pois já foi perpassada por diferentes saltos de acordo com as necessidades concretas: inicialmente gestual, depois combinando gestos com palavras vinculadas às situações imediatas e, por fim, semântica por meio do enlace das palavras (Costa & Tuleski, 2018).

Segundo Martins e Rabatini (2011), a evidência da gênese social das funções superiores fez com que Vigotski dirigisse sua análise ao processo de interiorização dos signos. Nesse percurso, o autor em questão considerou que a chave para a investigação da consciência humana está na relação entre pensamento e linguagem, tendo em vista que a palavra é o microcosmo da consciência (Vigotski, 2009). Dito de outro modo, a palavra atua como elemento articulador de dois processos com origens e dinâmicas distintas, dado que “a linguagem não serve como expressão de um pensamento pronto” (Vigotski, 2009, p. 412), assim como “o pensamento não se expressa, mas se realiza na palavra” (p. 412).

Ao propagar conceitos, a palavra apenas pode ser apreendida quando for relacionada a outras palavras e com a realidade que elas refletem (Costa & Tuleski, 2018). Para explicar essa dinâmica, Vigotski (2009) se contrapõe aos métodos de decomposição dos fenômenos, estabelecendo o significado da palavra como a unidade de análise da complexa relação entre pensamento e linguagem. Reconhecido como o elemento que sintetiza as propriedades contraditórias de ambos os processos, o significado permite com que o pensamento supere a imediatez concreta e construa uma abstração do real de acordo com as necessidades da consciência humana (Coelho Lima et al., 2021).

A função dessa categoria é elucidada a partir da dupla função da linguagem, que atua nas dimensões externa e interna. Na linguagem exterior, o significado exerce o papel de generalizar elementos de um determinado contexto histórico, tornando-os socialmente comunicáveis (Vigotski, 2009). Dessa forma, a historicidade dos significados revela sua natureza dinâmica, capaz de se transformar e, ao mesmo tempo, alterar a relação entre pensamento e palavra.

A linguagem interior, por seu turno, tem como objetivo orientar a ação individual em relação aos dilemas da vida cotidiana, estruturando-se a partir de uma semântica própria e pelo domínio das funções psicológicas superiores. Nessa dinâmica, o significado é submetido ao

predomínio do sentido, que se refere à soma dos eventos psicológicos evocados para o enriquecimento da palavra na consciência através da criação de uma nova representação (Vigotski, 2009). Além disso, os sentidos se revelam de maneira diversificada, tendo em vista que dizem respeito à singularidade de cada sujeito na apropriação do significado e das necessidades que o movem à criação. Dessa forma, apesar das possibilidades circunscritas pelas condições concretas, o sujeito, através do caráter diverso de dar sentido à realidade, adquire dimensão ativa e autoral nesse processo (Zanella, 2020).

Todavia, o significado só alcança a linguagem interior e é metabolizado como sentido quando consegue oferecer ao sujeito respostas às suas necessidades, despertando, assim, motivos para sua ação. Nessa direção, Góes e Cruz (2006) apontam que a relação entre significado e sentido se constitui como uma dialética de forças da significação da palavra, que é atravessada tanto pelas dimensões específicas da realidade como das motivações e características da personalidade do sujeito. Logo, a influência da unidade sentido-significado na mobilização das outras funções psicológicas na ação do sujeito apenas pode ser compreendida através do drama envolvido na dinâmica da personalidade, que é permeado por tendências afetivos-volitivas (Vigotski, 2009).

Os momentos dramáticos, conforme Delari Jr. (2011), envolvem o processo de escolha entre o que se deseja realizar e a aceitação do que será renunciado. O significado, ao ser internalizado, atua como o instrumento capaz de reorganizar a estrutura psíquica, assim como destinar a ação dos indivíduos — por meio da mobilização das funções psicológicas superiores — à resolução desse conflito. Do cotidiano aos eventos extraordinários, o drama nos impele a uma atividade volitiva, que desperta a necessidade de novos sentidos e, simultaneamente, impulsiona a produção da vida material (Delari Jr., 2011). No entanto, as repercussões desses eventos variam entre os sujeitos, considerando as particularidades de suas experiências, mediadas pela vivência.

A vivência, tradução do termo russo *perejivanie*, é uma unidade de análise que considera a relação entre as particularidades da personalidade e as especificidades do meio em que a situação ocorre. Para Vigotski (2018), mais do que as particularidades, a vivência permite identificar quais delas desempenharam um papel decisivo na relação da pessoa com uma determinada situação objetiva. Isso ocorre porque a experiência é vivenciada sob o impacto do desenvolvimento psíquico alcançado até aquele momento. Dessa forma, a vivência não se limita à experiência em si, mas é também um resultado da consciência do sujeito acerca dessa situação, capaz de produzir, ao mesmo tempo, novos sentidos e novos processos de desenvolvimento com diferentes conteúdos (Bernardes & Beatón, 2017).

Além disso, a vivência é analisada como a responsável por atribuir o conteúdo afetivo-cognitivo específico à personalidade (Rosa, 2017). Considerando que a principal fonte da formação do psiquismo está no social, deve-se refletir que esse desenvolvimento só é realizado em razão do acúmulo de experiências individuais do sujeito. A respeito disso, Rosa (2017) aponta:

A atividade e a comunicação, produzidas no âmbito das relações sociais, é que produzem no ser humano as experiências e vivências, pois produzem os próprios fatos que o sujeito experiencia e vivencia. Em outro ponto desse processo de mediação, os conteúdos psicológicos já formados no sujeito contribuem para a atribuição de sentido a esses fatos (p. 25).

Com esse aparato histórico-cultural, Coelho-Lima et al. (2021) afirmam que as ideologias, ao comporem a cultura, podem ser entendidas como um conjunto de significados voltados a influenciar os conflitos sociais para favorecer os interesses de um grupo específico. Nesse contexto, as funções ideológicas seguem o mesmo processo de internalização simbólica na consciência, manifestando-se no cotidiano dos indivíduos pela via dos significados. Quando metabolizada na vivência dos sujeitos, a ideologia se transforma em sentido ao alcançar a dimensão volitivo-afetiva, sendo apenas nesse nível que pode influenciar a práxis humana. Os atos orientados por ideologias internalizadas são, então, testados na realidade concreta, guiando

a ação do indivíduo em busca da melhor forma de resolver seus dramas cotidianos. Uma vez superado o conflito, os sentidos, em forma de ideologia, são preservados.

A dinâmica de internalização da ideologia abre espaço para a reelaboração ou até mesmo a superação dos discursos sociais. Nesse processo, os sentidos desempenham um papel central, dado que constituem a estrutura capaz de gerar novas representações na consciência, moldadas pela vivência, isto é, as particularidades do sujeito e da sua realidade material. Ao serem metabolizadas através dessa internalização, as ideologias passam a mobilizar a práxis humana de forma mediada, já que se entrelaçam com o teor afetivo-volitivo dos dramas cotidianos dos sujeitos (Delari Jr., 2011). Esses dramas, por sua vez, têm o potencial de modificar as ideologias, pois é neles que surge a necessidade de elaborar novos sentidos e impulsionar a mudança na vida material. Dessa forma, consideramos que a análise do humano singular, em sua imediaticidade cotidiana, é o caminho para estudarmos a ideologia em seus alvos finais: a consciência e a práxis humana.

Enquanto não forem desvendadas as inter-relações entre as ideologias (inclusive as mais elevadas e as mais ricas) e a ontologia do cotidiano, a saber, a elevação do modo de dirimir os conflitos a partir do cotidiano e simultaneamente o ingresso e a dissolução das ideologias nele, tanto a continuidade do desenvolvimento da humanidade como o caráter de suas crises parecerão inexplicáveis (Lukács, 2013, p. 561-562).

Atualmente, ao vivermos no sociometabolismo do capitalismo, encaramos o conflito social do uso da força de trabalho no processo produtivo (capital-trabalho), que posiciona o antagonismo de classes entre aqueles que detêm os meios de produção e aqueles que vendem sua força de trabalho. Para lidar com esse conflito específico, emergem ideologias destinadas a oferecer respostas aos questionamentos dos sujeitos sobre o ato de trabalhar. Nesse sentido, Coelho-Lima (2021) propõe o conceito de ideologia do trabalho, que compreende as formas de trabalho elaboradas por diferentes grupos e classes no capitalismo. Esse trabalho se caracteriza de maneira diferente do que abordamos até aqui, já que o metabolismo entre ser humano e

natureza voltado à criação de valores de uso é, em grande parte, substituído pela relação entre capital e trabalho assalariado, como trataremos na próxima seção.

1.3 Classes sociais, trabalho no capitalismo e o papel da ideologia

Com a crescente complexificação do trabalho e, por conseguinte, de sua divisão, os pores teleológicos de segunda ordem — como a ideologia — adquirem maior autonomia, chegando a se consolidar como um complexo independente dentro da divisão do trabalho. Esse desenvolvimento contínuo se entrelaça com o surgimento de classes sociais, que coloca esse tipo de teleologia, seja de forma institucional ou espontânea, “a serviço de uma dominação sobre aqueles que por ela são oprimidos” (Lukács, 2013, p. 180). O resultado desse processo incide nas separações entre trabalho intelectual e trabalho material, como também entre campo e cidade. Contudo, cabe destacar que a forma histórica mais importante da divisão do trabalho se dá através da diferenciação das classes.

A origem dessa distinção reside no surgimento gradual do valor de uso específico da força de trabalho, qual seja, sua capacidade de produzir mais do que o necessário para sua própria reprodução. Assim, “é o desenvolvimento da produção, de suas formas e limitações específicas, que determina o tipo de diferenciação de classe, da função social e da perspectiva das classes” (Lukács, 2013, p. 183). Embora as classes constituam complexos sociais singulares e sejam determinadas economicamente, elas só existem em relação reflexiva com outras classes dentro de uma determinada formação social. Nesse processo, a condição de classe do sujeito surge, inicialmente, como um estado de “em-si”, conferido pela objetividade das relações sociais. Contudo, a conscientização — o “para-si” — torna-se fundamental para o enfrentamento das contradições de classe. Para tanto, a ideologia é utilizada como veículo de conscientização, destinando a práxis para a manutenção ou a superação dos conflitos sociais.

A base para compreender a especificação de cada classe na sociabilidade que vivemos atualmente está na instituição da propriedade privada. Marx (2013), no capítulo XXIV d’*O capital*, retrata que sua gênese histórica se vincula à acumulação primitiva, que marca o ponto de partida do desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletário absolutamente livres (Marx, 2013, p. 787).

Na realidade europeia, especificamente inglesa, a expulsão dos produtores diretos do campo foi o primeiro passo para a terra ser convertida em mercadoria e em solo fértil para a agricultura capitalista. Já os camponeses, além de se tornarem trabalhadores assalariados, têm seus meios de subsistência e de trabalho transformados em mercado interno do capital. Vale ainda ressaltar que essa acumulação originária do capitalismo só aconteceu na Europa em decorrência do saqueamento e da espoliação de outras regiões do globo, assim como veremos mais adiante. Desse modo, junto à apropriação capitalista da terra, ampliaram-se veemente “a concentração e a centralização da riqueza nas mãos de uma classe pouco numerosa, e paralelamente o empobrecimento crescente das massas” (Engels, 2019, p. 155).

Despojados de seus territórios e colocados à disposição dos donos da produção, essa massa de trabalhadores entra livremente no mercado com a única mercadoria que possui: a força de trabalho. Não à toa, ela se constitui como a única mercadoria capaz de converter dinheiro em capital. Isso se dá em razão da força de trabalho ser uma mercadoria com um valor de uso peculiar, cujo consumo leva a objetivação de trabalho, que, por seu turno, é responsável pela criação de valor (Marx, 2013).

Portanto, sob a égide do capital, o trabalho tem sua existência vinculada à produção e valoração de mercadorias. A mercadoria, ao representar a forma mais elementar do capitalismo, precisa, antes de mais nada, aparecer como um objeto exterior ao ser humano capaz de suprir

qualquer tipo de necessidade. A utilidade desse objeto faz dele um valor de uso, que, por sua vez, será apenas efetivado no ato de consumo. Segundo Marx (2013), por trás do valor de uso, está a realização de uma atividade destinada a uma finalidade, ou seja, o trabalho útil e concreto, que corresponde, independente da sociabilidade, a “eterna necessidade natural da mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana” (p. 120).

No capitalismo, os diferentes tipos de trabalho útil são fragmentados em negócios privados e independentes devido à complexificação da divisão social do trabalho. Como resultado desse processo, a mercadoria une em seu interior o valor de uso e valor de troca e, a partir disso, torna-se base das relações sociais de trabalho. Por esse motivo, a necessidade de troca para acessar os meios de subsistência ou de produção implica na existência de produtos com valores de uso qualitativamente diferentes. No entanto, o produtor, com vistas a alcançar a forma-mercadoria, precisa se desprender do valor de uso de seu produto, isto é, aliená-lo e submetê-lo ao valor de troca. A circunstância, em que acontece essa subjugação do valor de uso ao valor de troca, é derivada da abstração do caráter útil dos produtos e, por extensão, do desaparecimento dos trabalhos úteis e concretos neles objetivados.

O trabalho, afastado de seu caráter útil e determinado de maneira indiferenciada, torna-se a medida para a definição do valor. De forma mais específica, o tempo de trabalho necessário para a produção de mercadorias é o que define o valor de troca. Como criador de valor, o trabalho, conforme Marx (2013), passa a ser apenas um “dispêndio de força humana de trabalho” (p. 121), isto é, trabalho humano abstrato, enquanto seu produto se converte “num hieróglifo social” (p. 149). Descobrir o que esconde esse hieróglifo nos leva a demarcar a naturalização de determinados mecanismos envolvidos na circulação de mercadorias. O dinheiro, por exemplo, é tido como precedente na circulação de mercadorias devido ao apagamento da sua dimensão histórica. Contudo, sua atuação só se efetiva no processo social de troca por meio da representação ideal do valor do produto.

O trabalho abstrato, além de contribuir para a atribuição de valor, atua na fetichização da mercadoria, uma vez que generaliza todo tipo de trabalho humano e transforma os resultados dessa atividade em coisas. Para Marx (2013, p. 148), a fetichização está expressa na maneira em que “os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, como figuras independentes que travam relações umas com as outras e com os homens”. Partindo dessa concepção, o indivíduo, ao entrar no processo de troca, não percebe os diferentes tipos de trabalhos envolvidos no rol de mercadorias, bem como não as compreende como resultados do trabalho útil, apenas é capaz de acessar o valor, representado materialmente por coisas. Nesse sentido, a mercadoria é compreendida como uma entidade independente da atuação humana e, por esse motivo, o mundo das relações humanas é sucumbido pelo mundo das coisas.

Assim como as outras mercadorias, o valor da força de trabalho é definido pelo tempo de trabalho necessário para a sua produção, que, nesse caso específico, refere-se à reprodução do trabalhador. Por essa via, significa dizer que “o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor” (Marx, 2013, p. 245). Com a dinâmica mercadológica, a força de trabalho tem seu preço rotulado antes de entrar em circulação. Em razão disso, o comprador irá pagar apenas pelos meios de subsistência que levaram a sua produção. Contudo, como o consumo do valor de uso não foi efetivado imediatamente na compra, é preciso que o trabalhador cumpra com o período determinado em contrato para, enfim, receber seu pagamento.

A partir desses termos, a classe proprietária, ao se apropriar do discurso jurídico, consegue propagar que os indivíduos envolvidos na relação de troca são iguais e estão ali por livre-arbítrio, tendo em vista que possuem e vendem mercadorias. Nessa perspectiva, o trabalhador se torna livre para levar a sua própria pele ao mercado em busca de garantir a sua subsistência, enquanto o comprador de mercadorias é convertido em capitalista, determinado a

explorar força de trabalho e produzir mais-valor (Marx, 2013). Diante desse cenário, nasce, desse modo, o antagonismo de classes travado entre trabalhadores e capitalistas.

Objetivando a produção de capital, a classe dominante subordina a classe trabalhadora por meio da exploração de mais-valor da força de trabalho. O trabalhador, ao alienar sua força de trabalho, recebe um salário equivalente ao valor necessário à compra de seus meios de subsistência, isto é, o mínimo necessário à reprodução da sua força de trabalho para o dia seguinte de trabalho. Entretanto, durante o processo laboral, o trabalhador é capaz de prestar mais-trabalho do que o seu valor diário, haja vista seu valor de uso residir na capacidade de valorização. Em consequência disso, a jornada de trabalho no capitalismo é estendida em dois períodos: o primeiro dedicado à reprodução do trabalhador e o segundo à produção de mais-valor. No primeiro período, o trabalhador desempenha o tempo de trabalho necessário à sua manutenção, o qual é exigido em qualquer estrutura social. Já no segundo, o trabalhador labora mais do que o necessário à sua reprodução, no entanto, não gera valor para si mesmo, mas sim mais-valor para o dono da produção (Marx, 2013).

O mais-valor é alcançado conforme o capitalista, com a posse do valor de uso da força de trabalho, estende a jornada de trabalho e não paga nada por isso. A diferença entre o valor que o trabalhador recebe e o valor que ele agrega na produção de mercadorias é, nesse ínterim, tomada pelo capitalista. O mecanismo central da exploração do trabalho está, portanto, na apropriação capitalista do trabalho excedente. Em razão disso, o trabalhador “trabalha metade da jornada para si e a outra metade para o capitalista” (Marx, 2013, p. 294). Dessa forma, o trabalho é central nesse sistema social por ser a principal condição para que o dinheiro seja transformado em capital.

Entretanto, esse trabalho que ganha centralidade no capitalismo em nada se relaciona com a atividade que ontologicamente funda o ser social. Como observa Lessa (2012, p. 26), “vivemos uma situação em que praticamente a totalidade dos atos de trabalho assume a forma

abstrata advinda de sua subordinação ao capital.” Nesse contexto, a capacidade produtiva humana é reduzida a uma mercadoria precificada pelo salário. Com efeito, os sujeitos passam a se relacionar socialmente apenas como trabalhadores assalariados, uma vez que sua existência está intrinsecamente vinculada a essa condição, que se realiza de forma estranhada (Duayer, 2012). Em consonância, Marx (2010) afirma que o trabalhador exerce sua atividade como algo alheio a si mesmo, vivenciando-a como um autossacrifício em benefício de outrem.

Esse processo emerge em decorrência de que a única coisa que o trabalhador produz unicamente para si é o salário, como mero instrumento para acessar a sobrevivência. Por isso, o sujeito é consumido pelo trabalho, não lhe restando tempo para experimentar outras dimensões da vida (Duayer, 2012). Ao ser unilateral e determinado, o trabalho assalariado corporifica o indivíduo como máquina, destinada a “se tornar mais pobre quanto mais riqueza produz” e a ser “uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria” (Marx, 2010, p. 80). Nessa condição alienada, a atividade produtiva se distancia da sua função de mediação de primeira ordem na relação entre sujeito-objeto, ser humano e natureza.

István Mészáros (2016), ao defender uma teoria da alienação em Marx, assinala que o objetivo de tal mediação é capacitar o sujeito “para levar um modo de existência humano, assegurando que ele não retroceda para a natureza, que ele não se dissolva dentro do ‘objeto’” (p. 80). A particularidade desse modo de existência se deve ao fato de que o ser humano é o único ser capaz de ter consciência do gênero a que pertence. Com essa consciência, o ser humano não concebe a sua essência vinculada diretamente à individualidade, já que reconhece, subjetivamente, seu pertencimento ao gênero humano e, objetivamente, a riqueza social produzida pela humanidade (Mészáros, 2016).

Contudo, a consciência do pertencimento ao gênero humano, no capitalismo, é dificultada em decorrência da atividade produtiva não conseguir cumprir adequadamente sua função mediadora entre sujeito e objeto. As mediações de segunda ordem institucionalizadas

pelo capital — divisão do trabalho, propriedade privada e troca capitalista — isolam o ser humano tanto do produto do seu trabalho como das suas relações sociais. Em consequência disso, ele retorna a sua natureza animal diante do culto ao indivíduo abstrato, no lugar de se reconhecer como integrante da sua própria espécie (Mészáros, 2016). Nesse cenário, a atividade humana é absorvida pela produção de mercadorias dirigida à reprodução do indivíduo isolado, cuja existência foi tomada apenas como anexo do *modus operandi* capitalista. Por conseguinte, a atividade que originalmente deveria mediar a relação entre ser humano e natureza, medeia agora a relação entre trabalho assalariado e capital.

Através das mediações de segunda ordem, o capital relativiza a satisfação das necessidades humanas para absolutizar sua necessidade de acumulação e expansão. Com efeito, as contradições que aparecem dentro desse sociometabolismo são logo tidas como esperadas, ou seja, o capitalismo se apropria das crises e, ao mesmo tempo, adapta-se, independentemente das consequências históricas que esse processo pode suscitar. Essa prontidão com que o capital se apresenta para toda e qualquer recessão fecha as portas para a discussão de mudanças fundamentais e até mesmo para a articulação de alternativas para além dele. Absolvido da violência, dos extermínios e da espoliação que provoca a partir de seu controle, o capital mantém sua natureza, mudando somente “seu modo e seus meios de funcionamento anteriores, utilizando todas as tecnologias e todos os instrumentos de destruição disponíveis contra as dificuldades que teve de superar” (Mészáros, 2011, p. 186).

Movidas pela necessidade de manutenção, as classes dominantes fazem o uso da ideologia, como mencionamos anteriormente, para conservar a ordem do capital e desmobilizar a luta de classes. Por esse motivo, seja por meio da arte, seja pelo discurso jurídico, esse grupo luta pela sua hegemonia, aproveitando-se da sua condição de poder na sociedade. De acordo com Mészáros (2004, p. 59),

a ideologia dominante tem uma grande vantagem na determinação do que pode ser considerado um critério legítimo de avaliação do conflito, já que controla efetivamente

as instituições culturais e políticas da sociedade. Pode usar e abusar abertamente da linguagem, pois o risco de ser publicamente desmascarada é pequeno, tanto por causa da relação de forças existente quanto ao sistema de dois pesos e duas medidas aplicado às questões debatidas pelos defensores da ordem estabelecida.

Apesar das classes dominantes terem mais recursos materiais para operar o caráter conservador das ideologias, é preciso lembrar que essa categoria é, em sua essência, um componente do ser social. Por essa razão, existe a possibilidade de redirecionar a função social desse complexo para a superação da ordem do capital. Esse papel cabe, necessariamente, à classe trabalhadora, que se constitui como revolucionária. Segundo Lukács (2013, p. 521), “quando se fala de classes revolucionárias, o que importa, antes de tudo, é dar relevo à divisão marxiana entre classe em si, isto é, a classe confrontada com a classe dominante, e classe para si mesma.” Assim, cada forma de resistência da classe explorada em relação ao rompimento ou mudança do curso desse conflito se constituiu como uma forma ideológica.

Por meio dessas ações, a classe trabalhadora desenvolveu discursos com propósitos ideológicos voltados a romper com a exploração intrínseca ao modo de produção capitalista, buscando afastar a dimensão abstrata do trabalho e construir alternativas de sociabilidade. Em decorrência desses movimentos, somados às crises do capital, a disputa ideológica em torno do trabalho passou por diversas transformações. Dessa maneira, na seção seguinte, iremos nos debruçar sobre as mudanças das ideologias no mundo do trabalho.

1.4 Ideologias do trabalho

A exploração ou superexploração da força de trabalho no capitalismo é sustentada e renovada por meio da propagação de discursos que legitimam esse processo (Coelho-Lima, 2021). Para Anthony (2014), as ideias contidas nesses discursos podem ser consideradas como ideologias do trabalho, tendo em vista que cada uma, em determinada época, busca influenciar o indivíduo a acreditar que é a única forma correspondente de trabalhar e conceber tal atividade.

O autor, nesse sentido, destaca alguns processos que direcionam os trabalhadores à conformação e a docilização frente à exploração do trabalho.

Max Weber (2004), apesar de ter uma interpretação espiritualista da história¹, apontou a existência de uma ética protestante do trabalho envolvida no gérmen da dinâmica socioeconômica do capitalismo. Na tradição católica, concebido como penitência, o trabalho, a partir do protestantismo, passou a ser um fim em si mesmo, operado sob as exigências de uma vocação direcionada ao ganho de dinheiro. Essa mudança se deu, sobretudo, por meio da ideia de vocação fornecida pelo calvinismo, tida pelo filósofo alemão como o ímpeto do desenvolvimento do capitalismo. Nessa vertente, os seres humanos, divididos entre os que seriam chamados à bem-aventurança eterna e aqueles que seriam condenados, deveriam, pelo trabalho, mostrar sua existência para Deus através da realização de boas obras.

Influenciado pelo calvinismo, o puritanismo inglês foi o principal responsável por estabelecer a sistematização metódica da ética protestante do trabalho. Com a racionalização da vida, a busca pelo estado de graça assumiu a especificidade de administração de empresa, imbuída pela constante autoinspeção e acumulação de bens materiais (Weber, 2004). A ociosidade e o prazer, nessa dinâmica, foram considerados formas de pecado, uma vez que o tempo de vida deveria ser integralmente dedicado à principal ordem de Deus: o trabalho. Por conseguinte, a ética protestante, ao valorizar o trabalho sem descanso, limitar o consumo e liberar o lucro, possibilitou, de acordo com Weber (2004), os aspectos cruciais à acumulação do capital. Sendo assim, o capitalista, ao encontrar no mercado força de trabalho disposta, alcança lucro com a consciência limpa na mesma medida em que explora trabalhadores disciplinados e orientados a cumprir sua vocação divina. Desse modo, a máxima que profere a

¹ O autor apontava que o calvinismo havia sido o propulsor do desenvolvimento capitalista, propondo, assim, que as crenças religiosas e os aspectos socioculturais seriam a causa de um sistema socioeconômico (Weber, 2004). No entanto, ao partirmos da análise do materialismo histórico, podemos perceber que as relações sociais e os seus sistemas de crenças são dialeticamente vinculados à realidade material econômica e, por isso, elas se influenciam mutuamente (Marx, 2017).

dignificação do ser humano através do trabalho é oficializada sob o desprezo da ociosidade (Anthony, 2014).

Ao voltarmos às contribuições de Lukács (2013), percebemos que essas ideias podem cumprir o papel de ideologia quando são capazes de orientar as ações dos indivíduos em meio ao antagonismo de interesses das classes sociais. Nessa perspectiva, a ideologia do trabalho, conforme Coelho-Lima (2021), diz respeito às ideias voltadas à regulação do conflito travado no uso da força de trabalho no processo produtivo. No âmbito singular desse confronto, as ideias que agem como ideologia do trabalho são aquelas que guiam a práxis do trabalhador no processo laboral, por meio de ações que conformam ou buscam superar a ordem das forças produtivas. Por essa via, elas dizem aos trabalhadores o que é um bom trabalho, bem como respondem questões relacionadas ao “por que me esforçar no trabalho?”, “por que trabalhar?”, “esse trabalho é justo?”, “o pagamento para o meu trabalho é o adequado?” e, a partir disso, tentam exercer a sua função de direcionar o agir desses sujeitos.

Assim, a atuação dos princípios da ética protestante levou os sujeitos a acreditarem que a atividade laboral era uma vocação definida por Deus e, por esse motivo, estavam dispostos a trabalhar duro em busca de uma suposta prosperidade. Ao atuar para ocultar a relação capital-trabalho e atribuir o labor à ordem divina, tal ética revela a dimensão conservadora das ideologias, voltada à manutenção da ordem social. Segundo Silva (2015), o caráter conservador ou revolucionário das ideologias em determinada época está a serviço da função que essa categoria desempenha na organização da vida social. Nessa direção, a ideologia não deve ser vista como uma elaboração fixa, mas como um processo em movimento subjugado às contradições da reprodução social (Silva, 2015).

A mudança dos padrões produtivos e sua necessidade de adentrar a dimensão subjetiva dos trabalhadores pode ser um exemplo dessa dinâmica. A atuação voltada para a produção em massa de maneira homogênea e verticalizada fez com que as teses do taylorismo-fordismo

fossem centrais durante quase todo o século XX. Tal binômio prezava pela racionalização das operações dos trabalhadores, em busca de acentuar as formas de exploração, por meio da redução do tempo e do aumento do ritmo de trabalho. O trabalho, por seu turno, era estruturado de forma parcelar e fragmentada, regido por um conjunto de ações individuais e repetitivas e anulando a capacidade intelectual do operário ao retirá-lo do processo de elaboração da atividade (Antunes, 2006).

Tal dinâmica de trabalho deu origem ao Estado de Bem-Estar Social, uma estratégia keynesiana que, de maneira sintética, buscava recuperar a economia do contexto europeu no pós-guerra. Através de um pacto entre capital, trabalho e Estado, o objetivo principal era impulsionar a produção econômica enquanto assegurava direitos nas relações empregatícias. Além de não ter sido capaz de alcançar todas as regiões do globo, essa estratégia deixou de ser elemento de regulação e contenção da classe trabalhadora, uma vez que já não era mais suficiente frente a realização de uma atividade mecânica e destituída de sentido.

O esgotamento do taylorismo-fordismo como padrão de acumulação decorreu de sua própria estrutura organizacional. Ao reunir uma massa de trabalhadores semiqualeificados e focar em uma acumulação intensiva, esse modelo favoreceu o surgimento do operário-massa, definido como “o trabalhador coletivo das grandes empresas verticalizadas e fortemente hierarquizadas” (Antunes, 2009, p. 39). Esse cenário estimulou uma intensa sindicalização, que conscientizou e fortaleceu a resistência dos operários, especialmente no final da década de 1960, por meio de ações que variaram desde greves parciais até reivindicações pelo controle produtivo do capital.

Essa intensificação da luta de classes foi refletida no aumento do valor da força de trabalho, que, por sua vez, provocou a queda da taxa de lucro e, conseqüentemente, a redução da produtividade capitalista. Em decorrência desses aspectos, o padrão de acumulação entra em crise, alavancada pela diminuição do consumo. Diante desse quadro crítico, o capital inicia

um projeto de reorganização não só no campo produtivo, mas também em todas as suas maneiras de dominação, a fim de desmobilizar as lutas sociais e de se tornar hegemônico outra vez.

O toyotismo, uma forma de organização de trabalho criada no Japão, foi a alternativa adotada para a reestruturação produtiva. Nesse padrão, a produção passa a ser conduzida pela demanda, objetivando a individualização e a qualidade do produto com o melhor aproveitamento possível do tempo, o *just-in-time* (Antunes, 2006). O autor evidencia que as consequências dessa reestruturação produtiva para a classe trabalhadora aparecem, sobretudo, na sua fragmentação.

A intensidade do processo que combinou neoliberalismo e reestruturação produtiva do capital trouxe repercussões avassaladoras para o universo da classe trabalhadora, para o movimento sindical e para a esquerda brasileira. As propostas de desregulamentação, de flexibilização, de privatização acelerada e de desindustrialização ganharam forte impulso, uma vez que seguiam, no essencial, uma política de corte neoliberal, antiestatista e privatizante. Paralelamente à retração da força de trabalho industrial, ampliou-se também o contingente de subproletarizados, de terceirizados, de subempregados, ou seja, das distintas modalidades de trabalho precarizado (Antunes, 2011, p. 42).

Nesse processo, as ideias do sindicalismo, até então ideológicas e influenciadoras da luta dos trabalhadores, foram sendo diluídas a partir do discurso de flexibilização do trabalho, defendido pelas classes dominantes com vistas à instalação do toyotismo (Antunes, 2006). Com uma gestão horizontalizada do trabalho, esse modelo é capaz de cooptar os trabalhadores ao vender uma aparência de autodeterminação no processo produtivo. No entanto, por trás da capacitação, da polivalência e do trabalho em equipe, está a precarização dos direitos trabalhistas e os regimes de subcontratação, que envolvem a realização de horas extras e a contratação de trabalhadores temporários conforme as necessidades do mercado.

Para consolidar esse novo padrão, elegeu-se a ideologia gerencialista para harmonizar o ambiente organizacional em busca do funcionamento perfeito, a partir da utilização de técnicas supostamente neutras e da modelação das condutas humanas (Dias et al., 2019). Por

consequente, o trabalhador é transformado em gestor e seus objetivos devem se confundir com os da organização, tendo em vista que o gerencialismo atua na minimização das hierarquias. Nesse processo, o trabalhador despende sua melhor atuação ao acreditar que possui autonomia e pode dirigir os rumos da empresa, quando, na verdade, está se submetendo cada vez mais a exploração, com base no discurso de que todos podem atingir o *status quo*.

Todavia, com a crise estrutural do desemprego, emerge a necessidade de outras ideologias para legitimar a nova morfologia do trabalho, caracterizada, principalmente, pelo aprofundamento da informalização, flexibilização de direitos e precarização da classe trabalhadora (Antunes, 2018). Por essa razão, no atual cenário brasileiro, o empreendedorismo é a ideologia que divide espaço com a do trabalho assalariado clássico. Em meio ao desemprego em massa, o capitalismo encontrou no empreendedorismo uma forma de responsabilizar os indivíduos pelo seu fracasso ou sucesso, isentando, assim, a atuação do Estado em fornecer direitos fundamentais à existência humana (Carmo et al., 2021).

Ao ser propagado como meio de alcançar autonomia e ascensão social em contraposição ao trabalho formal, o empreendedorismo isola os sujeitos, com o fito de que estes já não se reconheçam como classe e, em consequência, não se organizem de maneira coletiva contra o trabalho explorado. Desse modo, enquanto os empreendedores acreditam que podem competir de maneira igualitária com a burguesia, os conflitos envolvidos pela relação capital-trabalho são dirimidos.

Embora as ideologias das classes capitalistas predominem nas respostas ao conflito entre capital e trabalho, é fundamental destacar a capacidade de resistência da classe trabalhadora. Segundo Lessa (2012), a superação do trabalho, no formato que assume no capitalismo, constitui uma possibilidade histórica, pois o metabolismo de transformação entre ser humano e natureza não pode ser ontologicamente anulado. Nesse sentido, a criação de formas alternativas de trabalho que resgatem sua dimensão concreta, expressa pela produção e

pelo reconhecimento de valores de uso, representa uma tarefa ontologicamente viável e essencial à classe trabalhadora.

No cenário do capitalismo dependente brasileiro, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) se tornou um dos mais relevantes movimentos sociais da América Latina pelo seu caráter anticapitalista, expresso pela organização de outros modos de trabalho em seus espaços de luta. Por esse motivo, no próximo capítulo, examinaremos a dependência do capital brasileiro e a consequente questão agrária, bem como a resistência que o MST opera nesse cenário.

2. Capitalismo dependente, questão agrária brasileira e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Neste capítulo, abordaremos os aspectos históricos e estruturais que moldaram a formação social brasileira e analisaremos como eles influenciaram a consolidação de um capitalismo dependente marcado por uma persistente questão agrária, cuja superação só é possível com o fim desse sistema. Com esse contexto, apresentaremos os processos de resistência a essa realidade, que culminaram na formação do MST, uma organização que se posiciona junto aos trabalhadores por meio da defesa de uma reforma agrária popular, direcionada ao enfrentamento das barbáries geradas pelo capital.

2.1 Da colonização à economia dependente: a formação social brasileira

A característica particular do capitalismo latino-americano está fundamentada na sua condição de dependência, que, por sua vez, é compreendida por Marini (2017) como “uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (p. 327). No entanto, antes mesmo de adentrar no mercado mundial, a América Latina já assistia a construção das raízes dessa dependência quando teve seu território e povo aniquilados pelo colonialismo e pela escravidão. O processo de dominação e invasão sangrento ao chamado “novo mundo” foi o método que a Europa adotou para consolidar a primeira acumulação do capital. Logo, com o apoio estatal, o sistema colonial subordinou violentamente os povos à aceleração da transição da sociedade europeia feudal à capitalista. De acordo com Marx (2017),

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista (p. 821).

A violência propagada por esse sistema de dominação incide também na separação entre terra e trabalho, tendo em vista a transformação destas em mercadorias. A terra, ao se constituir como meio natural, constitui-se nesse processo de forma basilar e paradoxal, uma vez que, mesmo não sendo produto do trabalho, é subjugada como elemento da dinâmica mercadológica. Contudo, a cisão entre terra e trabalho se revela ainda mais contraditória quando analisamos que as relações de produção só podem ser realizadas através da terra, tida não apenas como fonte de recursos, mas também como meio de trabalho (Paiva, Souza & Cardoso, 2021).

Dada a impossibilidade de desvinculação desses elementos, a colonização facilita a apropriação do capital em relação à terra e ao trabalho, visto que sua consolidação é operada através da posse privada da terra e da imposição do trabalho forçado. Com efeito, a dependência latino-americana, apesar de não ter se estabelecido nesse período, encontra seus primeiros traços no momento em que a riqueza originária deste continente é destinada aos países metropolitanos como forma de acumulação primitiva voltada à consagração do modo de produção capitalista (Traspadini, 2016).

Nesse ínterim, o capital estabelecia sua face comercial no Ocidente europeu ao mesmo tempo em que arrancava do território latino-americano uma alimentação rica em recursos naturais, extraídos pela mão de obra escrava. Analisando essa condição, Galeano (2010) apresentou a América Latina como a região das veias abertas. “Do descobrimento aos nossos dias, tudo sempre se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e como tal se acumulou e se acumula nos distantes centros do poder” (p. 10). A diversidade, produzida pelos modos de produção originários deste continente, não só oportunizou a ampliação dos meios de pagamento por meio de ouro e prata, como também gerou um modo de ocupação particular de tal região, direcionada, sobretudo, à consolidação, manutenção e ampliação da riqueza capitalista nas metrópoles. Logo, as bases histórico-sociais do continente latino-

americano se assentam na conversão da terra em mercadoria, processo pelo qual àqueles que a usurparam puderam tomar seu monopólio e, por conseguinte, usufruíram da renda da terra às custas do suor do trabalho escravo negro e indígena.

Assim como seu continente, o Brasil tem a história da sua formação social vinculada a pilhagens, exploração e violência. Nas três primeiras décadas de invasão, a Coroa portuguesa, em decorrência de sua imersão na exploração comercial com o Oriente, tinha o território brasileiro em seu segundo plano. Sua atuação se restringia ao estabelecimento de relações de escambo com a população originária, em busca de alcançar mão de obra necessária à extração de pau-brasil (Gorender, 2016). Posteriormente, para defender sua colônia americana do domínio francês, a Coroa decidiu ocupar o território a partir do povoamento e da exploração econômica, expulsando os indígenas de suas terras e os obrigando ao trabalho escravo. Esse ponto histórico demarca, portanto, a origem de um *“pueblo sin piernas, pero que camina”*², que enfrenta constantemente os movimentos de reatualização das práticas de saque e escravidão.

A primeira forma de propriedade sobre as terras brasileiras foi concedida pela Coroa a um círculo restrito de privilegiados ligados ao poder político. As zonas mais favoráveis, seja pela facilidade do cultivo ou pela localização, eram concedidas de forma gratuita àqueles que possuíam capital para produzir mercadorias e direcioná-las ao mercado europeu. Esses donatários, além de deter a renda da terra, eram isentos de quaisquer impostos, pois a legislação das sesmarias propiciou que a repartição das terras brasileiras fosse realizada sem embargos senhoriais (Gorender, 2016). Através da lei portuguesa, parte dessas terras poderiam ser transmitidas a qualquer pessoa, sem necessidade de vínculo hereditário, mas com a exigência de cultivo em determinado prazo. Entretanto, o sesmarianismo foi adaptado aos interesses dos senhores de escravos, que, por seu turno, viam os latifúndios como a forma plena do direito à

² Calle 13. Latinoamérica [Vídeo]. YouTube. (<https://www.youtube.com/watch?v=DkFJE8ZdeG8>).

propriedade privada da terra. A conservação das grandes propriedades fundiárias, portanto, consolidou-se como elemento estrutural do escravismo colonial (Gorender, 2016).

Na colonização do Brasil, o escravismo assumiu a posição de modo de produção dominante, tornando-se uma formação social historicamente nova, visto que o seu funcionamento era regido por uma racionalidade econômica própria, protagonizada pelo antagonismo de classes entre senhor de escravos e escravizados (Gorender, 2016; Moura, 2014). A condição de abundância das terras férteis e sua facilidade de acesso no território brasileiro se constituiu como primordial no desenvolvimento dessa dinâmica produtiva. Entretanto, sua gênese só é explicitada a partir da dialética entre forças produtivas e relações de produção, aspectos estes que se condicionam mutuamente conforme a conjuntura histórica. Isto posto, a força produtiva responsável por perdurar o trabalho escravo por séculos foi a plantagem escravista.

A plantagem tinha como prioridade o fornecimento do mercado mundial, visto sua produção especializada em larga escala. O monocultivo, resultante dessa especialização, não era condizente com o mercado interno movido pelas relações de trabalho escravo. Nesse sentido, o provimento destinado ao consumo imediato — necessário à manutenção estrutural de tal modo de produção — era posto em segundo plano, tendo em vista o crescimento da demanda por gêneros tropicais no mercado europeu. Sob os comandos da economia externa, os plantadores escravistas inauguraram o uso destrutivo da terra, que, devido a sua enorme disponibilidade em nosso continente, pôde ser esbanjada por muito tempo. A partir disso, seria determinada a característica itinerante da agricultura, “pois ao plantador seria preferível desbravar terras virgens e férteis, valendo-se do processo brutal das queimadas, a recuperar terras cansadas por meio de adubação intensiva. À exceção da lavoura fumageira, essa constituiu a norma quase absoluta no Brasil” (Gorender, 2016, p. 134). Financiada pelo capital mercantil, a plantagem colonial entrelaçou a monocultura, o latifúndio e a mão de obra escrava,

a serviço dos governos metropolitanos, interessados na exploração lucrativa das colônias e no tráfico de negros.

A venda de escravizados negros, através da coisificação do ser humano na forma de mercadoria, foi o fator crucial para a dominação do modo de produção escravista-colonial. O escravista, nesse processo, além de se apropriar permanentemente da força de trabalho escravo, revertia os custos iniciais dessa aquisição através da exploração do excedente produzido por esse mesmo trabalhador (Gorender, 2016). Por essa via, as grandes fazendas, no lugar de serem organizadas economicamente pelos seus bens produzidos, eram estruturadas através da quantidade de escravos aprisionados em seus cativeiros (Martins, 2015). Com efeito, a propriedade de escravos se caracterizava como mais decisiva e fundamental do que a propriedade da terra. Destarte, a vinculação econômica e jurídica entre terra e trabalho era, nesse sistema, assentada pelo latifúndio escravista.

A instalação do escravismo colonial nos solos brasileiros foi crucial para a construção e manutenção do papel de comprador e acumulador de capital do continente europeu. Todavia, a condição indispensável para a dinamização de tal papel estava no fato de que o sistema econômico aqui formado só sobreviveria com e para o mercado mundial (Moura, 2014). Conforme Marini (2017, p. 334),

É útil ter presente que a produção capitalista supõe a apropriação direta da força de trabalho, e não apenas dos produtos do trabalho; nesse sentido, a escravidão é um modo de trabalho que se adapta mais ao capital que a servidão, não sendo acidental que as empresas coloniais diretamente conectadas com os centros capitalistas europeus — como as minas de ouro e de prata do México e do Peru, ou as plantações de cana do Brasil — foram assentadas sobre o trabalho escravo.

Essa característica inerente da economia colonial, de se submeter aos centros capitalistas, impediu que a acumulação interna de capital alcançasse um nível capaz de transformar qualitativamente as relações fundamentais de produção. Restava a essa dinâmica produtiva ficar estagnada internamente na reprodução contínua do trabalho escravo, sem nenhuma perspectiva de rompimento desse ciclo (Moura, 2014). O escravismo-colonial, ao

imobilizar o desenvolvimento interno do Brasil e ser tomado pelo poder das metrópoles, descapitalizou definitivamente os setores que poderiam favorecer a emergência de uma economia interna. Dessa maneira, “os vestígios escravistas são remanejados e dinamizados na sociedade de capitalismo dependente em função do imperialismo dominante” (Moura, 1983, p. 135).

As classes detentoras de poder, para justificar as contradições da subjugação de um povo ao desenvolvimento de outra nação, recorreram à suposta cientificidade do chamado processo de civilização. O genocídio dos povos originários para a tomada de terras e o tráfico de negros para o trabalho escravo foram justificados ideologicamente a partir da invenção da noção de raça. Em razão disso, a ideia de separação dos seres humanos em diferentes raças resultou na construção de uma sociedade racializada e classificada hierarquicamente (Souza, 2023). Assumindo a posição de ideologia, o racismo atuou na sustentação da realidade escravista colonial e ao mesmo tempo buscou controlar socialmente o mecanismo da luta de classes entre senhores e escravos. As raízes dessa ideologia estão atreladas à propriedade privada dos meios de produção e à consequente lógica mercantil, movida pela produção de valor, que, por sua vez, está assentada na dominação territorial e na exploração violenta do trabalho. Para Souza (2023), a hierarquia racial, resultante desse processo, é responsável, por um lado, pela desumanização dos negros e indígenas e, por outro, pela exaltação da humanidade dos brancos-europeus na estrutura de poder.

Não obstante, o colonialismo só consolidou as bases para a edificação do capitalismo quando alcançou simultaneamente processos de dominação objetivos — operados na articulação metabólica com o capital — e subjetivos, mediados pela ação ideológica. Conforme a concepção das metrópoles, as populações dos países não-brancos não possuíam condições de colaborar com o sentido universal da história e eram, por isso, seres a-históricos (Moura, 1994).

Posicionar o negro e o indígena no antagonismo de classes entre escravos e senhores é demarcá-los como sujeitos da história, capazes de mobilizar mecanismos de resistência no interior desse confronto. Se todos os escravos fossem disciplinados e aceitassem as normas da escravidão, o motor da história seria paralisado (Moura, 1994). Nesse sentido, ao mesmo passo do seu crescimento, a população escravizada organizava sua rebeldia. Os indígenas, a partir de guerras violentas contra os colonos, e os negros, através de movimentos coletivos, representados nos pequenos e grandes quilombos, e individuais, centrados no cotidiano de fugas e descaso pelo trabalho e feitores. Logo, as reduções da existência humana por meio da hierarquia de raças foram sempre contrapostas por meio da resistência de um povo que busca se realizar enquanto ser social. A imagem do indígena e negros submissos e resignados na lógica escravista é desmistificada, principalmente, por casos como Palmares. Segundo Tozato (2023, p. 710), “uma forma alternativa ao modelo colonial escravista, conformando a real possibilidade da liberdade em seus territórios, com controle próprio do trabalho, das relações econômicas e sociais”.

Experiências como essas são capazes de tensionar criticamente o sistema dominante por meio da apresentação de novas alternativas de vida e, em consequência disso, apresentam-se como ameaça ao poder dos colonizadores. Ao terem a estabilidade do equilíbrio social do escravismo colonial afetada, as classes dominantes fizeram o uso violento de diversas formas de repressão e contenção para manter o controle social em suas mãos (Moura, 2014). A negação da dominação colonial por parte dos povos explorados e a violência executada pelos colonizadores para manter o poder são as relações que constituem a dialética da história do Brasil e da América Latina. A violência exercida pelos detentores de poder, além de ser utilizada para apagar as lutas, é empregada para gerar medo naqueles que ousam contestar a ordem vigente.

Propondo esse movimento de resistência ao apresentar o negro e o indígena como sujeitos da história, Clóvis Moura (2014) pontua o escravismo pleno e o escravismo tardio como dois períodos nodais do colonialismo brasileiro. A transição entre esses momentos pode nos elucidar tanto sobre os movimentos políticos de insurgência, quanto sobre as determinações raciais na configuração do trabalho no sistema colonial e, por conseguinte, no capitalismo dependente. O escravismo pleno é deflagrado com o início da colonização e vai até 1850, caracterizando-se, principalmente, pelo domínio das relações de produção escravistas nas dimensões social, política e econômica. A propriedade de escravos, como apontado anteriormente, era a mercadoria viva que propulsionou o motor desse sistema e, por esse motivo, deveria ser adquirida em grandes quantidades. Frente ao crescimento da escravização, os povos explorados organizaram nesse período suas revoltas mais incisivas, que eram controladas mediante a mais severa violência. Centrada nesse ciclo, a economia do escravismo pleno se resumia à mera exportação de produtos nativos ao mercado europeu.

Assim, o campo brasileiro é, desde então, permeado pela contradição entre dois tipos de agricultura. De um lado, uma agricultura restrita à monocultura para exportação, tendo o latifúndio e o trabalho escravo como aspectos centrais da unidade produtiva. Por outro, uma produção diversificada de alimentos destina ao abastecimento interno, com a mão de obra escrava e livre em pequenas áreas de terra. Nesse cenário, a formação social do campesinato brasileiro nasce a partir do enfrentamento da agricultura capitalista (Dominczak, Marcatti & Marcatti, 2020).

O declínio da plantagem em meados do século XIX significou também a falência do do escravismo colonial. A Coroa Portuguesa, por sua vez, instituiu a Lei Eusébio de Queiroz de 1850 para proibir o tráfico internacional de africanos, responsável por atuar como o vetor mais definitivo para a transição do escravismo pleno ao escravismo tardio. Esse momento também marcou o surgimento de uma burguesia brasileira, que, devido ao seu nascimento tardio, passou

a ser apenas um apêndice dos capitalistas da Inglaterra. O país, conforme sua instalação em nosso território e na nossa cultura, deu início a um “processo de modernização sem mudança social” (Moura, 1994, p. 51), pois ao mesmo tempo em que introduziu tecnologias na sociedade brasileira, subordinou-a ao seu mecanismo de dominação. O escravismo tardio foi, portanto, o período que marcou a rápida dinâmica de instauração das relações capitalistas sob a base escravista.

Perante uma constituição dependente, tais relações capitalistas foram impulsionadas externamente pelo capital e seus dirigentes estrangeiros, sobretudo, ingleses. O subdesenvolvimento do Brasil foi contraditoriamente iniciado pela sua modernização, já que a Inglaterra, ao encabeçar esse processo, utilizou estratégias de subjugação não só na nossa economia, mas também na política e na cultura. Ao lado do processo de modernização injetado em um modo de produção escravista, “o Brasil endivida-se progressivamente com os agentes financeiros internacionais. O processo de dependência econômica e financeira progride à medida que esse tipo de modernização avança” (Moura, 1994, pp. 63-64).

Ordenada pelos interesses da burguesia britânica, a proibição da entrada de africanos escravizados em 1850 foi o início da gradual abolição da escravatura no Brasil. Com essa supressão, os proprietários de terras das regiões Sul e Sudeste, que viviam o auge do café, optaram pelo regime assalariado voltado aos imigrantes europeus (Marini, 2017). Nessa perspectiva, apesar de ter sido peça principal em sua fundamentação, o escravismo já não era o modo de produção mais apropriado à dinâmica do capital industrial, visto que a configuração do trabalho escravo se tornou um “obstáculo ao rebaixamento indiscriminado da remuneração do trabalhador” (Marini, 2017, p. 334). Destarte, até a abolição em 1888, diversas leis foram promulgadas para a instalação do mercado do trabalho livre e, por conseguinte, do capitalismo.

Um dos dispositivos jurídicos mais eficazes nesse processo foi a Lei de Terras. O Estado, com essa legislação, desfez-se do seu papel de doador e colocou as terras no mercado

disponíveis a quem tivesse dinheiro para adquiri-las. Atuando como mediador entre o domínio público e o possível proprietário, o Estado conseguiu se desprender de uma abolição radical da escravatura, tendo em vista que a instituição da posse de terras mediante a compra, tirou-lhe do encargo de doar terras como indenização àqueles que foram libertos.

Nesse ínterim, os senhores de escravos foram os mais favorecidos pelo aparato jurídico, pois, além de se manterem com a posse da terra, conseguiram conservar seus privilégios na passagem do escravismo tardio para o trabalho assalariado. Logo, essa transição não ressoou nos interesses das oligarquias latifundiárias, já que mesmo perdendo a mão de obra escrava, ainda poderiam se apropriar livremente da força de trabalho do imigrante pobre europeu. A retirada do negro e do indígena do centro da produção junto a inserção despossuída nas relações capitalistas abre, portanto, as portas para a sua marginalização social. Desse modo, a racialização dos povos invadidos é uma das condições fundamentais para os países centrais atrofiarem nosso desenvolvimento como nação. Em razão disso, “preparam-se as premissas para a abolição se processar de tal forma que tanto essas forças externas como os antigos membros da classe senhorial encontrem no trabalho livre a continuidade e manutenção dos seus privilégios existentes durante o escravismo” (Moura, 1994, p. 84).

A Lei de Terras ainda foi responsável por criar as condições objetivas para a entrada do trabalho assalariado em nosso território. Os trabalhadores racializados, recém-libertos, mesmo tendo efetivado tarefas complexas durante o escravismo, são atribuídos as piores atividades laborais na transição do trabalho escravo ao trabalho livre. Por não terem recursos para comprar terra, tiveram o direito à propriedade privada da terra negado e, em consequência disso, continuam tendo sua humanidade negada ao não serem inseridos de nenhuma forma no processo produtivo. A única opção que restou a esses trabalhadores foi sujeitar sua força de trabalho ao processo de superexploração, movido pela larga franja de despossuídos. Dessa

maneira, o latifúndio foi regulamentado como a estrutura fundiária do país. Segundo Martins (2015, p. 10),

o país inventou a fórmula simples da coerção laboral do homem livre: se a terra fosse livre, o trabalho tinha que ser escravo; se o trabalho fosse livre, a terra tinha que ser escrava. O cativo da terra é a matriz estrutural e histórica da sociedade que somos hoje.

A emergência do mercado de trabalho "livre", nesse cenário, é marcada pelo tensionamento ocasionado em decorrência do enorme contingente de trabalhadores desocupados, em sua maioria negros e recém-libertos pela Abolição de 1888. Assim, a justificativa de escassez de mão de obra para a política imigracionista branca escondia o projeto lucrativo de branqueamento da classe trabalhadora. Ao criar a figura do trabalhador branco europeu associada a superioridade e a maior qualificação da força de trabalho, as classes dominantes viram na marginalização dos trabalhadores racializados uma fonte para a intensificação da extração de mais-valor. Dessa maneira, a indissociabilidade entre raça e classe é essencial para compreender a classe trabalhadora e a luta de classes no cenário brasileiro, uma vez que

a enorme oferta de força de trabalho é a tônica do desenvolvimento dependente e expressa as possibilidades da superexploração. Esta é a condição que demarca o curso da história do trabalho e da classe trabalhadora no pós-abolição: majoritariamente, trabalhadores negros e negras deixam de ocupar o centro da atividade produtiva que lhes fora imposto pela escravidão e passam a ocupar as margens da produção e, portanto, da participação na sociedade regida pela forma mercadoria (Souza, 2023, p. 23).

O capital, depois de conseguir as bases para seu sistema manufatureiro na América Latina a partir do colonialismo, encontra o caminho para sua dimensão industrial que, por sua vez, implicou na imposição de um novo circuito econômico para solucionar suas crises e consagrar sua expansão. Com efeito, o capitalismo se consolida no Brasil e nas outras colônias latino-americanas sob as bases levantadas pelo escravismo e, paralelamente, dado o seu desenvolvimento avançado nas economias centrais, alcança seu caráter monopolista e

imperialista. Nesse processo, a independência formal e a configuração das novas repúblicas, no final do século XIX, foram deflagradas aos comandos da política imperialista britânica.

Na divisão internacional do trabalho, os novos países ficaram com a onerosa função de produzir e exportar bens primários em troca de manufaturas de consumo. Por essa via, mesmo após mais de 300 anos de submissão colonial, o Brasil é impedido de criar meios tecnológicos e econômicos para assumir uma participação soberana no mercado mundial, haja vista sua situação de endividamento externo e sua estrutura agrária. Desse modo, a proclamação da nação brasileira também marcou o início da condição de dependência, que, através da superexploração do trabalho, modifica e renova as formas de desenvolvimento desigual e combinado até os dias atuais.

2.2 Questão agrária, superexploração do trabalho e dialética da dependência brasileira: da modernização conservadora ao agronegócio

O desenrolar contraditório do capitalismo é fundado no desenvolvimento desigual e combinado das leis de acumulação do capital em diferentes partes do mundo. O ritmo acelerado de determinadas economias pressupõe a subordinação de outras economias a seus interesses. A definição de economias centrais e periféricas tem sua gênese na condição de dependência. Sendo dependente, o país tem seu desenvolvimento constrangido para a expansão da economia dominante. Nesse sentido, a dependência se constitui como elemento estrutural da acumulação do capital em sua totalidade e, por esse motivo, não pode ser superada dentro dos marcos da atual ordem vigente. Com efeito, Carcanholo (2013) pontua que a categoria dependência não deve ser compreendida pela vertente moral na determinação de um país sobre o outro, mas sim como um elemento necessário à vida do capital.

A passagem da produção do mais-valor absoluto ao mais-valor relativo no capitalismo, isto é, a maior exploração do trabalhador à desvalorização da força de trabalho por meio do incremento de tecnologias, deu-se graças à inserção da América Latina no mercado mundial. Em um cenário em que a tendência da queda da taxa de lucro era provocada pelo rápido incremento tecnológico, os países centrais viram na troca desigual a oportunidade de drenar as riquezas produzidas pelos países latino-americanos e, assim, resolver o problema da crise estrutural da acumulação do capital.

Ao expor o segredo da troca desigual, Ruy Mauro Marini (2017), em seu célebre texto *A dialética da dependência*, apresenta dois mecanismos atrelados à troca mercantil. Segundo Carcanholo (2013), apesar desses mecanismos estarem articulados entre si, eles se desdobram em distintos níveis de abstração relacionados ao processo de troca. Um primeiro nível se refere ao fato de que diferentes países podem produzir a mesma mercadoria a partir das suas especificidades em relação ao grau de produtividade. Isso implica dizer que os países possuem capitais de valores diferentes e, por isso, eles podem ser maiores ou menores a depender da sua produtividade. Dessa maneira, considerando que o valor das mercadorias é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário a sua produção, os países com a produtividade acima da média continuam a vender seus produtos conforme o valor de mercado e, nessa perspectiva, apropriam-se de um valor maior do que produziram, alcançando, assim, o mais-valor extraordinário. A partir dessa dinâmica, o primeiro mecanismo da troca desigual se expressa pelo desnível produtivo, uma vez que as economias dependentes, caracterizadas pelo nível de produtividade abaixo da média, não conseguem se apropriar totalmente do valor que produziram. O valor não apropriado é, portanto, transferido para as economias centrais, dada a sua alta produtividade na produção de mercadorias.

Compreendido o mecanismo da troca em um mesmo setor de produção, partimos agora para o segundo mecanismo, que atua na concorrência entre diferentes esferas de produção e se

apresenta em um nível menos abstrato da troca desigual. Os países, que possuem produtividade acima da média, produzem mercadorias específicas e, a partir do monopólio destas, alcançam mais valor do que produziram, pois vendem esses produtos por um preço superior a seu valor. Já os países latino-americanos, devido a sua condição dependente, contribuem com a divisão internacional do trabalho por meio da produção de bens primários e, ao trocarem essas mercadorias por produtos monopolizados, transferem uma parte do mais-valor produzido, que será apropriado "na forma de um lucro médio superior à mais-valia produzida, pelos capitais operantes nas economias centrais" (Carcanholo, 2013, p. 195).

Esses mecanismos evidenciam que as economias centrais, além de possuírem capitais com maior capacidade de produção, ainda são favorecidas na troca desigual ao se apropriarem do valor produzido pelas economias periféricas. Para compensar essa assimetria, os países dependentes precisam aumentar a massa de valor produzida, seja através da maior exploração da força de trabalho, seja pelo prolongamento da jornada ou pela combinação dessas estratégias. Com isso, o capital dependente espera que a oferta de bens primários aumente na medida em que a margem entre preços de mercado e valor de produção é acentuada. Considerando esses procedimentos, é possível perceber que

as nações desfavorecidas pela troca desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas (o que implicaria um esforço redobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho), mas procuram compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador (Marini, 2017, p. 332).

A partir dessa forma de compensação, configura-se uma categoria *sui generis* do capitalismo dependente: a superexploração da força de trabalho. Nessa dinâmica de exploração, o trabalhador tem o seu trabalho intensificado ao mesmo tempo em que tem sua jornada prolongada, levando-o ao seu esgotamento prematuro. Esse esgotamento é ainda mais aprofundado quando parte do trabalho destinado à reposição da sua força de trabalho é retirada, impedindo-o de consumir até mesmo as mercadorias estritamente necessárias à sua

subsistência. Desse modo, Marini (2017) propõe que a superexploração seja definida “pela maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento da produtividade, e tende normalmente a se expressar no fato de que a força de trabalho se remunera abaixo do seu valor real” (p. 350).

Dada a sua condição de dependência, o capitalismo latino-americano é convocado a dividir sua riqueza entre as classes dominantes internas e externas. Ao ser desprovido de meios de elevação da produtividade, essa economia encontra na superexploração o mecanismo para aumentar a taxa de exploração e, conseqüentemente, acessar mais valor. O reflexo desse processo está na expropriação direta e indireta da classe trabalhadora latino-americana, que, por sua vez, é superexplorada por uma remuneração abaixo do valor necessário para a reprodução da sua força de trabalho.

Em razão de ter sua existência vinculada aos interesses da circulação do capital, a economia latino-americana direciona sua produção ao mercado externo sem depender da capacidade interna de consumo para se realizar. Dessa maneira, ao voltarmos à realidade brasileira e considerar o grande contingente de despossuídos, provocado pela estrutura latifundiária, assim como a marginalização social das pessoas racializadas, percebemos que a tendência desse sistema está na exploração máxima do trabalhador, “sem se preocupar em criar as condições para que este a reponha, sempre e quando seja possível substituí-lo pela incorporação de novos braços ao processo produtivo” (Marini, 2017, pp. 337-338).

Na dialética da dependência brasileira, o racismo busca conter a luta de classes através da marginalização do negro e do indígena. Ao criar cisões na unidade da classe trabalhadora, essa ideologia favorece a subordinação do trabalho ao capital ao impor a concorrência entre os trabalhadores (Souza, 2023). Os trabalhadores brancos, beneficiados pelos mecanismos racistas, conseguem se inserir de maneira formal no mercado e ao mesmo tempo se sentem ameaçados por aqueles racializados e prejudicados, que compõem o conjunto da força de

trabalho mais barata. Lélia Gonzalez (2020) pontua que o racismo consolida a divisão racial do trabalho ao determinar os sujeitos nas estruturas de classes e manter a força de trabalho negra na condição de massa marginal, no capital monopolista, e de exército industrial de reserva, no capitalismo industrial competitivo. A autora ainda chama a atenção para a articulação entre as opressões de gênero e raça na superexploração da classe trabalhadora brasileira:

Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão. Enquanto seu homem é objeto da perseguição, repressão e violência policiais (para o cidadão negro brasileiro, desemprego é sinônimo de vadiagem; é assim que pensa e age a polícia brasileira), ela se volta para a prestação de serviços domésticos junto às famílias das classes média e alta da formação social brasileira. Enquanto empregada doméstica, ela sofre um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da subordinação e da “inferioridade” que lhe seriam peculiares. Tudo isso acrescido pelo problema da dupla jornada que ela, mais do que ninguém, tem de enfrentar. (Gonzalez, 2020, p. 58)

Ao rebaixar o valor da manutenção da força de trabalho na economia brasileira, o capital atribui a própria classe trabalhadora, principalmente, a sua parcela negra, os custos da sua reprodução. Em razão de estar subordinado aos interesses das classes dominantes internas e externas, o capitalismo brasileiro isentou o Estado das tarefas de reprodução do capital e ainda impediu o consumo massivo de tecnologias voltadas à manutenção da esfera doméstica e de cuidado (Souza, 2023). Face a esse cenário, os custos para a recriação da força de trabalho são atribuídos, historicamente, às mulheres, principalmente, às negras. Na ausência de aparelhos públicos relacionados ao setor reprodutivo, o grande contingente de trabalhadoras negras desempregadas aponta a saída: “força de trabalho barata, a ser subordinada a cumprir as tarefas reprodutivas necessárias” (Souza, 2023, p. 31). Dessa forma, a dialética da dependência brasileira precisa ser analisada a partir da compreensão de que as relações de produção, baseadas na superexploração, consolidam-se através da hierarquização da classe trabalhadora na divisão social, sexual e racial do trabalho.

Junto às formas diversas de hierarquização da classe trabalhadora, soma-se a questão agrária, que se fundiu ao lastro estrutural da dependência quando a independência formal aconteceu no século XIX. Stédile (2011, pp. 15-16) conceitua a questão agrária como “o conjunto de interpretações e análises da realidade agrária, que procura explicar como se organiza a posse, a propriedade, o uso e a utilização das terras na sociedade brasileira.” Como categoria de análise, ela expressa a relação dialética entre campo e cidade e destes com outros países no processo de produção de mercadorias.

A vinculação dessa categoria às contraditórias relações do capitalismo dependente gerou uma realidade histórica marcada pela imposição das piores condições de reprodução para a classe trabalhadora. No caso daqueles que vivem no campo, esse cenário se aprofunda brutalmente (Souza, 2018). Segundo Stédile (2011), o campesinato brasileiro se formou a partir de duas vertentes. A primeira decorre da já mencionada política de imigração, que trouxe camponeses pobres europeus para trabalhar no regime de colonato nas regiões Sul e Sudeste. A segunda tem origem nos descendentes da miscigenação ocorrida ao longo de mais de 300 anos de colonização, atravessada pelo genocídio dos povos indígenas e pela violência dos estupros cometidos por senhores brancos contra mulheres escravizadas. Impedidas de possuir terras, essas populações se constituíram como trabalhadores pobres, que passaram a ocupar, de forma individual ou coletiva, os interiores do país, provocando, assim, a criação da figura do camponês brasileiro.

Com o início da industrialização brasileira na década de 1930, esse trabalhador camponês tem sua força de trabalho superexplorada para estruturar uma indústria voltada à exportação. Embora tal processo tenha proporcionado mudanças em relação à lógica de acumulação interna, sua dinâmica culminou em uma estrutura urbano-industrial dependente, que não se desvinculou nem dos países centrais, nem das oligarquias agrárias locais. Com efeito, a questão agrária, nesse momento, caracteriza-se pela subjugação da agricultura à

indústria e, por extensão, à reprodução ampliada do capital (Stédile, 2011; Traspadini, 2016). Devido à crise econômica e a limitação da produção para o mercado externo, Marini (2017) aponta que o setor industrial do país precisou voltar a sua atenção ao mercado interno com o intuito de ampliar o consumo das camadas médias da sociedade, com base no mais-valor não acumulado.

Um segundo movimento resultante desse período foi o esforço para aumentar a produtividade do trabalho, baratear as mercadorias e, conseqüentemente, incluir o trabalhador no consumo interno de bens manufaturados. Para isso, a grande propriedade rural passa pela modernização capitalista, enquanto os camponeses precisam atender as regras do mercado e se adaptar aos moldes industriais.

Os camponeses cumpriram o papel de fornecer mão de obra barata para a nascente indústria na cidade. O êxodo rural era estimulado pela lógica do capitalismo, para que os filhos dos camponeses – em vez de sonharem com sua reprodução como camponeses, em vez de lutarem pela terra, pela reforma agrária – se iludissem com os novos empregos e salários na indústria. [...] O êxodo contínuo de mão de obra camponesa cumpria também o papel de pressionar para baixo o salário médio na indústria. Ou seja, havia sempre um exército industrial de reserva nas portas das fábricas, à espera de emprego.

Contudo, a predominância do modelo urbano-industrial apenas se consolida em meados da década de 1950, em decorrência da implantação da indústria pesada, que incorporou novos setores de bens de consumo e capital sob a liderança de empresas estrangeiras (Rosa, 2022). As condições para esse processo foram alavancadas pelo pós-Segunda Guerra Mundial. Os avanços tecnológicos desse período exigiram que as economias centrais direcionassem sua produção em máquinas pesadas para outros setores econômicos. As agriculturas dos países periféricos foram eleitas para incorporar esses equipamentos e maquinários que já eram obsoletos para os países centrais, que, por sua vez, buscavam impulsionar os processos de industrialização na América Latina conforme seus interesses (Marini, 2017).

No cenário brasileiro, o período da ditadura civil-militar acentuou a absorção dessas tecnologias. Das indústrias químicas, o país recebeu o incentivo do uso de agrotóxicos e

fertilizantes químicos para a produção agrícola. Já os maquinários pesados, utilizados na guerra, foram destinados para a suposta modernização dos latifúndios (Rosa, 2022). Para superar o quadro de atraso tecnológico, os grandes proprietários de terra e a burguesia industrial buscaram aumentar a produtividade da agricultura a partir dos princípios da chamada revolução verde. De acordo com Machado e Machado Filho (2014, p. 54),

a essência da ‘revolução verde’, hoje gerida explicitamente pelo capital financeiro, que controla o pequeno grupo de multinacionais que detém a patente das sementes e a produção de fertilizantes e agrotóxicos, é mudar o ambiente e implantar as imensas monoculturas, incorporando grandes contingentes energéticos, via ‘insumos modernos’, produtos do petróleo, todos produzidos pelas multinacionais que, por sua vez, são controladas pelo capital financeiro que, assim, realiza a reprodução do capital em um novo segmento econômico, o agronegócio ou agricultura industrial.

Tal projeto de modernização da agricultura, além de ser realizado pelo alto, revelou-se conservador, mantendo a terra concentrada em latifúndios e a superexploração da força de trabalho. Dilacerando as práticas tradicionais camponesas, essa dinâmica impôs um novo modo de vida destrutivo para o campo e cidade, trazendo efeitos desastrosos para o solo e meio ambiente em decorrência do modelo tecnológico, baseado nos agrotóxicos e nas sementes transgênicas (Santos, 2015). Portanto, a integração técnica da agricultura e da indústria consolidou a centralização e territorialização do capital no espaço produtivo do campo. Segundo Dias (2021, p. 159), “a velha propriedade rural conservando sua grande dimensão vai se tornando progressivamente empresa agrária capitalista”. A partir dessa configuração, o campo passou a ser palco das disputas de grandes grupos empresariais, que determinaram novas dinâmicas de subordinação do trabalho ao capital.

Nessa conjuntura, o desenvolvimento desigual e combinado do Brasil se manifesta de forma ainda mais intensificada em razão da reforma agrária sequer aparecer no plano de execução política, dominado pela burguesia nacional. O genocídio dos povos originários junto a expulsão dos trabalhadores do campo, permitiu que a terra e o trabalho fossem direcionados de maneira permanente à acumulação do capital. Sendo assim, o esvaziamento histórico e

intencional do campo “hiperdimensionou a força do capital monopolista financeiro e atrofiou, na contemporaneidade, o sentido de reforma agrária mesmo no teor da revolução dentro da ordem” (Traspidini, 2016, p. 136).

Diante da autonomia do capital financeiro em relação ao capital produtivo, com seu crescente papel na especulação e internacionalização, o Brasil é reposicionado na divisão internacional do trabalho conforme sua condição econômica dependente. Nesse contexto, grupos estrangeiros ampliam sua influência, consolidando o poder do capital sobre as terras mais férteis do país e intensificando a extração de renda da terra. A apropriação desse recurso escasso e estratégico permite a tais grupos, em aliança com a classe dominante interna, monopolizar determinados produtos, cuja produção é moldada pelas características dessa propriedade (Paiva et al., 2021). Assim, na atual fase, o capital se acumula predominantemente em sua forma financeira, exercendo controle sobre a produção de mercadorias e sua circulação em escala global.

Com a deflagração da crise da modernização conservadora a partir de 1980, os capitais, envolvidos na agricultura, foram destinados a uma circulação com juros de investimentos bancários em ações reais ou virtuais (Santos, 2015). Em um movimento de especulações, a economia passou a ser financeirizada, articulando os setores industrial, agrário e bancário. O efeito dessa nova dinâmica do capital deu à produção agrícola uma outra cara, protagonizada pelo agronegócio. Através de campanhas ideológicas, esse modelo conseguiu sua hegemonia ao ser propagado como o grande produtor de alimentos, que “superou o antigo e atrasado latifúndio e opera através de modernas empresas que têm como foco a sustentabilidade e o compromisso com a responsabilidade social” (Santos, 2015, p. 42).

Entretanto, a ação do agronegócio, ao ser financiada pelo Estado para a manutenção do saldo na balança comercial, solapa nossos solos através do monocultivo e do uso excessivo de fertilizantes químicos para garantir que seus produtos circulem como *commodities* no mercado

externo (Santos, 2015). Nesse cenário, a terra, conforme Paiva et al. (2021), atua como capital fictício, capaz de render juros na circulação do capital e, por esse motivo, além de mercadoria, torna-se objeto de especulação. Tal mecanismo atrela ainda mais a questão agrária e a superexploração da força de trabalho na dialética da dependência, tendo em vista que o capitalismo financeiro subjuga a classe dominante das economias dependentes e, ao mesmo tempo, impõe a necessidade de um Estado autoritário e conservador para continuar expropriando riquezas. No século XXI, a subordinação da terra ao capital se atualiza de modo que “a força crescentemente destrutiva da mineração, do agronegócio e dos grandes empreendimentos energéticos³ não permitem qualquer limite ou controle deste processo” (Paiva et al., 2021, p. 106).

O agronegócio, mesmo se apropriando das terras que possuem a maior renda da terra dada a produção de *commodities*, ainda controla os setores em que a renda é baixa, geralmente dedicados ao consumo interno. O abastecimento desse setor é realizado pela agricultura familiar-camponesa, dado que sua produção compreende cerca de 70% dos alimentos que chegam ao prato do povo brasileiro, mesmo ocupando apenas 23% das áreas territoriais⁴. No entanto, essa ocupação é constantemente ameaçada pelo sistema financeiro-bancário, que obriga o trabalhador camponês “a comprometer sua propriedade e produção como garantia dos empréstimos e contratos” (Paiva et al., 2021, p. 105).

Nessa perspectiva, o agronegócio, além de dominar cada vez mais o monopólio da terra, busca interferir tanto no controle do trabalho quanto na dinâmica reprodutiva dos trabalhadores do campo. Como resultado desse processo, a manutenção do campesinato, enquanto produtores

³ A partir da instrução normativa nº 112 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), as áreas destinadas à reforma agrária podem ser negociadas para a instalação de eólicas em troca de projetos de renda para os assentados. No Rio Grande do Norte, a metade dos complexos eólicos está localizada aos arredores dos lotes da reforma agrária e, com essa normativa, o empreendimento dos ventos planeja incorporar o interior dos assentamentos. Ver mais: <https://reporterbrasil.org.br/2024/01/eolicas-reforma-agraria-rio-grande-do-norte/>

⁴ Informações extraídas do Anuário Estatístico da agricultura familiar, realizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG): <https://ww2.contag.org.br/contag-lanca-anuario-estatistico-da-agricultura-familiar-2023-20230725>

diretos em pequenas propriedades, é confrontada pela necessidade da reprodução dos trabalhadores e pelas condições insuficientes para a garantia desta somente por meio do trabalho camponês. Essa realidade, por um lado, impõe ao trabalhador a se submeter ao trabalho assalariado e, por outro, convoca-o como sujeito político capaz de enfrentar e resistir, seja no cotidiano ou nos movimentos sociais, às ordens do capital (Souza, 2018).

A questão agrária, além de atingir a parcela da classe trabalhadora que vive no campo, afeta as condições de vida dos trabalhadores da cidade “na medida em que a estrutura agrária brasileira impõe a estagnação dos seus salários, principalmente através da alta desproporcionada dos preços dos produtos agrícolas, em especial dos alimentos” (Paiva et al., 2021). O agronegócio, ao operar a relação entre o setor agrário e o mercado financeiro, aumenta os custos da cesta básica e escancara a dependência do país com a submissão da reprodução da classe trabalhadora às taxas de câmbio e ao plano geral do circuito do capital fictício.

O caráter estrutural da relação entre questão agrária e dependência revela, assim, que sua superação apenas pode ser articulada com a criação de novas formas sociais de produção e reprodução, libertas das amarras do capital. Nesse processo, a unidade entre trabalhadores do campo e da cidade é primordial para travar a luta de classes e traçar estratégias objetivas e subjetivas de transformação da sociedade. Na atual conjuntura brasileira, a organização que opera essa unidade é o MST, pois, ao ter como tática central a ocupação de terras e disputar ideologicamente as relações de trabalho, mobiliza massivamente as lutas sociais ao mesmo passo em que se constitui como principal opositor do agronegócio e do neoliberalismo (Dias, 2021; Tozato, 2023).

2.3 O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: trabalho e luta de classes

A trajetória de quatro décadas do MST foi construída graças aos processos de resistência que o antecederam. As lutas populares que, ao longo da história brasileira,

propuseram uma alternativa à dominação capitalista da terra e do trabalho ofereceram, a partir de seus erros e acertos, as bases para a longevidade do maior movimento social da América Latina. Em seu texto “Sociologia Política da Guerra Camponesa de Canudos”, Moura (2000) analisa essas mobilizações anteriores ao MST, dividindo-as historicamente em três fases.

A primeira diz respeito ao movimento de quilombagem, articulado pelos negros escravizados, que buscavam negar o escravismo colonial na medida em que este avançava. Os quilombolas eram a fonte de resistência a esse sistema, uma vez que, através da sua luta, desgastaram as forças produtivas escravistas ao raptar escravos de fazendas e, conseqüentemente, diminuíram as forças produtivas da classe senhorial. Apesar dos quilombos não proporem uma alternativa ao escravismo, eles possuíam o potencial de desestabilizá-lo e deixá-lo numa crise permanente. Além disso, esses territórios eram sustentados por uma agricultura policultora-comunitária, capaz de suprir as necessidades de seus membros, em detrimento da monocultura voltada ao mercado externo, praticada pela economia escravista e responsável por levar a população produtora pobre à privação (Moura, 2021).

A segunda fase, por sua vez, é composta pelas lutas posteriores à abolição da escravatura. O arraial de Canudos (1892-1893), situado no sertão baiano e liderado por Antônio Conselheiro, foi capaz de reunir diversos camponeses pobres de todo o nordeste para formar uma sociedade comunitária, solidária e alternativa às relações de exploração pregadas pela recém proclamada República (Moura, 2000). O avanço dessa experiência como exemplo a outros camponeses fez com que o latifúndio e as autoridades republicanas temessem a derrocada de seus privilégios e, por isso, exterminaram a resistência canudense sob a justificativa de combater o fanatismo e o atraso. Com a destruição de Canudos, as oligarquias agrárias acreditaram ter calado definitivamente a luta pela terra.

Todavia, a contestação de áreas territoriais durante os anos de 1912 a 1916 na fronteira dos estados de Santa Catarina e Paraná provou o contrário. Esse território, expropriado para a

instalação de empresas voltadas à construção de ferrovias e extração de madeira, foi o cenário de conflito e resistência que mobilizou diversos camponeses. Mesmo após o assassinato do líder José Maria, esses trabalhadores seguiram defendendo um novo milênio livre de explorações, enfrentando a violência do exército e da polícia, comandados pelos coronéis da época. Contudo, mais uma vez, o Estado junto às oligarquias extermina todos os membros do Contestado para manter a ordem. Além do apagamento pelo extermínio, tanto Canudos quanto Contestado sofreram uma desqualificação histórica, ao serem disseminados apenas como messiânicos e religiosos, quando, na verdade, tiveram um papel importante na organização radical dos camponeses.

Sem vinculação religiosa, a experiência do Território Livre de Formoso, liderada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), ocorreu no período de 1948-1964. Trabalhadores rurais, de origem nortista, ocuparam quase dez mil quilômetros quadrados no estado de Goiás e formaram um território livre paralelo à estrutura latifundiária. A organização desses trabalhadores resultou em uma associação para administrar a produção das terras ocupadas, com vistas a alcançar um projeto de autogestão camponesa (Moura, 2000). Em meio às constantes ameaças de grileiros e do avanço da repressão armada do Estado, o PCB neutralizou o potencial revolucionário desse projeto para apoiar a eleição da burguesia progressista, em troca da retirada das tropas do território de Trombas e Formoso. Apesar de sobreviver a esse recuo político, essa experiência é totalmente dissolvida com a prisão do seu líder José Porfírio em 1964.

A repressão armada e a postura de conciliação do PCB foram refletidas nos movimentos formados no período entre 1950-1964, que, por seu turno, compreendem a terceira fase da luta pela terra no Brasil. Diferentemente dos seus antecessores, essas expressões de luta não apresentaram contestação ou alternativas ao modelo de sociedade vigente, já que suas atuações foram voltadas a pressionar o Estado para se integrar legalmente à estrutura capitalista. Os três

movimentos com maior protagonismo nesse período foram a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), as Ligas Camponesas e o Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master).

Criada em 1954 pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), a ULTAB buscava a organização classista do camponês através do incentivo à criação de associações voltadas às reivindicações por melhores condições de vida nesse contexto. Em 1962, a ULTAB convocou o I Congresso Camponês do Brasil, reunindo diversas representações camponesas com o objetivo de articular nacionalmente a luta dos trabalhadores do campo. Nesse processo, as Ligas Camponesas se destacaram ao defenderem uma reforma agrária radical, proposta a partir da palavra de ordem: “reforma agrária na lei, ou na marra!”. As Ligas nasceram em 1955, através da organização dos trabalhadores em sociedades agrícolas para lutarem contra o aumento do valor do foro - espécie de aluguel pago pelo uso da terra - no Engenho da Galiléia, localizado em Vitória de Santo Antão/PE. Com o apoio e liderança de Francisco Julião, advogado e deputado pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), o engenho foi expropriado e o sucesso dessa ação levou à extensão nacional das Ligas Camponesas.

Já o Master, criado em 1960 no Rio Grande do Sul, pressionava o governo para a criação de assentamentos a partir de ocupações de terras que não estavam cumprindo sua função social. Nesse período, o estado tinha como governador Leonel Brizola, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que apoiou esse movimento na medida em que respondia prontamente às suas reivindicações. Assim, de associação local de trabalhadores sem-terra, o Master, ao estender suas ocupações para diferentes cidades gaúchas, passou a assumir, oficialmente, a posição de movimento estadual.

A pressão desses movimentos pela reforma agrária no campo se juntava à mobilização grevista dos trabalhadores da cidade, que reivindicavam aumentos para alcançar a reposição do valor real do salário. A esse cenário, ainda se somava a crise de desabastecimento interno

de alimentos, responsável por altos níveis de inflação. Em razão disso, o governo de João Goulart compreendeu que, para superar tal crise, era preciso varrer as velhas estruturas que impediam o desenvolvimento e o bem-estar social. Por conseguinte, a união entre campo e cidade direcionou sua luta para as chamadas reformas de base, em busca de, assim, superar a herança colonial do país (Linhares & Silva, 2021). Não obstante, as forças conservadoras - representadas à época pela União Democrática Nacional (UDN) voltada aos interesses empresariais, e por uma parcela do Partido Social-Democrático (PSD), assentado em bases rurais no Nordeste e em Minas Gerais - temiam a dissolução da estrutura latifundiária que tanto lhe favoreciam.

A aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963 marcou o início do que seriam as reformas de base. No lugar da distribuição de terras, essa iniciativa tinha como principal objetivo o assalariamento no campo através da extensão dos direitos trabalhistas. De maneira concomitante, a decadência do ciclo da cana de açúcar no Nordeste, denunciada pelas Ligas, apontava para a política federal a necessidade de desapropriação de terras não exploradas e de destiná-las à policultura. Essa seria a forma do governo combater o desabastecimento, dando prioridade à produção de alimentos para o mercado interno. Entretanto, diante da condição dependente brasileira, “a ampliação da cidadania só poderia ser vista como uma crise entre o Estado e os segmentos sociais que tradicionalmente controlavam a riqueza do país” (Linhares & Silva, 2021, p. 242).

As contradições radicais da estrutura agrária brasileira convocam, portanto, respostas igualmente radicais. Por isso, a posição reformista do governo de Goulart foi logo derrubada pela burguesia local, que buscava preservar seus privilégios de qualquer maneira, não poupando o uso dos meios violentos e ilegais. A mudança da estrutura fundiária significaria, para tal classe, a fragmentação do seu poder político e, conseqüentemente, sua derrota no âmbito da questão agrária, categoria indispensável à superexploração do trabalho no cenário

brasileiro. Dessa maneira, tendo como objetivo conter violentamente a luta de classes, as oligarquias latifundiárias e as demais forças conservadoras internas se unem ao imperialismo para efetivar o golpe empresarial-militar de 1964.

O período da ditadura empresarial-militar exerceu sua dominação no campo a partir do terror. Qualquer contestação em relação ao avanço do capital estrangeiro sob as terras brasileiras era considerada uma subversão. As discussões sobre a questão agrária só apontavam resoluções meramente técnicas, pautadas, principalmente, na capitalização da agricultura. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que grandes empreendimentos realizavam a expropriação de terras com o incentivo fiscal do Estado, as organizações populares camponesas eram duramente reprimidas, tendo seus líderes presos, exilados ou “desaparecidos”. A política de perseguição ao lado da impunidade favoreceu a criação de grupos armados de jagunços, responsáveis por assassinar as lideranças populares e incendiar as casas dos trabalhadores que contrariavam os mandos dos senhores de terras (Linhares & Silva, 2021). Buscava-se, dessa forma, esvaziar a luta pela terra como tema nacional e controlar violentamente o conflito de classes em nome da modernização.

Todavia, as representações conservadoras do capital não conseguiram derrubar completamente as organizações que pautam sua negação. A história, composta ontologicamente por movimentos de contradição, é produzida pelas lutas sociais, protagonizadas pelos sujeitos políticos, que ousam contestar a ordem vigente. Logo, com a repressão militar não poderia ser diferente. A partir do final da década de 1960, surgem a Aliança de Libertação Nacional (ALN) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), as principais guerrilhas que tiveram ações diretas contra o regime militar. As frentes de resistência se manifestaram desde o ressurgimento do movimento estudantil com a refundação da União Nacional dos Estudantes (UNE) e do movimento sindical por meio das greves operárias do ABC no período entre 1970 a 1980 até as articulações pela redemocratização,

expressas pela mobilização massiva nas ruas em 1984 para reivindicar o direito ao voto nas “Diretas Já!”.

A Teologia da Libertação, através da sua atuação pautada na busca do fim das opressões contra as classes exploradas, também teve uma importante contribuição na unidade das lutas do campo e da cidade. Um dos expoentes desse movimento foram as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), por meio do trabalho de base para a articulação de movimentos populares vinculados às regiões em que estavam inseridas (Pamplona & Mendes, 2020). Em relação à luta pela terra, as CEBs atuaram como espaços de socialização política dedicados à transformação da realidade e de rejeição da modernização conservadora (Fernandes, 2000).

Em 1975, essas comunidades ganharam força nacional através da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que, por sua vez, foi fundada com o fito de denunciar as injustiças e os crimes da ditadura militar contra as populações do campo. A denúncia aos conflitos agrários ainda perdura como o objetivo da CPT até os dias atuais, haja vista que a organização publica anualmente o relatório “Conflitos no Campo Brasil”. Além da denúncia, essa comissão foi capaz de organizar silenciosamente ações de resistência durante a ditadura empresarial-militar. Dentre elas, destacam-se as ocupações dos latifúndios de Macali e Brilhante em 1979 no Rio Grande do Sul, as quais marcaram veementemente a retomada da luta pela terra e deram início à gestação do MST.

Essa experiência logo foi refletida como exemplo para diversos trabalhadores sem-terra, que foram expulsos do campo em razão da alta mecanização e concentração de terras, desencadeadas pela política empresarial-militar. As ocupações de terra e manifestações contra esse modelo, apesar de se espalharem por todo o país, ainda não possuíam uma vinculação entre si, já que atuavam de maneira isolada em cada região. Conscientes dessa situação, os agricultores percebiam a necessidade de articulação nacional para avançar na luta pela terra e pela reforma agrária. Nesse processo, a CPT assume o papel de facilitar eventos em busca de

fortalecer os encontros entre grupos e lideranças desse âmbito. Essas atividades junto às mobilizações pela redemocratização criaram as bases para o 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, realizado na cidade de Cascavel, no Paraná, em 1984.

Através da participação de trabalhadores rurais de 13 estados brasileiros e de diversas organizações políticas, esse encontro marcou o nascimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST (Stédile & Fernandes, 2005). A presença de diferentes categorias de trabalhadores rurais, de posseiros a assalariados, sinalizou a necessidade de integração da categoria Sem Terra⁵ para combater a expropriação e intensificação da concentração fundiária. Por conseguinte, o encontro posicionou o Movimento como uma articulação nacional de trabalhadores sem-terra voltada à luta pela reforma agrária e por uma sociedade mais justa, pautada na superação do capitalismo (Fernandes, 2000).

Uma das primeiras ações do MST foi absorver as lições dos erros e acertos das organizações camponesas que o antecederam, integrando esse legado a seus princípios organizativos. A autonomia é o primeiro desses princípios, estabelecendo que as decisões e necessidades do Movimento devem ser determinadas exclusivamente por sua base social, formada de maneira independente de partidos ou qualquer outro tipo de organização. O segundo princípio se refere à estruturação nacional do Movimento, visando superar as limitações das organizações locais, que, por não possuírem articulação, podem estar mais suscetíveis à repressão. Nos 24 estados em que o MST está atualmente organizado, os mesmos princípios e estrutura são seguidos, sendo adaptados de acordo com as particularidades de cada região.

A exposição causada pela centralização da liderança em uma única pessoa em movimentos como Canudos ou nas Ligas Camponesas levou a criação do terceiro princípio do

⁵ Utilizamos essa grafia para designar os trabalhadores que participam do MST e desenvolveram sua identidade Sem Terra

MST: a direção coletiva. Os tradicionais cargos como de presidente e tesoureiro são substituídos por uma direção colegiada em todos os espaços, desde os acampamentos e assentamentos até a direção nacional. Já a disciplina, que constitui o quarto princípio, é fundamentada no respeito e na contribuição para as regras e a organização interna. As discussões sobre esse funcionamento devem ser conduzidas até seu amadurecimento, evitando votações que possam dividir a base social. Portanto, todos têm o direito de se manifestar nos debates; porém, uma vez alcançado o consenso pelo Movimento, essa postura deve ser adotada. Assim, embora as diferenças sejam respeitadas, a unidade é priorizada em detrimento da opinião individual (Stédile, 2016).

Outro princípio é a distribuição de tarefas. As responsabilidades são divididas em diferentes instâncias, uma delas corresponde aos setores de cada área de atuação do Movimento, que vão desde a educação e cultura à produção e saúde. Os militantes responsáveis por algum desses setores, além de cumprir as tarefas delegadas, conseguem adquirir uma formação mais específica no tema, tendo em vista que o MST preza pela formação de seus quadros.

A distribuição de tarefas ainda é refletida na organização da base. Nos acampamentos e assentamentos, as famílias se organizam em núcleos que debatem as suas necessidades. Esses núcleos são coordenados seguindo a proporção de gênero proposta pelo Movimento: uma mulher e um homem. Em relação às assembleias, todos podem votar: jovens, adultos, mulheres e homens. Tal estrutura se replica no âmbito regional, a partir das brigadas, que são compostas por grupos com mais de 500 famílias, como também se repete nos níveis estadual e nacional. Além dessa organização, estão os Congressos Nacionais do MST realizados a cada cinco anos com o objetivo de definir as linhas estratégicas das formas de luta e de estrutura organizativa. Essas deliberações são avaliadas e atualizadas nos Encontros Nacionais, que ocorrem a cada dois anos.

O primeiro congresso aconteceu em 1985, quando o Brasil elegia indiretamente Tancredo Neves como presidente da “Nova República” e começava a se reestruturar em sua democracia burguesa. Demarcando sua autonomia a esse governo, o MST assinalava em sua palavra de ordem que *“ocupar é a única solução”*. As ocupações de terras do Movimento junto à proposta do governo Sarney para um Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) foram logo confrontadas pela União Democrática Ruralista (UDR), uma nova face da burguesia agrária brasileira, que reunia grandes proprietários rurais, sobretudo, pecuaristas. Dispostos a evitar as ocupações dos Sem Terra até mesmo com armas, a UDR patrocinou as campanhas de parlamentares conservadores para evitar a implementação do PNRA e manter a estrutura agrária baseada no latifúndio. Dessa forma, desde seu surgimento, o MST foi intensamente combatido e difamado, e, por isso, precisou também pautar sua resistência ideológica (Tozato, 2023).

O conflito entre a UDR e o MST foi prolongado durante o processo constituinte de 1988. A conquista popular mais significativa no âmbito da reforma agrária foi a regulamentação da desapropriação de terras improdutivas. Em contrapartida, as forças políticas representativas dos proprietários rurais conseguiram adiar a aprovação dessa lei até 1993. Nesse cenário, o MST optou por ir além da via legalista, priorizando as ocupações de terras e as manifestações públicas como ações políticas diretas de enfrentamento e resistência (Coletti, 2005). Essa postura de luta foi refletida tanto na conquista de vários assentamentos para a reforma agrária quanto na expansão do Movimento para 23 estados brasileiros até o início da década de 1990.

Esse período também marcou a chegada de Collor à presidência, governo que inaugurou oficialmente o projeto neoliberal no Brasil, através da abertura da economia e do mercado ao capital estrangeiro. A terra, nesse processo, foi ainda mais concentrada para a instalação das transnacionais, enquanto a pequena produção assistia o aprofundamento da sua crise por meio

da restrição na concessão de créditos e da intensa política de exportação. De acordo com Stédile e Fernandes (2005), esse período representou uma derrota para o MST, pois, além de não implementar a reforma agrária, o governo fez uso da violência policial para reprimir as ações do Movimento. Frente a esse cenário, o MST priorizou sua estruturação interna, articulando estratégias para pensar a organização e a produção nos assentamentos.

Mesmo com a luta para manter os assentamentos independentes da dinâmica do agronegócio, o grande capital ainda ameaça retomar esses territórios e, em razão disso, a articulação de um modelo socioproductivo alternativo é essencial para a resistência Sem Terra (Novaes, Pires & Silva, 2016). Nessa perspectiva, o MST definiu a cooperação como a diretriz político-econômica dos assentamentos e, ao mesmo tempo, como instrumento pedagógico para a formação do ser social. Estando presente desde o acampamento - ainda sem a posse da terra - o longo aprendizado da cooperação deve levar os trabalhadores a uma vida em comunidade, baseada nas práticas de solidariedade para ampliação da capacidade de resistência (Scopinho, 2007).

As práticas de cooperação no MST foram transformadas conforme a conjuntura econômica e política do país. Nesse contexto, podemos identificar quatro períodos distintos na história do Movimento. No primeiro período, durante a fase de consolidação do MST (1985-1987), a prioridade era a ocupação de terras, o que limitava a cooperação a pequenos grupos e associações informais. As cooperativas eram vistas com desconfiança, pois seu controle geralmente estava nas mãos de latifundiários ou do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). No entanto, a burocracia estatal não reconhecia os pequenos coletivos, impossibilitando-os de acessar qualquer recurso material e os levando à inviabilidade econômica. O reflexo dessa dinâmica foi o empobrecimento dos assentamentos, responsável por levar muitos trabalhadores a buscar assalariamento externo para complementar a renda (Novaes et al., 2016).

Para encarar esse cenário e coletivizar os assentamentos, de 1987 a 1992, o MST operou a institucionalização da cooperação por meio das cooperativas. Inspiradas nas experiências dos países socialistas, as Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPAs) foram articuladas tanto como uma estratégia para enfrentar os poucos recursos financeiros e técnicos quanto como uma via de resistência para o desenvolvimento político no campo (Scopinho, 2007). O Movimento tinha como objetivo estabelecer um sistema cooperativista nacional para atender as diferentes realidades dos assentados em diversas partes do Brasil. Dessa forma, “foram organizadas mais de 40 CPAs no país, muitas inteiramente coletivistas, verdadeiras ilhas socialistas não só quanto à organização do trabalho, mas também quanto a certos aspectos da vida doméstica como, por exemplo, o uso de refeitórios e creches” (Scopinho, 2007, p. 89).

Contudo, em 1993, as CPAs se depararam com um período de crise que provocou uma grande evasão dos assentados. Segundo Scopinho (2007), essa crise foi causada pela falta de planejamento interno em relação à lógica do mercado e pela ausência de políticas estatais que facilitassem o acesso ao crédito para os cooperados. Borsatto e Carmo (2014) ainda acrescentam que o projeto de cooperativismo não conseguiu absorver completamente a base social do MST. Essa proposta era uniformemente aplicada em todas as regiões, fundamentada em uma rígida divisão e especialização do trabalho voltada para a produção em larga escala, com o objetivo de competir no mercado e promover a conscientização revolucionária dos assentados simultaneamente. A busca pela coletivização pressupunha a subordinação dos interesses individuais aos interesses coletivos. No entanto, os trabalhadores rurais brasileiros entendiam o coletivo a partir de suas famílias e acreditavam que a independência residia na possibilidade de uso individual do lote de terra conquistado (Scopinho, 2007). Diante da falência desse projeto, o MST precisou estudar novas diretrizes teórico-práticas para realizar a cooperação no trabalho.

A reorganização dessas diretrizes frente ao aprofundamento do neoliberalismo corresponde ao terceiro momento, situado entre os anos de 1994 a 1998. Ao pautar a reforma agrária como uma luta de todos em seu terceiro congresso, o Movimento conseguiu ampliar a sua base social, assim como conquistou o apoio da sociedade mais ampla, até mesmo em âmbito internacional. Tal crescimento foi responsável por pressionar o governo FHC para a disponibilização de créditos concernentes à realização da reforma agrária. Nesse processo, a implementação do Programa de Crédito Especial Para a Reforma Agrária (PROCERA) abriu espaço para as cooperativas regionais de prestação de serviços: modelo que permitiu maior flexibilidade para a organização da produção nos lotes individuais (Novaes et al., 2016). O êxito dessa proposta na consolidação econômica das famílias assentadas e na ocupação de novas terras causou a reação do latifúndio, que logo procurou conter o MST, com o suporte do Estado.

As cooperativas se tornaram alvo por meio da extinção dos programas de crédito e da desmoralização das suas lideranças, acusadas de desviar dinheiro público. Além desses meios, o aparelho estatal dispôs de sua dimensão judiciária às forças dominantes para derrubar o MST. A partir de documentos jurídicos, notícias televisionadas/publicadas, a criminalização do Movimento estava sendo difundida para justificar a violência contra os trabalhadores Sem Terra sob o discurso de manter a segurança da população (Bruziguessi & Bezerra, 2010; Dias, 2021). Os massacres de Corumbiara (1995) e de Eldorado dos Carajás (1996) são exemplificações desse processo, ao evidenciarem como o Estado, a serviço das oligarquias latifundiárias, ordenou e deixou impune a ação assassina da polícia militar.

Em 1997, as vidas ceifadas foram cobradas politicamente na Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária, que reuniu 100 mil pessoas em Brasília. Esse evento demonstrou que, apesar da contrapropaganda ideológica, o MST conseguiu se apresentar como uma alternativa popular à sociedade, capaz de confrontar o governo e propor um projeto de

reforma agrária (Moura, 2000). O crescente apoio popular ao Movimento refletiu na expansão de suas atividades, incluindo a construção de escolas e projetos de alfabetização. Paralelamente, a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB, 1995) apresentou uma nova concepção de cooperação. Transcendendo o fator meramente produtivo, a cooperação promovida pelo MST deveria estar vinculada a um projeto de transformação social e, portanto, atuar na formação política e ideológica dos trabalhadores Sem Terra na luta contra o sistema.

No cenário do capitalismo dependente do país, em que o capital integra a terra à sua acumulação, a luta pela terra precisa necessariamente ser contra o capitalismo e suas formas de exploração e opressão. Com essa nova perspectiva, o MST pautou em 2000, no seu quarto congresso nacional, a organização dos assentamentos. O modelo organizacional cooperativista, no lugar de facilitar a participação política, além de se distanciar da perspectiva histórico-cultural dos trabalhadores, ainda acabava consumindo burocraticamente os dirigentes. Distanciando-se da institucionalização da cooperação, o MST começou a concebê-la “enquanto prática e processo social que contribui para organizar o trabalho e a vida cotidiana resgatando valores, tradições e práticas mutualistas” (Scopinho, 2007, p. 90). Ao lado dessa concepção, o Movimento, ao integrar a Via Campesina⁶, passou a alinhar a luta pela terra à questão ambiental, a fim de propor uma contraposição à atuação degradadora do agronegócio.

O esgotamento do cooperativismo como modelo produtivo junto à necessidade de se pensar a questão ambiental levaram a implementação da agroecologia como novo paradigma para a sociabilidade dos trabalhadores Sem Terra (Borges, 2007). Esse processo de transição agroecológica se inicia em 2000 e continua até os dias atuais, adaptando-se e renovando-se de acordo com os eventos da conjuntura social. A Agroecologia emerge no MST não só como

⁶ É uma organização internacional que tem como objetivo articular os movimentos sociais do campo em nível mundial.

uma prática mais sustentável ao meio ambiente, mas como uma forma política e técnica para confrontar o avanço do agronegócio no campo e, por extensão, das suas relações de dominação, expressas pelo fomento de sementes transgênicas e a vinculação com os capitais transnacionais.

A agroecologia afirma e se soma com o projeto socialista porque para o MST, a agroecologia é mais do que conhecimentos úteis aplicados à agricultura, mas ela se configura como práticas sociais, que implicam em ações que estão inseridas em múltiplas relações naturais e sociais. Ações que geram conhecimentos e nos tornam mais plenamente humanos na medida em que compreendemos melhor o funcionamento dos ciclos da matéria e da energia, bem como os ciclos minerais, os processos de transformações de energia no sistema; os processos biológicos e as relações socioeconômicas (MST, 2014, p. 66).

Em consonância ao atual programa agrário do MST, Borges (2007) aponta que a agroecologia é um campo de estudos multidisciplinar que integra os saberes tradicionais (indígena e camponês) aos conhecimentos científicos para desenvolver novos entendimentos adaptados às particularidades de cada região. Esse campo busca romper com a fragmentação da realidade e o utilitarismo científico promovidos pela modernização conservadora, propondo um modo de vida alternativo baseado na associação livre dos trabalhadores para a sustentação da vida. Portanto, o modelo agroecológico não se limita à preservação do meio ambiente; sua teoria e prática estão ligadas a um projeto de sociedade que busca romper a lógica do lucro e promover a emancipação humana. Assim, a produção não será verdadeiramente ecológica se ocorrer às custas da exploração do trabalho ou se o não-uso de agroquímicos resultar em novas formas de esgotamento do solo. Dessa forma, a relação entre ser humano e natureza deve ser vista como um todo complexo e interdependente, que, por sua vez, aponta a necessidade de um manejo destinado ao equilíbrio ecológico (Rosa, 2017).

Junto à agroecologia, a soberania alimentar também foi adotada como guia para a ação dos trabalhadores Sem Terra. Frente ao cenário de fome, intensificado pela lógica neoliberal do capital, esse conceito questiona o modelo dominante de produção de alimentos, que é controlado por multinacionais e se caracteriza por produtos padronizados globalmente, baseados em poucos itens (Silva, 2019). A soberania alimentar, no entanto, vai além da

segurança e do direito alimentar. Ela se fundamenta na autonomia dos grupos sociais na produção de seus próprios alimentos, livre da submissão às grandes corporações transnacionais. Esse princípio busca promover a liberdade de cultivar e desenvolver alimentos, seja por meio da criação de novas práticas, seja pelo resgate de sementes crioulas, com o objetivo de preservar e valorizar a diversidade cultural dos hábitos alimentares e dos modos de produção agrícola (Souza & Schneider, 2022).

Para concretizar essa perspectiva, o MST criou o Projeto de Formação e Educação Ambiental, voltado à reforma agroecológica nos assentamentos rurais, articulando elementos técnicos e pedagógicos, a partir da elaboração de cartilhas, assistência técnica e campanhas de conscientização ambiental (Borges, 2007). Com a chegada de Lula e do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder em 2002, aliados históricos do Movimento, as organizações de base esperavam que o governo ampliasse as desapropriações de terra para fins da reforma agrária e destinasse políticas públicas para fomentar a transição agroecológica dos assentamentos. Mesmo propondo o II Plano Nacional para a Reforma Agrária (PNRA), o governo, no período de 2003 a 2006, assentou apenas 192.257 famílias em detrimento das 343.958 famílias acampadas pelo MST (Gonçalves, 2008).

Nesse sentido, com exceção do fim da repressão direta sobre os movimentos sociais do campo, o governo do PT manteve a mesma abordagem dos governos anteriores, realizando apenas tímidos avanços na política de reforma agrária. Diante desse cenário, o MST continuou a ocupação de terras e de prédios públicos para pressionar o governo e evidenciar a concentração fundiária à sociedade, ao mesmo tempo em que inseriu a agroecologia em seu processo educacional, através de cursos superiores e técnicos, apoiados pelo Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária (PRONERA).

A pressão exercida pelo MST e outros movimentos sociais do campo resultou na criação de políticas públicas voltadas para a promoção da agricultura familiar e da segurança

alimentar. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) se destaca por simplificar os processos de aquisição de alimentos para programas públicos, promovendo a agricultura familiar por meio da compra de alimentos destinados à rede socioassistencial para garantir o direito à alimentação. Já a atuação direta contra a insegurança alimentar é realizada pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que destina 30% de seus recursos para compras no segmento da agricultura familiar e reforma agrária.

Nesse contexto, Chistofolli (2016) analisa que esses programas, entre os anos de 2005 a 2010, atuaram como agentes da reorganização das famílias assentadas, fomentando a cooperação em pequena escala, reflexo da retomada das associações e cooperativas. Todavia, a política neodesenvolvimentista dos governos de Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016), apesar de reduzir a pobreza pela intervenção estatal, andou de acordo com os interesses da burguesia interna (Boito Jr., 2023). As políticas de privatização e exportação consolidaram o capital financeiro e, ao mesmo tempo, facilitaram a dominação do modelo agroexportador. Nesse contexto, a produção de alimentos é subjugada à produção de *commodities*, caracterizada pela utilização de grandes quantidades de insumos químicos e tecnologia aplicada (Stédile, 2016).

Em 2007, por meio de seu quinto congresso nacional, o MST propôs um projeto popular para o Brasil em resposta às contradições daquele momento. Apesar dos esforços do PT em conter a luta de classes por meio de políticas públicas, o Movimento demonstrou sua autonomia ao pautar sua participação no governo através do tensionamento. Enquanto o agronegócio destinava nossas riquezas ao mercado externo, o MST oferecia uma alternativa para o Brasil com o lema "Reforma Agrária, por Justiça Social e Soberania Popular". Dessa forma, o Movimento evidenciava seu compromisso com as classes populares, propondo um projeto que passava necessariamente pela reforma agrária, vista como essencial para enfrentar as questões sociais do país.

Esse projeto foi oficialmente formulado no sexto congresso nacional do MST, através da palavra de ordem “Lutar, Construir Reforma Agrária Popular!”, que reverbera até os dias atuais. A luta pela distribuição de terras, visada pela reforma agrária clássica, já não era mais suficiente mediante a dominação do agronegócio. Para transformar a estrutura agrária brasileira, era necessária uma reforma agrária que unisse os trabalhadores do campo e da cidade e que fosse, portanto, popular (Bastos, 2018). A alimentação foi o caminho que o Movimento utilizou para sensibilizar a sociedade, sobretudo, a classe trabalhadora. Nesse sentido, o projeto agrário do MST propõe que a organização da produção seja baseada na matriz agroecológica, voltada à soberania alimentar e, consequentemente, à produção de alimentos saudáveis, sem agroquímicos e destinados à população brasileira. A partir dessa perspectiva, o MST propõe uma nova relação entre ser humano e natureza, pautando uma outra forma de organizar o trabalho e a cooperação. Assim, o atual conflito de classes no cenário brasileiro é protagonizado por dois projetos: um representado pela reforma agrária popular do MST e, o outro pelo agronegócio, uma nova moldura para vender a “modernização” dos latifúndios, presentes em nossa história desde o escravismo colonial.

A vertente anticapitalista do projeto do MST, ao propor formas alternativas de produção e trabalho, indica que seus espaços de luta dedicados à resistência à dominação burguesa podem ser direcionados à construção de ideologias populares e contra-hegemônicas (Coletti, 2005; Bastos, 2018). Tão necessárias para contestar a entrega de nossos territórios ao capital financeiro internacional, facilitada pelo governo Temer (2016-2018) através da alteração da Lei 5.709/71, a qual proibia a transferência direta de terras para estrangeiros. No governo Bolsonaro (2019-2022), a dominação do capital estrangeiro foi ainda mais aprofundada através da formulação de projetos relacionados à grilagem e à legalização de posses irregulares de grandes áreas (Ferraz, 2023).

O bolsonarismo, representado pela aliança entre neoliberalismo e neofascismo (Boito Jr., 2023), elegeu o MST como seu inimigo. Além da reforma agrária ser estagnada e o agronegócio ser eleito como o único modo da produção agrícola, os ataques ao Movimento foram intensificados por meio da utilização dos aparelhos estatais para criminalizar e reprimir os trabalhadores Sem Terra. Mesmo com o retorno de Lula à presidência em 2023⁷, o bolsonarismo ainda ressoa na agenda econômica e nas relações sociais, visto que, ainda no primeiro ano mandato, foi organizada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) contra o MST. Uma estratégia da oligarquia latifundiária junto a uma parte da burguesia brasileira para desmobilizar as políticas de reforma agrária no governo e, ao mesmo tempo, enfraquecer a imagem do Movimento. Contudo, a presença do MST nos noticiários e nas redes sociais trouxe o debate da luta pela terra para o cotidiano da sociedade. Essa visibilidade junto a estratégia de massificação do uso do boné do Movimento foi convertida em apoio popular, tão necessário à sua construção e continuidade (Tozato, 2023).

A força simbólica e comunicativa do MST, além de ser estampada em seus bonés, também é carregada em bandeiras e hinos em suas marchas e diversos outros espaços de atuação. Além disso, cada dimensão da vivência no Movimento possui uma intencionalidade educacional, com o intuito de humanizar os trabalhadores sem-terra e afastá-los do caráter abstrato do trabalho e suas consequências (Caldart, 2001). Por conseguinte, esse processo já tem início na participação dos sujeitos na ocupação de terra, que se constitui como tática central do MST.

Localizados em pontos estratégicos, como as margens de rodovias, os acampamentos têm como objetivo denunciar a concentração fundiária e sensibilizar a sociedade sobre a

⁷ Ao final do segundo ano do terceiro mandato do petista, o MST considera negativo o balanço das ações relacionadas à reforma agrária e às conquistas efetivas para o povo brasileiro. Essa avaliação decorre da insuficiência de recursos destinados às políticas voltadas à população do campo e da estagnação nos processos de desapropriação de terras. Ver mais:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/12/07/na-presenca-de-ministros-mst-critica-paralisa-da-reforma-agraria-no-governo-lula>

importância da luta pela terra (Figueiredo & Pinto, 2014). Mesmo sob a precariedade das lonas e submetidos a constantes ameaças de despejo, os acampados participam de um processo político-pedagógico fundamentado na construção de um ideário coletivo, essencial para o fortalecimento da identidade de classe (Martins, 2012; Sewo, 2020).

Esses espaços também se configuram como ambientes propícios para que os trabalhadores compreendam a dinâmica da organização política. Por meio de assembleias que promovem a participação e a reflexão coletiva, os acampados discutem as ações necessárias para o funcionamento e a manutenção do grupo (Figueiredo & Pinto, 2014). Nesse contexto, a experiência no acampamento exige disciplina, tanto para compreender as regras do Movimento quanto para aprender a viver em comunidade ao lado de pessoas anteriormente desconhecidas, mas que compartilham uma história comum de superexploração da força de trabalho (Vendramini, 2005).

Ao se verem na história do outro, os acampados passam a integrar uma dinâmica coletiva em que a culpabilização individual por suas dificuldades dá lugar ao reconhecimento das raízes sociais de seus aparentes insucessos (Martins, 2012). Assim, o trabalhador, ao se sentir parte de uma coletividade e construir sua identidade dentro dela, rompe com o individualismo que dissolvia o ser social. Esse período vivido nos acampamentos é essencial para a formação da identidade Sem Terra e para o fortalecimento dos laços entre os trabalhadores, elementos cruciais para a organização dos futuros assentamentos (Vendramini, 2005).

Considerada tal dinâmica, a identificação subjetiva dos participantes do MST é uma questão imprescindível para a ação coletiva. No entanto, o Movimento ainda convive com o desafio de realizar a mediação entre a singularidade camponesa e a universalidade de classe (Bastos, 2018). Por isso, a ideia de uma reforma agrária popular, que integre as contradições entre campo e cidade e dê protagonismo às/aos trabalhadoras/es, a partir da cooperação e

agroecologia, surge como uma estratégia para o Movimento mediar politicamente a organização da classe trabalhadora contra a superexploração do capital.

Entretanto, esse objetivo representa um desafio para o Movimento, pois a agroecologia e a cooperação, enquanto componentes centrais de sua ideologia do trabalho, precisam se afirmar como respostas concretas no cotidiano dos trabalhadores Sem Terra. O cotidiano ganha tal importância por ser tanto o ponto de partida quanto de chegada da ideologia (Silva, 2015; Coelho Lima et al., 2021). Da vida cotidiana, são retiradas as respostas a serem sintetizadas para os problemas diários e, a ela, estas devem voltar para orientar a ação dos sujeitos. Como âmbito da produção e reprodução social, a cotidianidade convoca um estado específico da consciência, exigindo um modo particular de realização da atividade prática. O imediatismo e espontaneísmo, exigidos pela contínua satisfação das necessidades, acabam criando um mundo da pseudoconcreticidade (Kosik, 2002), que impossibilita a constante reflexão do sujeito acerca da totalidade social. Em virtude desse caráter imediato, a ideologia deve se apresentar de maneira sintetizada e condizente com a realidade objetiva e histórica que o sujeito vivencia.

Como mencionado anteriormente, o processo de internalização dos discursos ideológicos não se limita à simples reprodução das ideias na ação dos sujeitos. Esse processo é mediado pelas particularidades da personalidade e do contexto social de cada indivíduo. Diante dessa dinâmica, torna-se essencial investigar como os trabalhadores Sem Terra metabolizam, de forma mediada e singular, os princípios da agroecologia e da cooperação presentes no discurso do MST.

Vivendo no contexto capitalista, os trabalhadores Sem Terra enfrentam constantes contradições e disputas ideológicas relacionadas ao trabalho. De um lado, as oligarquias latifundiárias promovem contrapropagandas que criminalizam e reprimem as ações do MST (Dias, 2021). De outro, a necessidade imediata de garantir a viabilidade econômica dos acampamentos e assentamentos frequentemente coloca a luta política em segundo plano

(Vendramini, 2005). Além disso, esses trabalhadores são atravessados pela racionalidade neoliberal (Dardot & Laval, 2016), que individualiza os problemas sociais, responsabiliza os sujeitos por suas condições de vida e desvaloriza a coletividade, exaltando um ideal de autossuficiência. Tomando esse cenário como ponto de partida, detalharemos, no próximo capítulo, os aspectos metodológicos adotados para compreender como a resistência do MST às ideologias dominantes do trabalho se manifesta na dimensão singular de seus trabalhadores.

3. Ideologias e sentidos do trabalho: procedimentos metodológicos

A problemática investigada e os aspectos metodológicos são, na Psicologia Histórico-Cultural, elementos indissociáveis. Os instrumentos do pesquisador se desenvolvem conforme o desenrolar da pesquisa e as características do campo e, por esse motivo, são, ao mesmo tempo, processo e resultado (Vigotski, 1995). Essa compreensão já revela a necessidade de um método que seja capaz de abarcar a historicidade envolvida tanto no processo de pesquisa quanto na constituição do ser humano. Na Ideologia Alemã, Marx e Engels (2007) apresentam o materialismo histórico e dialético como a chave para apreender a formação da realidade e da consciência humana, a partir da dialética da transformação e das circunstâncias históricas envolvidas pela relação entre o ser social e a natureza.

Ao ter como base tal método, a perspectiva vigotskiana considera que o sujeito é concebido na dialética das relações sociais, mediadas de maneira semiótica (Zanella et al., 2007). O posicionamento epistêmico-ontológico implica, portanto, na visão de mundo responsável por construir o problema de investigação e, conseqüentemente, na escolha dos procedimentos metodológicos, que evidenciam, simultaneamente (Zanella et al., 2007), a singularidade entre pesquisador e realidade, bem como as potencialidades do estudo. A partir de tais considerações, a problemática central que atuou na elaboração dos nossos objetivos é expressa por meio da seguinte questão: quais são as ideologias que influenciam as ações cotidianas dos trabalhadores Sem Terra?

O objetivo geral que busca responder a essa pergunta consiste em analisar as características das ideologias do trabalho presentes no cotidiano dos trabalhadores Sem Terra. Para tanto, propusemos quatro objetivos específicos:

- A) Apreender a história dos trabalhadores no Movimento;
- B) Identificar os sentidos atribuídos ao trabalho no MST e ao trabalho superexplorado;

- C) Levantar as ações dos Sem Terra relacionadas ao conflito do uso da força de trabalho;
- D) Investigar as funções ideológicas dos sentidos atribuídos pelos Sem Terra ao trabalho no MST e ao trabalho superexplorado.

Os objetivos elencados se relacionam aos aspectos singulares dos trabalhadores Sem Terra. No entanto, essa singularidade não será tomada aqui de maneira isolada, mas como um caminho para analisar as mediações que a conduzem à particularidade e à universalidade. Segundo Lukács (1967), as determinações pelas quais o indivíduo se constrói como ser social, ou seja, suas relações com pares, a sociedade que vivencia e as generalizações que acessa estão objetivamente presentes nesse próprio indivíduo, em sua concreticidade. Por isso, as falas e ações dos trabalhadores Sem Terra serão nosso ponto de partida, pois, ao nos limitarmos à imediatividade desses aspectos, estaríamos sujeitos a mera representação caótica do todo. A superação desse imediatismo só pode ser alcançada pela apreensão da particularidade, que, ao atuar como elo na interação dialética entre singular e universal, apresenta as determinações e transformações envolvidas nessa relação.

De acordo com essa dialética, a práxis do pesquisador deve ser voltada à explicação de “como a singularidade se constrói na universalidade e, ao mesmo tempo e do mesmo modo, como a universalidade se concretiza na singularidade tendo a particularidade como mediação” (Pasqualini & Martins, 2015, p. 363). Por esse motivo, a análise do processo de significação dos trabalhadores Sem Terra exige-nos, consoante a Vigotski (1995), a busca pelas raízes históricas que levaram ao seu desenvolvimento. Para o autor, essa seria a forma de conceder movimento ao objeto fossilizado, compreendida então como apreensão genética. Nesse sentido, essa apreensão implica a suspensão dos aspectos fenomênicos e imediatos do fenômeno, com o fito de identificar as leis explicativas direcionadoras de seu desenvolvimento (Pasqualini & Martins, 2015).

Em consequência, no lugar de descrever a aparência, Vigotski (1995) nos convida a explicar as relações dinâmico-causais encarregadas pela constituição da base dos fenômenos. Por esse prisma, a teoria vigotskiana se constitui como uma perspectiva explicativa-relacional, pela qual “o sujeito é compreendido a partir da sua condição inexoravelmente social, cultural e histórica” (Zanella et al., 2007, p. 30). Dessa forma, a complexidade envolvida pelo processo de consecução dos nossos objetivos nos convoca a romper com os métodos de decomposição em elementos e adotar o método de unidade de análise, proposto por Vigotski (2009). O autor soviético considera que as unidades são aquelas propriedades que não se decompõem e contém em si não só a representação, mas também a determinação da totalidade de uma relação. Na presente pesquisa, a unidade com essas características, que nos guiará na busca por respostas a nossa problemática, será a de sentido-significado, pois esta nos indicará as relações correspondentes à internalização das ideologias.

Segundo Zanella et al. (2007), a transição do social à singularidade e desta ao social apenas pode ser analisada pelas relações atravessadoras desse movimento. Por conseguinte, a psicologia histórico-cultural não estuda um objeto, mas um movimento, ou melhor, um processo da totalidade, tendo em vista que a história é o fundamento dessa investigação (Vigotski, 1995). Dessa forma, o sujeito tem um papel ativo na história, pois, ao se apropriar da realidade, ele a recria na vida cotidiana.

Para captar a singularidade dos trabalhadores Sem Terra e compreender suas determinações universais, adotamos como estratégia metodológica o estudo de caso ampliado de Burawoy (2014), uma abordagem etnográfica alinhada aos princípios do materialismo histórico e dialético. Essa escolha se fundamenta na perspectiva de que a ideologia se apresenta aos indivíduos como soluções para os seus dramas cotidianos, permeando, assim, suas práticas, que podem ser expressas nas ações, falas e interações dos sujeitos-participantes.

3.1 Estudo de caso ampliado

No estudo de caso ampliado, teoria e prática são entendidas como a unidade destinada a guiar a relação dialógica e dialética entre pesquisador e participante. Com o intuito de ampliar essa relação e superar a neutralidade da etnografia positivista, Burawoy (2014) propõe que o sujeito responsável pela investigação reconheça sua posicionalidade e o antagonismo característico entre pesquisador-pesquisado. Além disso, o pesquisador, ao ter a teoria como fundamento, deve estar ciente dos efeitos da pesquisa tanto em relação aos seus participantes quanto à própria ciência.

O estudo de caso ampliado, nesse sentido, pressupõe a realização de quatro princípios, a saber: intervenção, processo, estruturação e reconstrução. O pesquisador, ao se inserir no cotidiano do grupo estudado, já opera uma intervenção na vida das pessoas que o compõem, uma vez que as retira do seu tempo e espaço. Essa intervenção, consoante a Burawoy (2014), não pode ser negada, mas investigada. No segundo princípio, vemos que, assim como Vigotski (1995), Burawoy (2014) prioriza a investigação do processo em vez do conhecimento situacional. Conhecendo o movimento e a totalidade da realidade, o sociólogo britânico aponta que é impossível isolar os fenômenos de seu contexto e, por esse motivo, é necessário ampliar os microprocessos às macroforças, por meio da análise dos eventos significativos que acontecem no âmbito singular e conformam ou rompem as forças universais, constituindo, assim, o terceiro princípio, o da estruturação.

O cotidiano, portanto, é estudado sob a ótica da estruturação, ou seja, considera-se que ele é ao mesmo tempo “estruturado e estruturador das forças externas do campo” (Burawoy, 2014, p. 66). No quarto princípio, a teoria assume o posto de elemento mediador, responsável por direcionar as relações do pesquisador no campo e para identificar as forças externas que estão além desse território (Burawoy, 2014). Através dessa abordagem, podemos compreender que não só os instrumentos são modificados no processo de investigação, mas também a teoria,

que passa por um processo de reconstrução influenciada pela dinâmica do fenômeno estudado. Dessa maneira, a teoria é ampliada por meio do encontro com os sujeitos-participantes.

Por essa razão, Burawoy (2014) aponta que não devemos nos preocupar com a representatividade do caso, mas como ele pode contribuir para a ampliação da teoria. Nessa perspectiva, ao reunir a teoria e prática em uma unidade interdependente, essa perspectiva etnográfica busca a ampliação: a) do observador dentro da comunidade a ser estudada, b) das observações no tempo e no espaço; c) dos microprocessos às macroforças e d) ampliação da teoria. Assim, o estudo de caso ampliado, enquanto abordagem etnográfica, estabelece-se como guia para a pesquisadora em seus encontros com os participantes e o território investigado.

3.2 Território e participantes da pesquisa: uma caracterização

O cenário nacional de concentração de terras e expropriação dos trabalhadores se particulariza no Rio Grande do Norte por meio do cultivo de cana de açúcar. As terras mais agricultáveis do estado, sobretudo, as da zona da mata potiguar, foram eleitas como o espaço ideal para a instalação dos engenhos. Uma das cidades que até hoje vivencia os efeitos desse processo é Ceará-Mirim, situada na zona metropolitana de Natal/RN. O clima tropical-úmido junto ao solo massapê foram as características físicas que fizeram a cidade ser escolhida como o pólo estadual de produção de cana de açúcar. Uma atividade que se instala em grandes propriedades, responsável por perpetuar a posse da terra na mão dos latifundiários.

Diante da falência do ciclo da cana de açúcar, o MST territorializa a luta pela terra neste município a partir da ocupação de fazendas improdutivas desde o final da década de 1980. O resultado dessas ações se expressa na desapropriação das terras, destinadas à construção de 19 assentamentos rurais do Movimento em Ceará-Mirim. Contudo, a luta continua. Desde 2003, um colégio agrícola desativado, situado na interseção entre o rural e o urbano, às margens da BR-406, dá lugar ao Centro de Educação e Capacitação Patativa do Assaré. Nesse espaço, o MST, em parceria com institutos e universidades federais, promove diversas iniciativas, desde

cursos técnicos à graduação, para a formação dos acampados e assentados, com o intuito de capacitá-los através da agroecologia e, assim, fortalecer a construção da reforma agrária. Além da formação, o Centro também abriga a sede da cooperativa do MST potiguar, a Cooperativa de Produção, Agroindustrialização e Comercialização das regiões Mato Grande e Grande Natal (COOAP), encarregada de distribuir alimentos, produzidos em assentamentos, para diversas escolas do estado.

Em torno deste Centro, estão localizadas as Comunas da Terra Fidel Castro e Sabaia, que são os territórios onde esta pesquisa se desenvolve. De acordo com Goldfarb (2007), as comunas surgiram em 2001 como um novo modelo de organização de assentamentos e acampamentos no estado de São Paulo, compostas por camponeses sem um vínculo recente com a terra. Situadas nas franjas dos centros urbanos, as comunas representam uma alternativa de vida com uma nova organização do trabalho, oferecendo tanto a geração de renda quanto a articulação coletiva para populações que viviam no campo e precisaram migrar para a cidade de forma compulsória (Tozato, 2023).

Seguindo esses objetivos, o processo de fundação da Comuna Fidel Castro teve início em 2017, por meio de um trabalho de base com famílias que moravam de aluguel na zona urbana de Ceará-Mirim. Após sete anos de existência, a Comuna Fidel Castro acolhe 33 famílias, em sua maioria chefiadas por mulheres, que se uniram à luta pela terra ao ocuparem uma área em frente ao centro de formação. A estrutura dessa comuna inclui um barracão para reuniões organizativas e uma horta comunitária, ambos mantidos pelo trabalho coletivo em mutirões realizados quinzenalmente.

Já a Comuna Sabaia, que carrega em seu nome uma homenagem a um grande militante do MST-RN, surgiu em 1º de maio de 2021, no contexto da pandemia e em meio aos frequentes ataques do governo Bolsonaro ao Movimento. Durante esse período, o Centro Patativa do Assaré foi alvo de várias invasões, resultando na destruição de grande parte de seus materiais

físicos. Em resposta, a construção da Comuna Sabaia seguiu uma dinâmica diferente. Primeiro, a ocupação foi iniciada com o propósito de preservar a estrutura do Centro, enquanto também se configurava como uma estratégia de resistência do Movimento na cidade. Segundo, a seleção dos trabalhadores que lideraram essa ocupação foi realizada de forma interna, com dois militantes recrutados de cada acampamento do estado, comprometidos a viver na cidade e a contribuir para a realização dos objetivos propostos. Contudo, apesar de contar com a presença de 30 famílias, essa Comuna ainda não possui espaços coletivos para que os seus acampados realizem reuniões ou compartilhem uma horta.

As terras destinadas a essas comunas são significativamente menores do que as dos assentamentos rurais, com lotes de aproximadamente 1.000m² por família. Por isso, a produção agrícola nas comunas é baseada no conceito de quintal produtivo, uma diretiva do Movimento que incentiva o cultivo de frutas e hortaliças nos territórios de acampamentos e comunas. Nesse contexto, a produção de alimentos nas Comunas Fidel Castro e Sabaia é voltada principalmente para o autoconsumo, mas, em alguns eventos específicos, é direcionada para a comercialização em feiras municipais e estaduais. A escolha dessas duas Comunas para o estudo decorre do fato de estarem em estágios diferentes de formação: enquanto a Fidel Castro já possui uma estrutura mais consolidada para o trabalho coletivo, a Sabaia ainda não conta com esses espaços. Assim, nosso objetivo não é compará-las, mas destacar as diferentes particularidades que determinam a singularidade dos nossos participantes inseridos na luta pela terra.

A definição do número de participantes para esta pesquisa foi determinada ao longo do processo de investigação. Consideramos que a participação de cada sujeito, ao expressar sua singularidade, também reflete as particularidades que moldam suas especificidades (Pasqualini & Martins, 2015). Nessa perspectiva, baseamo-nos no debate de Lukács (1967) sobre a particularidade. Para o autor, essa categoria, além de mediar a relação entre o singular e o universal, é essencial na conexão entre a realidade objetiva e a produção do conhecimento.

Assim, a escolha do número de participantes ocorreu *a posteriori*, durante o andamento do estudo, sendo concluída quando as singularidades abordadas foram suficientes para indicar as diversas particularidades discutidas nesta pesquisa.

Com isso, definimos um grupo de 10 participantes, a fim de captar suas diferentes perspectivas no processo investigado, considerando a diversidade de faixa etária e gênero. A predominância de mulheres se justifica, sobretudo, pela maior presença feminina na Comuna Fidel Castro. Na Tabela 1, são apresentadas as informações sociolaborais e o tempo de participação no MST dos entrevistados. A fim de nos aproximarmos da singularidade desses trabalhadores⁸ e compreender suas determinações universais, utilizamos os princípios do estudo de caso ampliado para os procedimentos de construção de dados desta pesquisa.

Tabela 1

Informações sociolaborais dos participantes

Nome	Idade	Raça/ Cor	Escolaridade	Estado civil/Filhos	Profissão	Renda	Tempo no MST	Comuna
Rosa	56 anos	Parda	Ensino fundamental incompleto	Casada/ Quatro filhos	Agricultora	Até um salário mínimo	7 anos	Fidel Castro
Nádia	52 anos	Preta	Ensino fundamental incompleto	União estável/ Dois	Agricultora e manicure	Até um salário mínimo	7 anos	Fidel Castro
Margarida	70 anos	Parda	Ensino fundamental incompleto	União estável/ Sete	Agricultora e Aposentada	Até um salário mínimo	1 ano	Fidel Castro

⁸ A nomeação dos participantes é realizada de maneira fictícia, baseando-se em grandes nomes da luta pela terra e pela transformação da sociedade.

Elizabeth	24 anos	Preta	Ensino médio completo	União estável/ Um	Agricultora	Até um salário mínimo	3 anos	Sabaia
João Pedro	48 anos	Parda	Ensino fundamental incompleto	União estável/ Um	Agricultor e trabalhador assalariado	Até um salário mínimo	7 anos	Fidel Castro
Clara	27 anos	Branca	Ensino médio completo	Casada/ Dois	Agricultora e funcionária pública	Entre um a dois salários mínimo s	1 ano	Fidel Castro
Antônio	66 anos	Branca	Ensino fundamental incompleto	Solteiro/ 11	Aposentado e Agricultor	Até um salário mínimo	2 anos	Sabaia
Carlos	33 anos	Parda	Ensino médio completo	União estável/ Um	Agricultor	Até um salário mínimo	1 ano	Sabaia
Olga	63 anos	Parda	Ensino médio incompleto	Casada/ Dois	Aposentado e Agricultora	Até um salário mínimo	10 anos	Sabaia
Julião	70 anos	Parda	Ensino médio incompleto	Solteiro/ Três	Aposentado e agricultor	Até um salário mínimo	10 anos	Sabaia

3.3 Construção de dados

A observação participante será o ponto de partida deste processo investigativo, pois, conforme Burawoy (2014), ela permite que o pesquisador se integre ao cotidiano do mundo pesquisado, tornando-se parte desse espaço, uma vez que sua presença já constitui uma forma

de intervenção. Ao se inserir na dinâmica do campo estudado, o pesquisador tem a oportunidade de revelar a influência das macroforças nas opressões vivenciadas pelos sujeitos nos microprocessos, por meio de sua contribuição teórico-prática. Além disso, o pesquisador pode desempenhar um papel mediador, auxiliando os participantes a reconhecerem suas próprias potencialidades dentro do processo social.

A realização dessa primeira etapa se deve a necessidade do alcance de situações que não são captadas apenas por perguntas, tendo em vista que, ao serem diretamente observadas na dinâmica da realidade, podem revelar aspectos essenciais da vida cotidiana (Cruz Neto, 2001). Nesse sentido, participei de atividades que moldam o dia a dia das Comunas Fidel Castro e Sabaia, abrangendo desde reuniões até a rotina de trabalho dos participantes, entre fevereiro e setembro de 2024, assim como esquematizado na tabela 2. Durante essas atividades, observei as ações, as relações e os processos de trabalho, com o objetivo de identificar as características das ideologias do trabalho manifestas nesses contextos.

Tabela 2

Atividades de campo

Atividade	Data
Apresentação do território das Comunas pelos dirigentes	21/02/2024
Acompanhamento da reunião da Comuna Fidel Castro	22/02/2024
Acompanhamento da rotina de uma participante e realização de entrevista	27/02/2024
Acompanhamento da rotina da Comuna Sabaia e realização de entrevista	07/03/2024 (Manhã)
Visita à ocupação do INCRA em Natal/RN, realizada como um dos atos do MST em alusão ao dia da mulher	07/03/2024 (Tarde)

Observações da rotina da Comuna Fidel Castro	04/06/2024
Entrevistas individuais com os trabalhadores das Comunas Fidel Castro e Sabaia	02/07/2024
Observação da rotina da Comuna Sabaia e realização de entrevista	20/09/2024
Realização de entrevistas com trabalhadores da Sabaia	26/09/2024

O registro dessas observações foi efetivado tanto por fotografias, a fim de documentar e ilustrar os momentos vivenciados, quanto por diário de campo, que foi utilizado como instrumento e estratégia de produção de dados. De acordo com Cruz Neto (2001), o diário de campo exige uma utilização contínua, dedicada a produzir o detalhamento das percepções e dos questionamentos construídos ao longo da pesquisa. Em razão disso, o diário atuou como suporte para a realização de cada etapa do processo investigativo.

Na segunda etapa da pesquisa, foram estabelecidos diálogos mais sistematizados com as pessoas que participaram dos momentos observados, em busca de compreender o que elas pensam sobre o trabalho no MST, o porquê de determinadas ações laborais, bem como os elementos que são responsáveis pela organização coletiva nas comunas. Por conseguinte, organizamos dois momentos. O primeiro consistiu na realização de uma entrevista semiestruturada, conduzida com um roteiro de perguntas organizadas por eixos temáticos alinhados aos objetivos desta investigação e às perspectivas teóricas adotadas. A estrutura do roteiro foi fundamentada nas pesquisas de Coelho-Lima (2016) e Almeida (2022), que seguiram um enfoque teórico-referencial semelhante ao deste estudo. Isto posto, o roteiro é composto pelos seguintes eixos:

Tabela 3

Eixos de pesquisa

Eixo	Direcionamento
Questões sociodemográficas	Idade, raça/cor, escolaridade, estado civil, renda e número de filhos.
Trajetória no trabalho e no MST	Trajetória biográfica com enfoque na história laboral e no MST; quando e como começou a trabalhar; quais foram as experiências anteriores e suas características; como e quando entrou no MST.
Sentidos do trabalho	Levantamento sobre o que é trabalhar, por que trabalhar, qual a importância do trabalho; como se sente ao trabalhar e participar do MST.
Contexto do trabalho	Descrição da rotina de trabalho, condições de trabalho, dificuldades, prazeres, relação com os outros trabalhadores, relação com lideranças, relação com a violência no campo e criminalização do MST.
Envolvimento nas lutas	Participação em ocupações, reuniões, manifestações para a garantia de direitos e outras formas de enfrentamento ao trabalho superexplorado.
Projetos	Reflexão sobre o que os trabalhadores pensam para o seu futuro no trabalho e no MST.

O segundo momento se centrou na apresentação de imagens que contrapunham o trabalho no MST (em quintais produtivos, cooperativas e feiras) com o trabalho assalariado (em contextos como construção civil, supermercado e fábrica). A escolha dessas imagens (Apêndice) buscou apenas ilustrar tanto os contextos mais convencionais de empregos no cenário brasileiro, bem como os variados espaços de trabalho no MST. Com isso, a

pesquisadora solicitou aos participantes que compartilhassem suas considerações, a fim de apreender os sentidos que eles atribuíram a essas duas formas de trabalho.

Figura 1

Confrontação de tipos de trabalho através da apresentação de imagens



Durante esses dois momentos, o trabalhador passa por um processo em que é exigido a elaborar sua experiência para o outro, necessitando refletir sobre seu trabalho além da imediatividade, uma vez que é convocado a analisar seus sentidos e ações. Assim, de acordo com Romanelli (2011), o alcance do desenvolvimento histórico dos processos sociais convoca a utilização de mediações simbólicas que criem a necessidade de explicação dos fenômenos e não somente a sua descrição. O registro das entrevistas foi realizado tanto por meio do diário de campo quanto pela gravação de voz, com a devida autorização do participante, que foi formalizada através da assinatura do Termo de Autorização para Gravação de Voz e/ou Registro de Imagens.

É importante destacar que os registros do diário de campo foram incorporados à pesquisa como elementos complementares, dado o volume significativo de informações obtido nas entrevistas. Ainda assim, minha imersão no cotidiano de trabalho dos trabalhadores Sem

Terra possibilitou uma compreensão mais abrangente do material e desempenhou um papel essencial no processo de condução das entrevistas.

3.4 Procedimentos de análise dos dados

Em busca de explicar as ideologias que se expressam nos sentidos dos trabalhadores do MST, tomaremos como referência o procedimento de análise proposto por Coelho-Lima et al. (2021), que, por seu turno, é inspirado na lei genética geral do desenvolvimento cultural de Vigotski. Segundo os autores, o ponto de partida está na compreensão da ideologia como um conjunto de significados que, de maneira concomitante, atua na orientação da práxis dos sujeitos em relação a uma situação dramática, assim como na transposição dos conflitos universais para a vida cotidiana. Dessa maneira, é importante apreender como a ideologia atinge a relação entre singular-universal, o que implica definir o contexto em que o conflito social emerge.

Na presente pesquisa, o conflito envolvendo o uso da força de trabalho é abordado no cenário da luta pela terra. Para analisar esse fenômeno, seguimos a estrutura dos eixos de pesquisa (tabela 2) tanto para as entrevistas quanto para o diário de campo. Nesse processo, seguimos três movimentos que abrangem os planos subjetivo e objetivo dos participantes. No primeiro movimento de análise, buscamos identificar a relação individual com a materialidade, de modo que os principais conteúdos de cada eixo referentes a cada participante foram compilados em fichas individuais, buscando confrontar os sentidos (consciência) identificados com a trajetória e contexto de trabalho, bem como as ações manifestas pelas relações de trabalho, envolvimento nas lutas e projetos.

No segundo movimento, realizamos uma comparação entre os participantes, com o objetivo de avaliarmos as possíveis recorrências evidenciadas nas respostas de diferentes participantes. A finalidade dessa segunda etapa consiste na busca por uma visão generalizada acerca dos sentidos e ações expressas pelos sujeitos, como também as suas particularidades

(Almeida, 2022). O terceiro e último movimento se direciona à relação sentido-ideologia, através da interpretação do primeiro movimento a partir das raízes e consequências histórico-sociais dos sentidos identificados. Nessa fase, priorizamos a reconstrução do percurso que o significado social percorreu antes de alcançar a consciência dos indivíduos. Dessa forma, os elementos objetivos dos dados nos permitiram vincular os aspectos singulares aos processos sociais que afetaram o processo de internalização. Com isso, conseguimos apreender as funções ideológicas através dos sentidos atribuídos pelos trabalhadores, tendo o embasamento teórico na análise.

É nessa etapa final que se torna possível avançar de uma análise das significações para uma análise da ideologia. Isso ocorre porque as significações foram examinadas em relação à realidade histórico-social dos sujeitos, considerando, simultaneamente, sua função social nos conflitos relacionados ao uso da força de trabalho no processo produtivo (Coelho-Lima, 2016). A fundamentação teórica desse procedimento está, sobretudo, na relação dialética segundo a qual a ação é orientada pelo sentido, que adquire uma função social – e, consequentemente, ideológica – quando se concretiza por meio da ação. Ao longo do processo analítico, caso se constate que as ações (ou intenções de ações) e os sentidos atribuídos a um participante desempenham a função social de influenciar a tomada de consciência e de orientar a práxis diante do conflito entre capital e trabalho, será possível reconhecer a presença de uma ideologia (Almeida, 2022).

Portanto, o caminho para a unidade deste estudo no alcance dos objetivos específicos e, por extensão, do objetivo geral pode ser explicado da seguinte maneira:

Tabela 4

Unidade do estudo

Procedimento/instrumento metodológico	Objetivo específico correspondente
--	---

Observação participante, registros fotográficos e diário de campo	c) Levantar as ações dos Sem Terra relacionadas ao conflito do uso da força de trabalho;
Entrevistas e apresentação de imagens	a) Conhecer a história dos trabalhadores no Movimento; b) Apreender os sentidos atribuídos ao trabalho no MST e ao trabalho superexplorado;
Análise da ideologia	d) Identificar as funções ideológicas dos sentidos atribuídos pelos Sem Terra ao trabalho no MST e ao trabalho superexplorado.

Os dados produzidos a partir da observação participante respondem diretamente ao objetivo C e de maneira complementar aos demais objetivos. As entrevistas, por seu turno, foram direcionadas a fornecer informações aos objetivos A e B. Já o objetivo D tem sua realização mediada pela análise da ideologia, que se vale das duas fontes de produção de dados.

3.5 Cuidados éticos

O presente trabalho prezou pelo sigilo e a confidencialidade dos participantes, assegurando que nenhum material publicado contenha sua identificação nominal. Desde o primeiro contato, foi elucidado aos participantes que a participação era voluntária, não remunerada e que, caso desajassem, poderiam desistir do processo a qualquer momento.

Considerando as possíveis implicações emocionais decorrentes dos procedimentos metodológicos, a pesquisadora adotou uma postura de acolhimento, disponibilizando seus contatos para eventual necessidade de apoio ou esclarecimentos. Todas essas informações foram formalizadas em um documento entregue aos trabalhadores, e a anuência foi obtida por meio do Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE). Como forma de contrapartida, após a finalização do estudo, serão promovidos eventos e produzidos materiais destinados a compartilhar os resultados com os participantes.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), conforme o parecer nº 6.602.899. Os princípios éticos que orientaram o estudo estão em conformidade com a resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que estabelece diretrizes para pesquisas com seres humanos.

4. Sentidos e Ideologias do Trabalho no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Neste capítulo, elencamos os resultados da pesquisa de campo. Esses dados foram organizados de acordo com os eixos de pesquisa descritos anteriormente, sendo subdivididos em categorias e subcategorias, conforme detalhado a seguir. Após a apresentação de tais categorias, analisamos as ideologias identificadas a partir das funções sociais dos sentidos e das ações dos participantes.

Tabela 5:

Eixos, categorias e subcategorias de análise

Eixos de análise	Categorias e Subcategorias
Aspectos biográficos da trajetória no trabalho e no MST	● Trajetória antes do MST ● Encontro com o MST
Sentidos do trabalho	● Conceito de trabalho ○ Trabalho como sobrevivência ○ Trabalho como centro da vida ○ Trabalho como formação moral ● Trabalho assalariado ○ Figura do patrão ○ Restrição à liberdade ○ Estabilidade ● Trabalho no MST ○ Aprendizado ○ Acesso ao produto do próprio trabalho ○ Cooperação ○ Liberdade ○ Instabilidade
Contexto de trabalho no MST	● Normas do MST ● Relações de trabalho ● Aspectos a serem melhorados

Envolvimento nas lutas e projetos

- Função das ocupações e manifestações
 - Enfrentamento ao preconceito
 - Projetos
-

4.1 Aspectos biográficos da trajetória no trabalho e no MST

Neste primeiro conjunto de dados, identificamos duas categorias principais: trajetória antes do MST e encontro com o MST. Na categoria “trajetória antes do MST”, abordamos as histórias de vida e trabalho dos participantes antes de entrarem no Movimento. Já na categoria “encontro com o MST”, analisamos como se deu a inserção dos trabalhadores no Movimento e as transformações experimentadas a partir desse marco.

a) Trajetória antes do MST

Excetuando-se Rosa, Elizabeth e Carlos, todos os participantes pontuaram um início precoce no mundo do trabalho. Irmãos, Olga e Julião pontuam que se inseriram na agricultura quando tinham entre nove e 10 anos de idade em razão da necessidade de contribuir para a renda familiar. Conforme Julião, essa era uma forma de ajudar seus pais, pois “eles tinham pouca renda, [...] era na intenção de ajudar eles, para acrescentar, vê se melhorava alguma coisa para todos”. Para Olga, esse fator apareceu de certa forma naturalizado e como uma característica do meio rural: “não era serviço tão pesado, mas eu trabalhava, porque você sabe que no interior, com fazenda, a gente trabalha desde menino”. De certo modo, Margarida coaduna com esse processo ao nos contar sobre o que a levou a trabalhar ainda criança: “meu pai era pobre e não tinha nada, o que tinha era trabalhar, tudinho trabalhava”.

Já Antônio, que começou a trabalhar aos nove anos ajudando seu pai na agricultura e nos serviços de construção civil, considera esse fenômeno uma peculiaridade da sua época, marcada pela ausência de políticas públicas, que, segundo sua análise, contrapõe-se à realidade dos dias atuais:

Hoje tem que botar para estudar e ser alguma coisa na vida. Mas, naquela época (...), até 1973, não existia, não existia o que o governo faz hoje, né? O governo paga para pessoa estudar, o governo dá escola, o governo dá ônibus, o governo hoje dá professor. Antigamente não tinha, antigamente, era pago, professor era particular.

Todavia, apesar do avanço das políticas relacionadas à educação pública, a presença de crianças e adolescentes no mundo do trabalho ainda persiste como um desafio longe de ser superado na conjuntura brasileira. Em decorrência da já mencionada dependência da nossa economia, o trabalho infantil é mais uma expressão da dinâmica devastadora que o capital utiliza para se reproduzir (Vasconcelos, Carvalho & Santos, 2022). O abastecimento do mercado interno, ao ter posição secundária no desenvolvimento fundiário do país, é realizado em condições precárias pelos agricultores familiares, que não possuem recursos para contratar mão de obra e são obrigados a utilizar o trabalho de seus filhos para obter renda. Nessa perspectiva, ainda com uma legislação específica, a inserção da criança pobre no trabalho, tanto no campo como na cidade, é justificada como uma forma de educação moral (Moreira, Targino & Alberto, 2002) e, ao mesmo tempo, representa um adestramento para a continuação do ciclo da superexploração da força de trabalho.

O caso de João Pedro, que representa uma geração diferente dos participantes anteriormente mencionados, ilustra a persistência do trabalho infantil ao longo das décadas: “desde 7 anos de idade que eu trabalho (...) na agricultura e em tudo, todo lugar.” Essa fala apresenta que, além da entrada ilegal no mundo do trabalho, a trajetória laboral de João Pedro é permeada pela alta rotatividade em diferentes atividades: “já tive trabalho demais, toda qualidade de trabalho já fiz na vida (...) É ajudante de pedreiro, açougueiro, tudo eu já trabalhei.” Tal característica, intensificada pelas políticas neoliberais a partir da década de 1990, é uma manifestação da informalidade, que se apresenta como estrutural, sobretudo, aos trabalhadores racializados em decorrência da formação social dependente do país. Atualmente, João Pedro está trabalhando de carteira assinada no restaurante de seu irmão e considera que

conquistou melhorias em relação às condições de trabalho, haja vista que não precisa se expor ao sol.

A história de Nádia, por sua vez, reafirma como a exclusão da mulher negra e periférica dos círculos de valorização do capital contribui para sua maior presença no trabalho informal (Brancacci, Miglioli e Senra, 2023). A necessidade de alcançar independência financeira, em um contexto familiar numeroso e marcado pela pobreza, forçou Nádia a deixar o campo aos 13 anos de idade para iniciar sua vida laboral: “precisei ir pra cidade em busca de oportunidades, porque no interior, infelizmente, os ganhos eram muito poucos.” Sua primeira experiência de trabalho foi como empregada doméstica, no entanto, ela logo destacou que nunca gostou desse tipo de atividade. Por trás desse afeto negativo, a participante, com o aprofundar da entrevista, relatou que em uma das casas que trabalhou sofreu com episódio de racismo em razão da proibição de acesso à água e à comida: “os armários eram com um cadeado, a geladeira era com cadeado, isso eu não gostava. Aí eu passei pouco tempo nessa casa [...] porque tudo era muito medido, muito contado, essas coisas eu não gostava.”

Diante desse caso e de outras situações de conflito no trabalho, a solução encontrada por Nádia foi pedir demissão: “no salão, em casa de família, se eu me chateasse com alguma coisa, não procurava discutir não, eu dizia só que não tava dando certo. Queria ir embora, ia embora”. Contudo, cada uma dessas saídas significava a necessidade dela buscar uma nova atividade, em razão da desproteção social vivenciada por uma trajetória marcada pela informalidade. A transição entre os tipos de trabalho ocorreu, sobretudo, em função das diferentes fases de sua vida. Com a maternidade, ao se ver responsável pelos cuidados dos filhos e sem condições de sair de casa, Nádia passou a produzir artesanato como fonte de renda. Outras atividades como venda de cosméticos e marmitas também fizeram parte de sua vida: “tudo que aparecia eu ia fazendo um pouquinho, o importante era ter uma renda, né? Na necessidade também eu fiz essas coisas tudo.” De acordo com Abílio (2021), o movimento

permanente e invisibilizado dos trabalhadores periféricos em diversas atividades diz respeito ao fenômeno da viração, compreendido como um conjunto de arranjos para a sobrevivência, que visa responder as injustiças e precariedade do cotidiano de um país dependente.

Esse fenômeno também atravessou a vida de Olga desde o momento em que ela precisou sair do trabalho formalizado em uma empresa de costura para cuidar da saúde de sua filha, até a sua aposentadoria.

Depois disso, eu fui ser autônoma, trabalhar para mim mesma [...] Fui dona de confeitaria, lojas de bijuterias, fui dona de loja de roupas, isso tudo depois que eu deixei de trabalhar empregada, sabe? Vendendo alumínio, depois fui dona de bar, eu trabalhei em muitas coisas.

Segundo ela, o trabalho por conta própria, expresso na abertura de lojas dos mais variados ramos, era uma estratégia para proporcionar trabalhos para seus familiares, que se encontravam em um contexto precário e não tinham como obter renda.

Na história de Antônio, a experiência com diversas formas de atividade pode ser apresentada como uma síntese das transformações no mundo do trabalho. Na informalidade até os 19 anos, Antônio conseguiu ter sua carteira assinada quando entrou no combate à esquistossomose. Segundo o participante, a entrada nesse emprego lhe permitiu garantir a manutenção da sua família:

comecei a construir logo família. Com um ano, já tinha um filho, eu passei a morar na cidade, morava em casa alugada [...], aí eu digo: ‘não, eu não vou viver às custas do meu pai. Eu inventei de casar, tem que sustentar a minha mulher, né? Então foi isso que me levou a mudar de profissão.

Entre 1976 e 1994, Antônio vivenciou condições de trabalho extremamente precárias em seu segundo emprego formal, oferecendo um retrato contundente do ciclo da cana-de-açúcar em Ceará-Mirim/RN. Durante o período de moagem, atuava como montador industrial e, entre as safras, dedicava-se à reforma das casas da fazenda que circundavam a usina. Esse ambiente de trabalho era marcado por riscos constantes e tragédias que permanecem vivas em sua memória: “eu sei muita história dentro dessa usina, vi gente morrendo queimado [...] vi máquina explodir, matar maquinista e tudo isso eu via.” A insegurança, a precariedade e a

figura de um patrão o motivaram a buscar novos caminhos em sua trajetória, optando pelo trabalho autônomo: “quando eu me enjoei de trabalhar de carteira assinada, pros outros, aí eu fui botei uma oficina, uma fábrica de portão.” Nesse novo ciclo, a polivalência se tornou essencial, como ele descreve: “tudo eu conheço um pouco, eu trabalho de eletricitista, pedreiro, trabalhava de carpinteiro, tudo isso eu fazia.” Assim, Antônio precisou ser, até a sua aposentadoria (condição atual), um trabalhador multifuncional, moldado pelas mudanças no mundo do trabalho trazidas pelo toyotismo, que enxugou o quantitativo de força de trabalho para diminuir os custos da contratação (Antunes, 2009).

Julião, por seu turno, buscou encontrar estabilidade ao trabalhar em hotéis e restaurantes após migrar do campo para a cidade. Contudo, sua experiência com contratos de trabalho foi permeada por irregularidades: “uns era carteira assinada, outros passava dois, três anos sem assinar carteira e ia levando.” Essa prática, que ele designa como “sabedoria dos patrões” para evitar o pagamento de encargos trabalhistas, teve impactos diretos em sua aposentadoria. Com apenas 15 anos de contribuição formal reconhecidos, dos 35 anos trabalhados, Julião se aposentou com o valor mínimo, fato que ele atribui também à falta de cobrança por seus direitos na época: “nunca cobre, nunca fui atrás disso, nunca pensei no futuro.” Apesar de hoje expressar conformidade com sua situação, seu relato demonstra como a formalidade foi sendo construída no cenário brasileiro, permeada por abusos de poder e assédio moral.

A trajetória de Carlos apresenta singularidades em relação às demais, especificamente pelo fato de sua inserção no mundo do trabalho ter ocorrido após os 16 anos. Sua primeira experiência foi ligada à música, tocando ao lado de seu pai em eventos da cidade. Embora gostasse dessa atividade, ele destaca a necessidade de buscar estabilidade financeira:

Na banda, a gente fazia a seresta, né? E eu ainda estudava [...] Aí eu digo: ‘eu vou ter que trabalhar’, porque a música, a gente sabe que música é só um quebra galho de renda, não é aquela renda fixa, [...] esse foi o motivo que levou trabalhar, para ir conseguir outras coisas, né?

Com esse objetivo, Carlos dedicou 10 anos ao ramo alimentício, atuando inicialmente como funcionário de redes de supermercados e, posteriormente, como promotor de vendas. Contudo, a necessidade de cuidar da saúde o levou a deixar essa área. Ainda assim, suas experiências no setor comercial contribuíram para criação de um olhar empresarial voltado à agricultura familiar: “e aí surgiu a curiosidade de trabalhar justamente com agricultura, que era para mim promover vendas, como eu trabalhava com vendas e já tenho uma noção de plantar, né?”

Essa visão empresarial contrasta com a trajetória de Clara, marcada pela vivência no MST e por uma relação com a agricultura voltada à soberania alimentar e ao consumo próprio. Filha de uma assentada do MST, Clara cresceu com o entendimento de que o trabalho na agricultura estava intrinsecamente ligado à subsistência: “depois de uns 14, 15 anos, a gente já ajudava os pais na plantação de milho e feijão [...] e até agora aqui mesmo que a gente continua trabalhando fora, mas continua trabalhando na agricultura para sobrevivência e consumo.” Ao formar sua própria família, Clara se mudou para a cidade e, aos 20 anos, ingressou no serviço público como entrevistadora do Cadastro Único para o Bolsa Família, função que exerceu por quatro anos. Posteriormente, devido a demandas administrativas da prefeitura, foi remanejada para o setor técnico da agricultura familiar, em que continua atuando até hoje com vínculo contratual temporário.

Enquanto Clara e os outros participantes tiveram contato com a agricultura desde a infância, Rosa só se aproximou dessa prática aos 48 anos. Para ela, tornar-se Sem Terra foi também o momento em que passou a se reconhecer como trabalhadora, já que considera o início de sua história laboral a partir de sua entrada no MST. Essa percepção, segundo Rosa, está relacionada ao fato de que seu pai nunca permitiu que ela trabalhasse, fornecendo-lhe os recursos materiais necessários para sua subsistência. Após o casamento, essa responsabilidade foi assumida pelo marido. Contudo, ao narrar sua trajetória, Rosa menciona que dedicou grande parte de sua vida a atividades domésticas e ao cuidado da família, mas, em suas palavras, isso

a fazia ser uma “doméstica, somente”. Apesar de não reconhecer essas tarefas como formas de trabalho, Rosa não naturaliza essa realidade, uma vez que situa sua vivência em um contexto histórico específico, refletindo sobre as transformações no papel da mulher na sociedade e reconhecendo as mudanças ao longo do tempo:

Hoje em dia, você sabe que é diferente. Naquela época, eu casei em 1986, era totalmente diferente. Agora dá, porque você trabalha, seu marido trabalha. Tem marido que faz de tudo para mulher trabalhar, para ajudar dentro de casa, não é isso? Naquela época, não era assim, quando eu casei, meu marido disse logo assim: ou você toma conta da sua casa ou então vai estudar.

Todavia, com o avanço do neoliberalismo e o desmonte das políticas sociais, as atividades relacionadas à reprodução social permanecem desvalorizadas e continuam sendo atribuídas às mulheres no âmbito familiar, perpetuando a opressão de gênero (Aruzza, Bhattacharya & Fraser, 2019). A história de Elizabeth exemplifica essa continuidade. De modo semelhante a Rosa, ela também só reconheceu o seu início no trabalho quando entrou no MST, mesmo tendo desempenhado, anteriormente, um papel essencial no cuidado de seus irmãos e, mais tarde, de sua sobrinha. Contudo, essa tarefa é invisibilizada, como podemos notar em sua fala: “só de cuidadora, que foi a primeira vez que eu trabalhei ali [no Centro de Formação do MST] e só de olhar minha sobrinha e cuidar dos meus irmãos. É só isso.”

Assim, a dinâmica do capital articula exploração e opressão ao se apropriar do trabalho reprodutivo para gerar lucro, ao mesmo tempo em que nega o seu valor. A invisibilidade e a ausência/baixa remuneração das atividades de reprodução social são responsáveis por relegar às mulheres uma posição de subordinação estrutural (Aruzza et al., 2019). Essa realidade permeia a trajetória de quase todas as participantes entrevistadas. Margarida, Rosa e Elizabeth, por exemplo, dedicaram grande parte de suas vidas a trabalhos domésticos não remunerados, enfrentando tanto o peso da responsabilidade quanto a falta de reconhecimento. Já a experiência de Nádia com o trabalho doméstico remunerado evidencia como os resquícios coloniais perpetuam relações de poder que sustentam condições degradantes para as trabalhadoras

negras. Além disso, o cuidado que Rosa ainda presta a seus familiares adoecidos e o fornecimento de refeições para seus filhos trabalhadores ilustram como a superexploração do capital, ao rebaixar a remuneração da força de trabalho em relação ao seu valor, transfere para as mulheres negras a responsabilidade pela reprodução social da classe trabalhadora (Souza, 2023).

De modo geral, as histórias dos participantes revelam que o trabalho esteve presente em suas vidas desde a infância como resultante das condições de pobreza que marcavam suas famílias. A precariedade no campo, intensificada pela chamada modernização conservadora, não só acelerou a entrada dos entrevistados no mundo do trabalho, como também negou o acesso à educação a estas, visto que apenas três participantes concluíram o ensino médio. Além disso, todos trabalhadores tiveram que abandonar o campo ou pequenas cidades para somarem as filas do exército industrial de reserva, ao mesmo tempo em que tiveram que encarar um novo modo de vida, caracterizado pela ausência de terra para trabalhar e pela ruptura de vínculos comunitários (Stédile, 2011; Souza, 2018).

Ditadas pela superexploração da força de trabalho, essas trajetórias compartilham a experiência com a precarização estrutural, situação registrada em outros estudos sobre a história de participantes do MST (Almeida & Souza, 2017; Martins & Santos, 2013; Rosa & Silva, 2015). Nesse sentido, até aqueles trabalhadores que se inseriram no mercado formal, enfrentaram violações de direitos e insegurança laboral. Quando analisamos os marcadores de gênero e raça, podemos perceber como os mecanismos do capital emergem para articular exploração e opressão. Mulheres negras como Margarida, Nádia, Rosa, Elizabeth e Olga são submetidas a uma dupla desvalorização. Enquanto suas atividades domésticas ou de cuidado sustentam a reprodução social da força de trabalho e são invisibilizadas, sua inserção nos processos produtivos ocorre de forma precarizada. Contudo, é importante salientar que, tanto

as realidades dessas mulheres como a dos outros participantes, começam a ganhar novos contornos a partir do encontro com o MST.

b) Encontro com o MST

A decisão de ingressar no MST foi motivada, principalmente, pelo desejo de conquistar terra e moradia, visando melhorias nas condições de vida. Para todos os participantes, a apresentação dessa alternativa veio através de familiares ou conhecidos. Margarida e Antônio, por exemplo, entraram no Movimento influenciados por seus filhos, enquanto Carlos seguiu os passos do pai, que já vivia e trabalhava na Comuna Sabaia. Clara, por sua vez, relata que, de certa forma, esteve vinculada ao MST desde a infância, já que sua mãe é assentada há mais de 19 anos. Contudo, ao formar sua própria família, Clara decidiu assumir uma participação direta, mudando-se para a Comuna Fidel Castro e integrando o Movimento de maneira mais ativa.

Em contrapartida, as concepções negativas disseminadas e os preconceitos compartilhados no cotidiano fizeram com que Olga e Rosa tivessem receio em aceitar o convite para entrar no Movimento. No entanto, ao conhecerem de fato o MST, novos sentidos foram criados. Olga destaca como foi esse processo:

Eu não queria ir, que eu não conhecia esse Movimento e, para dizer a verdade, eu achava que isso era um absurdo. Não conhecia, eu achava que esse povo ia tomar a terra do povo, são um bocado de vagabundo, né? Ainda hoje o povo diz, mas que não é a verdade. Eu dizia ‘não vou, não sei o quê’, mas aí depois ela [sua cunhada] disse: ‘mulher, vamos lá para a gente conhecer’ [...] O militante de lá pediu para eu ficar: ‘vamos ficar’ e eu fiquei né? Para fazer um teste. E que teste foi esse? Que tô até hoje.

Já Rosa revelou uma preocupação em relação às condições de trabalho:

Eu pensava: ‘eu mesmo não vou não’, as meninas me chamavam, eu vou nada, vou para ali morrer de trabalhar?! A pessoa trabalha, faz de tudo no sol quente. Mas aí, quando eu entrei para cá, eu me apaixonei pelo MST.

Elizabeth, por outro lado, sentiu-se incentivada a conhecer o Movimento em razão dos comentários negativos: “eu queria entrar para saber como é que acontece as coisas, porque eu escutava muita gente falando mal, e eu queria saber como é que era o Movimento.”

Conhecer o MST revelou aos participantes que suas necessidades iam além da mera conquista material da terra. Em suas falas, a terra aparece como um elemento vivo, com o qual nutrem relações profundas, cultivadas de maneira ancestral. Antônio relembra como seu pai fazia farinha após a colheita de mandioca e como aprendeu esse fazer que carrega até hoje. Já Carlos atribui sua ligação com a terra pela sua infância no interior, o que se aproxima da vivência de Elizabeth que, mesmo não tendo trabalhado com a agricultura antes do MST, aponta a influência de seus avós na construção de afetos pela vida no campo:

Eu sempre gostei, porque quando meu pai ia pra casa da minha vó, que era no interior, a gente vinha, aí eu ficava olhando, eu gostava, sempre gostei, mas só que a gente morava na cidade, aí não tinha como plantar, né?

Assim como Elizabeth, Nádia viu no MST uma oportunidade de retornar ao trabalho na terra após quase 30 anos afastada dessa realidade. Sua entrada no Movimento aconteceu por meio do convite de um amigo, em um acampamento na zona rural de Ceará-Mirim. Contudo, com o esvaziamento desse local, ela optou por se mudar para a Comuna Fidel Castro há quatro anos, atraída pela proximidade com a cidade e seu local de trabalho, além de buscar maior segurança. Ao acompanhá-la em sua rotina, tive a oportunidade de participar de uma de suas atividades preferidas: plantar alimentos. Enquanto plantávamos sementes de fava, doadas por Rosa, ela refletiu sobre sua relação com a terra: “é como se eu fosse dali [da terra], daquele canto mesmo. Eu me encontro ali.” Nádia explicou que essa conexão está profundamente enraizada em seu sangue, seja pela influência de seus pais e avós, que viveram da agricultura, seja por sua possível ancestralidade indígena.

A localização estratégica das Comunas da Terra também foi destacada por João Pedro como um fator determinante para seu retorno ao MST. Em 2005, ele já havia participado de um acampamento na zona rural, mas precisou desistir devido às dificuldades de conciliar o trabalho e a distância:

Porque ficava difícil para mim, que eu trabalhava e para tá lá também [...] Aí passei ainda dois anos lá, era muito longe, porque era no interior. Eu tinha que ir e voltar de bicicleta, mas aí não dava não, findei desistindo.

A proximidade da Comuna Fidel Castro à cidade foi crucial para sua decisão de voltar ao Movimento há sete anos, pois permitiu que ele conciliasse o trabalho assalariado com sua participação no MST.

Embora as Comunas estejam próximas à cidade, elas oferecem, simbolicamente, aos trabalhadores, a oportunidade de construir ou retomar a vida no campo. Para Rosa, essa construção começou a partir do dia 5 de outubro de 2016, data da ocupação que deu origem à Comuna Fidel Castro. Em busca de garantir moradia, ela compreendeu esse primeiro momento da luta pela terra como um espaço de trabalho coletivo, onde todos se articularam para limpar o terreno baldio à noite e, no dia seguinte, iniciar a construção das barracas. Esse processo significou uma grande mudança na história de Rosa, como ela própria expressa ao refletir sobre sua vivência no MST:

Eu acho que mudou para melhor [...] para melhor porque a gente como é dona de casa: a gente tá só ali, casa, filho, essas coisas. E, no Movimento, a gente trabalha com terra, a gente planta, né? Aí eu achei que mudou muito, muito mesmo na minha vida.

Essa ênfase na mudança evidencia como o “trabalho na terra” ajudou Rosa a criar novos sentidos sobre sua trajetória laboral, de modo que o caráter repetitivo das atividades domésticas e de cuidado dá lugar ao dinamismo envolvido pela participação no MST.

Rosa caracteriza essa participação desde as relações de amizade construídas até a sua ligação com o território da Comuna. A receptividade dela com os dirigentes e acampados fez com que ela fosse valorizada como liderança e se tornasse uma referência na comuna, seja pela sua constante disposição para ajudar a todos ao seu redor ou pela sua posição como coordenadora financeira. Nessa função, Rosa é responsável por receber a contribuição mensal dos acampados, que deve ser destinada a melhorias na Comuna ou a participação em eventos

na capital do estado. Em relação ao lugar que vive, ela expressa realização, mesmo sem ainda ter a titulação formal da terra:

Eu tenho um limão, tenho laranja, banana, tudo eu tenho e, antes, nada disso eu tinha [...] Eu adoro tá aqui, sabia? Adoro mesmo, é uma tranquilidade, é tudo calmo, para você ver, que você passa um pedacinho por aqui, você vê a tranquilidade.

Por outro lado, quando perguntamos a Olga o que havia mudado em sua vida, ela pontuou que as atividades do MST, como a coordenação de núcleo, viagens para reuniões e ocupações, contribuíram significativamente para sua sobrecarga de trabalho:

Eu não tenho tempo mais para nada. A minha vida é dentro do Movimento, toda dedicada ao Movimento [...] é o tempo que a gente não tem pra gente, o tempo para cuidar da casa da gente, é o tempo que a gente não tem para a família da gente, né?

Sua fala revela que as desigualdades de gênero permanecem presentes, mesmo no contexto da luta pela terra, fator discutido por Salvaro (2004). Olga descreve o desgaste de conciliar uma tripla jornada, que engloba as atividades de reprodução social, o trabalho na agricultura e as exigências da militância.

Nádia, por sua vez, percebe que, após entrar no MST, teve mudanças no seu estilo de vida:

Senti uma coisa assim de qualidade de vida, mais saudável, porque também lá na cidade, eu não fazia exercício, que eu não gosto de caminhar. E aqui eu faço muito exercício, porque eu limpo o mato, eu carrego água, mexo numa coisa, mexo noutra, então isso é bom para o para o meu corpo, né? Inclusive, quando eu passo uma semana lá [na cidade], eu chego aqui toda doente.

Ao ser manicure na cidade e trabalhar na terra na Comuna, ela afirma ser duas pessoas diferentes em cada ambiente, tendo como referência as emoções que nutre por ambos:

é outra coisa, é outra vida. Eu digo que eu sou duas pessoas: uma pessoa aqui, quem me conhece diz a mesma coisa, que aqui eu sou uma pessoa e lá eu sou outra pessoa [...] Eu acho que eu sou mais feliz aqui, mas lá eu sou muito apenada.

Julião também ressalta a maior satisfação em sua vida desde que passou a viver na Comuna, sobretudo, por finalmente ter um espaço para concretizar sua relação com a terra: “tenho mais satisfação. Fui da agricultura, quando chovia, eu só trabalhava de empregado. Eu via a terra molhada, dava vontade de plantar, mas não tinha onde. Hoje em dia, eu tenho onde

plantar.” Da mesma forma, Clara ressalta o quintal produtivo da Comuna como uma oportunidade que agora ela tem para produzir. Margarida ainda menciona a melhoria em suas condições de vida e destaca as relações de pertencimento que desenvolveu no Movimento, mesmo participando há apenas um ano: “já conheço tudinho [todas as pessoas da Comuna], já vou para reunião, lá na feira. Vou começar a vender as coisas na feira. Se Deus quiser, vou me juntar com minhas companheiras!”

Nas vidas de Antônio, João Pedro e Carlos, o encontro com o MST proporcionou melhorias materiais, financeiras, como também aprendizado. Antônio destacou a redução dos custos domésticos, já que não precisa pagar contas de energia e água: “o que eu gasto aqui somente é só com um gás de cozinha.” Para João Pedro, além de melhores condições materiais, como a ausência de despesas com aluguel, a participação no MST abriu possibilidades de gerar uma renda complementar: “agora mesmo, eu tô ajeitando pra plantar uns coentro aí, que já é outra renda.” Já Carlos enfatizou o aprendizado adquirido no Movimento: “mudou a questão de conhecimento, sobre questão de aprender mais sobre produzir, plantar, né? Porque a gente tem um treinamento.”

4.2 Sentidos do trabalho

Neste eixo, identificamos sentidos atribuídos ao conceito de trabalho, trabalho assalariado e ao trabalho no MST. Essas categorias suscitaram na criação de subcategorias, como apresenta a discussão a seguir.

a) Conceito de trabalho

Conceitualizar o que é o trabalho, para nossos participantes, foi estranhado em um primeiro momento, de modo que muitos hesitaram em responder “errado” ou responderam que não sabiam como poderia definir essa atividade que ocupa grande parte de suas vidas. Essa situação revela como as necessidades imediatas do cotidiano impedem a reflexão acerca da

realidade que os circunda, de modo a fossilizar e automatizar suas próprias ações (Kosik, 2002; Vigotski, 1995). Um exemplo desse processo é perceptível quando Elizabeth e Margarida associam o trabalho ao esforço físico ou à agricultura e, em seguida, pontuam que não sabem como conceituar essa atividade. Em busca de conferir movimento ao conceito de trabalho, perguntamos o porquê de alguém trabalhar, algo que fez com que nossos participantes elencassem respostas em três direções: 1) trabalho como sobrevivência; 2) trabalho como centro da vida e 3) trabalho como formação moral.

O primeiro ponto foi unânime entre os participantes. Segundo Nádia,

a gente trabalha por necessidade mesmo. Pelo menos eu, né? Eu tiro por mim, eu trabalho por necessidade, porque a gente precisa se manter, precisa da alimentação, de se vestir, de tudo, né? São coisas que a gente tem que ter dinheiro para comprar, por isso a gente trabalha.

Na mesma linha, Antônio afirma: “a pessoa tem que trabalhar para conseguir aquilo para sobreviver, né?”. A partir dessas falas, conseguimos ilustrar como o trabalho é entendido não como uma forma de satisfazer necessidades, mas como instrumento para obter dinheiro e, assim, adquirir os bens materiais voltados à sobrevivência. Essa compreensão compartilhada pelos participantes evidencia, como já descrevemos no primeiro capítulo, a dinâmica laboral do sistema capitalista, um aspecto amplamente discutido em pesquisas que analisam os sentidos atribuídos ao trabalho (Almeida, 2022; Coelho-Lima, 2016; Dal Magro & Coutinho, 2008). Distante de sua função mediadora entre ser humano e natureza, o trabalho assume um caráter abstrato ao ser subordinado ao processo de valorização das mercadorias, reduzido a um mero dispêndio de força humana, mensurável e remunerado em dinheiro (Marx, 2013). Assim, o ato de trabalhar se apresenta aos sujeitos não pelo conteúdo ou significado de sua atividade, mas como uma imposição para garantir a própria subsistência ou a de suas famílias.

O resultado dessa dinâmica é o trabalho estranhado, no qual o sujeito deixa de se reconhecer em sua própria atividade, projetando no dinheiro o produto fetichizado da sua ação (Marx, 2010). Nesse contexto, o trabalho abstrato, ao destinar a atividade vital à reprodução

individual, torna-se a principal condição para a existência e reprodução do capital. Esse processo não apenas distancia o sujeito de sua essência enquanto ser do gênero humano, mas também consolida o trabalho como estratégia central de dominação sobre a vida da classe trabalhadora (Duayer & Araújo, 2015).

Com efeito, alguns participantes apontaram uma tendência de resumir a vida ao trabalho. Rosa, por exemplo, questiona: “como é que a gente vive sem um trabalho? Como é que a gente vai viver no dia a dia?” De maneira complementar, Olga pontua: “eu acho que eu não me acostumo viver sem trabalhar.” Já Nádia percebe a centralidade do trabalho na produção de sentidos para seguir a vida: “um homem sem trabalho, ele se sente perdido, depressivo, né? [...] Se você trabalha, você tem seus objetivos, tem suas metas e isso incentiva você, né?” João Pedro corrobora com esse pensamento e ainda pontua o trabalho como missão divina, “porque o homem sem trabalho não é nada, vai pensar só no mal, né? [...] Deus deixou o trabalho para o homem mesmo.”

Em busca de contestar essa lógica, Nádia, após a entrevista, apresentou uma perspectiva diferente sobre o trabalho. Envergonhada, confessou sentir ódio de trabalhar, especialmente em relação às atividades que desempenha na cidade, destacando que as realiza somente por obrigação. Quando interpretamos esse ódio além da aparência, percebemos a articulação de um processo de conscientização sobre o trabalho alienado e superexplorado. A resistência à centralidade do trabalho também foi expressa por Clara, quando ela ressalta outras dimensões da vida: “o trabalho tem um grau médio de importância, porque não é tudo, mas é muito importante [...] Eu priorizo sempre Deus e minha família, o trabalho vem depois. Se tudo tiver alinhado, a gente consegue trabalhar e manter tudo bem.”

Contudo, a imposição da dinâmica capitalista no funcionamento da vida também aparece, nessa pesquisa, por meio da influência do trabalho na formação moral dos sujeitos. O trabalho duro associado à educação para valores morais, principalmente, à dignidade foi

apreendido nos sentidos de metade dos participantes. Antônio compreende que essa característica formativa está presente para todas as pessoas, independentemente da classe:

Pra mim, trabalhar é a dignidade do homem, porque o homem não vive sem trabalhar, por mais que ele tenha herdado de algum pai rico, mas ele não vive sem trabalhar [...] A dignidade da gente é uma coisa que leva muito respeito ao povo, e eu sou digno do meu trabalho, das funções que eu assumo.

Julião reforça essa concepção: “a melhor herança que um pai deixa para um filho é ensinar a trabalhar, e eu aprendi isso aí!” Apesar do trabalho contribuir para o desenvolvimento do ser humano, compreendemos que, na lógica do capital, essa atividade é prejudicada ao ser voltada somente à valorização do valor.

b) Trabalho assalariado

Embora algumas participantes não tenham tido experiência direta com o trabalho assalariado formal, conseguimos acessar suas avaliações sobre essa modalidade. Entre os aspectos negativos, destacam-se a figura do patrão, mencionada por Antônio, Carlos, João Pedro, Julião, Nádia e Olga, e a restrição à liberdade, ressaltada por Carlos, Rosa e Nádia. Em contrapartida, a estabilidade associada ao trabalho formal foi apontada como um aspecto positivo por outras participantes.

Clara e Elizabeth, por exemplo, veem o trabalho assalariado formal como uma resposta à busca por segurança financeira. No entanto, conforme Santos e Gimenez (2018), no cenário brasileiro pós-ditadura cívico-militar, possuir um emprego assegurado pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) não foi um aspecto relevante para retirar ou não as pessoas da condição de pobreza. As sucessivas reformas neoliberais e políticas de privatização intensificaram esse quadro, promovendo a redução de encargos salariais e a flexibilização dos direitos trabalhistas. Essas medidas beneficiaram as classes proprietárias às custas da maior desproteção social da classe trabalhadora, uma vez que agravou a precarização e reforçou a continuidade de um

mercado de trabalho historicamente desorganizado, sustentado por baixos salários e direitos limitados.

Essa precariedade é ilustrada por experiências como o abuso de poder enfrentado por Julião, cuja carteira de trabalho não foi assinada imediatamente, o que ajuda a explicar o descontentamento de João Pedro: “só trabalho para os outros porque preciso mesmo,” bem como o motivo pelo qual Antônio afirma ter “enjoado de ter patrão.” Diante dessa realidade, Olga optou por trabalhar por conta própria, buscando escapar de espaços laborais empresariais frequentemente marcados por assédios e violências. Como observa Coelho-Lima (2016), o “trabalhar para si” é uma ideia comum entre trabalhadores que criticam o modelo assalariado e, ao mesmo tempo, valorizam a autonomia do trabalho por conta própria.

A resistência à subordinação também reflete na crítica à falta de liberdade. Carlos, por exemplo, descreve a sensação de aprisionamento vivida em seus empregos: “dentro do mercado, a gente se sente um pouco mais preso, querendo ou não, é uma área privada, você trabalha para o empresário, né? [...] Quem já trabalhou, sabe.” Rosa reforça essa necessidade de autonomia ao valorizar a possibilidade de gerenciar seu próprio tempo: “Não tem ninguém para tá dizendo: ‘faça isso!’ Se você não chegar na hora: ‘você tá despedida’. Não, aqui [no MST] eu trabalho a hora que quero, vou a hora que quero (...) chego a hora que quero.” Nádia complementa: “Eu gosto é de ser livre mesmo. Eu gosto de dizer: eu vou hoje, eu não vou hoje, de poder escolher.”

Essa autogestão do tempo, no entanto, não está associada ao desejo de aderir ao empreendedorismo exaltado pela ideologia neoliberal, que prega o culto à individualidade. Pelo contrário, essas trabalhadoras defendem a autonomia como um meio de denunciar as opressões do trabalho formal, expressas, principalmente, pela figura do patrão. Segundo Abílio (2023), por trás do “não querer ter um patrão”, há diversos sentidos contraditórios, que podem ser analisados considerando a herança colonial dentro da formalidade brasileira, perpassada pelas

desigualdades brutais e injustiças cotidianas. Diante disso, mesmo reconhecendo os benefícios de estabilidade que o trabalho formal pode oferecer, Nádia reafirma sua prioridade: a liberdade.

c) Trabalho no MST

Enquanto a pergunta sobre o que é trabalho gerou estranhamento entre os participantes, o questionamento sobre como eles se sentiam ao trabalhar no MST revelou diversos sentidos, predominantemente, positivos. Entre eles, destacam-se o aprendizado, o acesso ao produto do próprio trabalho, a cooperação, a realização pessoal e a liberdade. No entanto, a condição de acampado trouxe à tona um aspecto negativo: a instabilidade relacionada à renda e ao acesso à própria terra, gerando um sentimento de insegurança que permeia a experiência desses trabalhadores.

Embora as casas de taipa não estejam localizadas às margens da rodovia e ocupem uma área com a presença do MST há 22 anos, Nádia ainda manifesta receio de ser despejada. Em uma das conversas informais, revelou seu receio de expandir suas plantações e, em um dia qualquer, ver tudo destruído por um trator em cumprimento a uma ordem de despejo. Esse medo reflete uma realidade vivida por outros participantes acampados em diferentes estados, conforme exemplificado no estudo de Rosa e Silva (2015). Estar acampado ainda traz a instabilidade financeira, que obriga Nádia a ser assalariada na cidade para pagar suas contas ou que faz com que João Pedro não se dedique totalmente ao Movimento:

Aqui planta para se aventurar, para ver se dá certo [...] Muita gente aqui vive no trabalho, aí não tem como ter uma produção grande. Não tem outra renda, o cara tem que viver do trabalho [assalariado]. O MST é muito bom, agora tem esse problema aí, o cara tem que ter um meio de vida, não pode viver dentro dele direto.

Olga, por sua vez, apenas vê que o trabalho pode melhorar quando a terra for formalmente conquistada:

Aqui só melhora quando a gente tiver as terras, porque a gente vai plantar e criar, né? A gente vai ter uma certeza que tá seguro, né? E aqui não, a gente tá plantando, mas não tá seguro, né? A terra não é da gente, né?

Apesar desse cenário de instabilidade, o trabalho no MST se destaca como um espaço de aprendizado para Rosa, Elizabeth, Carlos e Julião. De acordo com Caldart (2001), o desenvolvimento da identidade Sem Terra está entrelaçado a todos os aspectos da luta social, incluindo o trabalho. O MST, ao reconhecer que a educação ocorre de forma contínua e em movimento, utiliza o trabalho e a vida cotidiana em coletividade como ferramentas pedagógicas. Na experiência de Rosa, esse processo foi encabeçado pelas suas companheiras de Comuna e pelos dirigentes:

Aprendi com a ajuda das minhas outras companheiras daqui, porque eu não sabia fazer nada, eu não era da agricultura. Inventei depois que vim para esse barraco, aí elas me ajudaram [...] E dali do Patativa [centro de formação], eles [dirigentes] vinham para cá no barracão e ensinava a gente como era que plantava.

Ao aprender a trabalhar na terra, ela conseguiu integrar os saberes populares de suas companheiras com os conhecimentos científicos dos dirigentes, possibilitando a produção de alimentos saudáveis e demonstrando como a fonte do desenvolvimento se encontra, primeiramente, no social (Vigotski, 2000). Carlos também ressalta as formações oferecidas pelo MST e como consegue aplicá-las na sua rotina de trabalho:

O MST ajudou muito nessa questão da gente entender mais sobre a terra, ele tem um ensinamento, né? A gente tem um treinamento de como produzir, como lidar com a terra, tudo isso a gente aprende [...] Quanto mais eu trabalho com a terra, mais eu aprendo sobre a terra, mais sobre a planta, né?

Esse entendimento também é compartilhado por Elizabeth, que, apesar de sua timidez, demonstra dedicação ao compartilhar a técnica que aprendeu para fortalecer a terra. Segundo ela, o equilíbrio na adubação das plantas e a irrigação constante são fundamentais para um bom cultivo. Complementando essa visão, Julião valoriza a observação do trabalho do outro como fonte de aprendizado: “você aprende mais alguma coisa no meio dos outros. Eu sou meio curioso em trabalho [...] Vejo uma pessoa fazendo uma coisa, tô olhando aquilo, eu vou fazer.” Em alinhamento com esses relatos, Caldart (2001) sinaliza que o trabalho na terra no contexto do MST adquire um caráter simbólico, pois, além de ensinar a paciência a ser tida na dinâmica

de luta, demonstra aos trabalhadores que a realidade não é imutável, mas algo que pode ser transformado através da sua ação.

A possibilidade de acessar o produto do próprio trabalho também foi destacada pelos participantes em relação à atividade no MST. Julião expressa esse sentimento ao afirmar: “é aquela satisfação de plantar e a satisfação maior que é a de colher, né? É fruto do que é colhido por mim, né? Meu trabalho, meus esforços, daquilo que eu gosto.” Esse orgulho pelo resultado do próprio trabalho ainda se manifesta quando Olga me convidou para conhecer seu quintal produtivo e a diversidade de plantas que cultiva. Do mesmo modo, Rosa e Nádia demonstram entusiasmo ao me incentivar a fotografar o que havia de novo e diferente em suas plantações, reforçando o senso de realização que atribuem à sua produção.

A fim de ilustrar esse processo, apresento a fotografia abaixo não só como o registro do momento em que Nádia destacou a diversidade de bananeiras que cultiva, mas também como um símbolo da relação que ela constrói com o trabalho na terra. Com sua inserção no MST, a participante foi capaz de atribuir novos sentidos ao trabalho e, finalmente, alcançou a oportunidade de usufruir do produto da sua própria atividade.

Figura 2

Trabalhadora Sem Terra e sua plantação no quintal produtivo



Essa experiência, para Antônio, aparece por meio da facilidade de obter alimentos diretamente do quintal, sem depender de supermercados: “no dia que dá vontade de comer macaxeira, vou e arranco um pé de macaxeira. Meus filhos vêm aqui: ‘pai, eu queria levar uma macaxeira para comer’, arranco e leva. Quer comer uma fruta? Tem aqui.” Em consonância, Carlos destaca as ações do MST em direção à soberania alimentar: “eu vejo o MST como um projeto muito bom, porque ele incentiva a plantação familiar [...] O MST tem esse incentivo do agricultor produzir o alimento para si mesmo, se alimentar e alimentar o próximo, né?”

A luta por soberania alimentar, entendida como o direito de escolher, planejar e produzir o próprio alimento (Silva, 2019), manifesta-se na prática dos trabalhadores do MST por meio da produção de alimentos saudáveis e diversificados. A resistência à monocultura, típica do latifúndio e perpetuada pelo agronegócio, é visível no colorido das plantações da Comuna. Rosa expressa essa variedade com entusiasmo: “eu fico muito feliz, porque a gente tudinho trabalha com verdura. Eu tinha muita berinjela, alface, repolho, couve, cebolinha, tudo isso eu tinha.”

Figuras 3 e 4

O colorido dos quintais produtivos



Para Clara, o diferencial da agricultura praticada no MST está na não utilização de

agrotóxicos e no compromisso com “uma produção limpa”. Nádia reforça esse direcionamento ao me oferecer um coco recém-colhido de sua plantação, destacando: “esse é bom, não tem veneno, nada químico!” Olga pontua as diferenças entre o que cultiva e os produtos comercializados:

Quando você planta um alimento, é diferente do que você compra, né? Aqui eu tenho umas plantações, eu tenho um mamão, a gente planta a rama de batata, produz uma macaxeira, tudo isso. É melhor do que você comprar um mamão cheio de agrotóxico.

Julião, por seu turno, destaca a relevância da produção do MST e dos agricultores familiares na garantia de alimento para todos os brasileiros: “são pessoas [trabalhadores Sem Terra] que querem gerar alimentação saudável para a mesa de todos, que vai para a mesa do rico, do pobre, né? Vai pra todo mundo.” No entanto, ele ainda vê dificuldades para produzir em larga escala sem o uso de agrotóxicos, afirmando que esse processo é “muito trabalhoso, muito complicado.” Em contrapartida, Margarida nos convida a refletir sobre a importância de resgatar os saberes ancestrais para alcançar uma produção agroecológica em quantidade e qualidade. Ela relembra o exemplo de seu pai, que produzia em larga escala sem recorrer ao uso de venenos, demarcando que as práticas tradicionais também podem oferecer caminhos para as alternativas ao agronegócio.

A cooperação também foi considerada entre os sentidos dos participantes acerca do trabalho no MST. Contudo, o trabalho coletivo tem maior presença nas falas das participantes da Comuna Fidel Castro. Clara explica como ocorrem os processos de cooperação nesta comuna:

A gente tem uma área coletiva que a gente consegue manter juntos, tanto individual, como o trabalho junto [...] Tem horta, pé de fruta, algumas pessoas plantam feijão, macaxeira, goiaba. [...] É um trabalho que a gente consegue fazer em conjunto, uma parceria boa, uma oportunidade que a gente tem de plantar, de colher e de produzir [...] A gente chega a fazer distribuição para outras pessoas que não são daqui, para elas conhecerem a produção da gente.

Além dessa área de cooperação, o mutirão é mencionado, mesmo sendo uma norma do MST para a manutenção dos espaços comuns da Comuna, Rosa a concebe como fundamental, pois

é o momento em que todos se encontram, especialmente, porque alguns acampados precisam trabalhar em outros lugares para obter renda:

De 15 em 15 dias, tem um mutirão que a gente faz e trabalha no mutirão, a gente faz as coisas para o acampamento e eu na minha casa e graças a Deus dá tudo certo [...] Tanto junto com os militantes como os acampados, a gente trabalha muito no coletivo, porque se torna melhor, a gente trabalhar tudo no coletivo.

Já Carlos destaca que a cooperação na Comuna Sabaia ocorre por meio da ajuda mútua entre os trabalhadores: “a gente foi ali, que tava passando uns animais, eu e pai se juntamos e fizemos lá a cerca e cercamos lá onde estavam entrando. É um ajudando o outro.” Embora não existam áreas coletivas de trabalho na Sabaia, a cooperação emerge de forma espontânea ou em espaços de ocupação, como Olga exemplifica:

A gente precisa dar reforço a alguém. A ocupação começou hoje aqui no canto, aí vem um bocado de gente acampado para dar reforço ali, para evitar de uma pessoa da terra vir mexer com aquela pessoa. Pensar que a gente quer invadir a terra, sem ser isso, né? [...] A gente vai dar reforço, junta um bocado de acampamento, de gente, vai dar reforço lá, para que o dono da terra não mexa com aquelas pessoas que se acampou ali, tá entendendo?

Essas práticas de solidariedade reforçam a construção coletiva e a resistência que sustentam a atuação do Movimento.

Por fim, nesta subcategoria, abordamos o sentido de liberdade que alguns participantes (Carlos, Elizabeth, Nádia e Rosa) associam ao trabalho no MST. Para Rosa, essa liberdade emerge, principalmente, da superação das opressões e da rigidez de outros contextos laborais, marcados pela presença de patrões. No MST, a ausência de uma figura autoritária possibilita que ela exerça controle sobre sua rotina, ajustando seu tempo às suas necessidades e prioridades. Essa autonomia no trabalho, fruto de uma dinâmica autogerida, também é destacada pelos trabalhadores Sem Terra entrevistados no estudo de Santos e Hennington (2013). Elizabeth reforça essa consideração ao relacionar a liberdade à possibilidade de escolha:

Aqui [no MST] eu posso fazer a hora que eu quero, né? Que eu não estou trabalhando para ninguém e outros cantos já de trabalho tem patrão, né? (...) Tem que fazer naquele horário e aqui não [...] tem o ponto da liberdade que a gente quer, né? Quando a gente

quiser.

Já Carlos reflete sobre sua experiência anterior de trabalho em um supermercado para ressaltar a sensação de liberdade que encontrou no MST: “hoje eu me vejo trabalhando no campo, eu me vejo mais livre do que, um exemplo, no mercado. Lá eu me sentia muito preso, já aqui no campo, não, me sinto mais livre, né? Aquela coisa mais satisfatória.” Nessa perspectiva, o acesso à terra permite que os trabalhadores determinem o conteúdo de sua atividade, em vez de serem reduzidos à mera obtenção de renda. Nádia explicita essa relação ao contrastar o trabalho na Comuna com sua ocupação na cidade. Enquanto este último significa uma obrigação restrita ao pagamento de contas, o trabalho na terra se transforma em algo prazeroso: “como se fosse um lazer, um outro tipo de trabalho, um trabalho que eu faço com mais gosto [...] é mais prazeroso você fazer o que você gosta, você não se cansa, fiquei mais motivada a mexer na terra.” Essa motivação vem acompanhada de um sentimento de liberdade, pois, na Comuna, Nádia pode definir seus próprios horários, caminhar pelo quintal e estar em constante contato com a terra: “E aqui, eu me sinto livre, difícil de explicar [...] De tardezinha, eu saio olhando todas as minhas plantações, assim quando eu acordo, eu vou olhar, pode tá do mesmo jeito, mas gosto de ver.”

4.3 Contexto de trabalho no MST

Neste eixo, os participantes fizeram avaliações sobre o contexto de trabalho nas Comunas em que vivem, destacando principalmente suas percepções em relação 1) às normas do MST; 2) às relações de trabalho e 3) aos aspectos que consideram passíveis de melhorias.

Em busca de promover a ação coletiva no cotidiano, o MST estabelece normas de convivência para seus trabalhadores, como a realização de vigílias para proteção dos acampados, mutirões de trabalho coletivo, participação em ocupações e reuniões regulares. Na Comuna Fidel Castro, Rosa relata como essas práticas foram implementadas no início da

comunidade e como evoluíram ao longo do tempo. Acerca das vigílias, Rosa destaca que, embora apreciasse a oportunidade de estar junto com seus companheiros, a prática era desgastante: “eu achava ruim para dormir, porque de 11 horas [da noite] a gente se acordava, ia vigiar, depois de 3 horas da manhã, voltava para casa.” Nos primeiros anos de ocupação, as vigílias desempenharam um papel crucial, especialmente porque as moradias eram feitas de lona, materiais frágeis e suscetíveis a ataques ou incêndios criminosos.

Com a substituição das barracas de lona por casas de taipa, a vulnerabilidade foi amenizada e a necessidade de vigílias deixou de ser constante. Rosa reflete sobre essa mudança com alívio: “agora não, quieto, tudo tranquilo. As casas todas de taipas, a gente não tem medo de estar aqui e não faz medo. É bom demais morar aqui, viu?” Já na Comuna Sabaia, Olga também destaca o caráter exaustivo das vigílias e que elas ainda são realizadas em dias específicos da semana, devido à presença de barracas de lona nesse local, o que ainda demanda maior atenção à segurança.

Em relação aos mutirões na Comuna Fidel Castro, Rosa enfatiza a importância dessa atividade para a convivência comunitária: “a gente limpa o mato, a gente limpa tudo, deixa as ruas tudo limpinha, porque é todo mundo junto, né todo mundo que mora? Todo mundo tem que fazer.” Nádia complementa, ressaltando que essa organização coletiva é imprescindível para os participantes manterem a organização da Comuna. Clara, por sua vez, exalta a cooperação envolvida nesse processo, destacando os mutirões como um momento de fortalecer a ação coletiva.

No que concerne ao espaço das reuniões, os participantes avaliam como fundamental para a organização coletiva e resolução de problemas nas Comunas. Na Comuna Fidel Castro, tive a oportunidade de acompanhar a dinâmica de uma dessas reuniões, que se mostrou voltada à discussão de questões cotidianas e à busca de soluções para melhorar a vida comunitária. Durante a reunião, o militante responsável apresentou as pautas a serem discutidas e votadas

pelos trabalhadores, garantindo um processo participativo e democrático. Na ocasião, a principal pauta em debate era a definição de um dia para a arrecadação de recursos destinados à melhoria do fornecimento de energia elétrica da Comuna, que enfrentava problemas recorrentes, causando danos aos eletrodomésticos dos moradores. Após a votação, uma moradora trouxe à discussão a necessidade de intensificar os cuidados com possíveis criadouros de dengue, propondo um esforço coletivo para ajudar nos quintais que necessitavam de maior atenção.

Nádia destaca a importância das reuniões tanto pelo caráter decisório quanto pela busca conjunta por soluções práticas: “é um espaço que a gente pode falar de algum problema que esteja acontecendo [...] e conversando junto, vendo qual é a melhor solução pra resolver uma coisa.” Já João Pedro enfatiza o papel das reuniões na mediação de conflitos: “aconteceu um erro, né? Alguma inimizade, bota, aí tenta resolver, resolve.” Além disso, Carlos valoriza as reuniões como uma oportunidade de aprendizado contínuo, da mesma forma que Olga reforça esse aspecto, ressaltando o impacto positivo desse espaço: “eu acho importante porque a gente fica com o conhecimento de alguma coisa, eles ensinam alguma coisa a gente, né? Falam algo do nosso interesse e a gente aprende mais.”

João Pedro avalia as normas do MST como positivas, afirmando que “todo mundo fica igual”. Essa compreensão também parece refletir a opinião predominante entre os demais participantes, que veem as normas como fundamentais para a coesão comunitária. No entanto, na Comuna Sabaia, alguns participantes destacam desafios relacionados ao comprometimento com as regras e as tarefas coletivas. Olga, por exemplo, observa:

Aqui, para melhorar as coisas, o pessoal precisa ser mais pontual nas tarefas, né? Nem todo mundo é. Por exemplo, no Movimento, dizem que são 15 dias para construir uma casinha, mas tem gente que demora um ano, dois anos para fazer. O certo seria todo mundo fazer para ficar tudo organizado. Só que nem o pessoal faz e nem participa das tarefas que precisam ser feitas. Se todo mundo se envolvesse mais, ficaria melhor para todos, né?

Elizabeth também reforça a importância da construção das casas, destacando que isso

aumentaria a segurança da Comuna. Já Julião enfatiza a necessidade de conscientização coletiva para resolver o problema da desmobilização:

Acho que precisa de companheirismo, de se reunir para fazer as coisas, né? E também conscientizar as pessoas sobre a importância de ajudar umas às outras nas tarefas. Tem que fortalecer isso, todos por igual, para concluir as tarefas mais rápido, né?

As relações de trabalho da Sabaia se apresentaram de forma mais individualizada, voltada a cada quintal produtivo. Esse isolamento pode ser explicado, em parte, pelo número significativo de acampados que precisam assalariar sua força de trabalho em outras regiões do país. Antônio ilustra essa realidade ao relatar: “saiu agora acampado daqui pra ir trabalhar sabe onde? Em Mato Grosso do Sul [...] que mora aqui dentro, que tá trabalhando lá, tá vendo que se organiza, para chegar aqui e organizar as coisas deles.” Esse processo migratório é refletido diretamente no dia a dia da Comuna. Ao caminhar por suas ruas, observei um certo esvaziamento, evidenciado pela escassez de pessoas, além de casas fechadas e barracões ainda em construção.

Apesar desse distanciamento no cotidiano, a solidariedade se destaca como componente principal quando os trabalhadores da Sabaia abordam a relação entre pares. Carlos retrata essa dinâmica ao descrever como se ajudam no cultivo da macaxeira:

A gente sabe que a maniva tem a questão de você poder produzir várias, né? Você corta ela, faz a maniva e replanta. E aí como pai tem ali, o vizinho, a gente arranca e já repassa para o outro e vai repassando, para não faltar.

Essa prática de partilha reforça as ações de cooperação, que podem ser utilizadas como estratégias de enfrentamento à individualização na comunidade.

Na Comuna Fidel Castro, a solidariedade também se manifesta, acompanhada pela ajuda mútua e pela cooperação espontânea entre as trabalhadoras. Rosa exemplifica essa dinâmica em seu quintal produtivo, onde cultivava diversas mudas de plantas para doar a quem precisar: “quem pedir, eu tendo, eu dou.” Além disso, Rosa cultivava berinjelas exclusivamente para oferecer aos seus companheiros, como ela chama seus vizinhos: “eu plantava berinjela e dava, eu não vendia. Eu acho bonito, eu plantar e dar.” A troca de mudas também é uma prática

constante na rotina de Nádia, que aproveita suas idas à cidade para buscar plantas diferentes, trazendo-as para que todas na comunidade possam acessá-las. Para ela, a satisfação de doar o que cultiva é mais do que o ato material, é dividir com aqueles com quem tem apreço o fruto do seu trabalho. Um exemplo disso foi uma colheita de 30 quilos de feijão, em que a maior parte foi destinada com orgulho aos seus vizinhos.

Além das doações, a ajuda mútua se faz presente do cotidiano da Fidel Castro. João Pedro exalta: “meus vizinhos tudo que eu quero, eu arrumo aqui com eles!”, de modo que Nádia complementa, explicando a dinâmica dessas relações de apoio a partir da sua perspectiva:

Se eu precisar aqui do meu vizinho, se eu gritar, já me socorre [...] Tem a minha vizinha dali, se ela precisar também, ela grita de lá, eu já socorro daqui, é assim. Se um precisar do outro, o outro tá pronto para ajudar.

Já a cooperação espontânea se revela nos pequenos gestos diários, como a disposição de Nádia em escanear um documento para seu vizinho, que não possuía o equipamento necessário, ou na união de trabalhadores para ajudá-la na poda de seu pé de caju.

A relação com os dirigentes também foi avaliada pelos participantes. As considerações foram majoritariamente positivas, voltadas, principalmente, ao apoio oferecido e à comunicação. Em referência a esse primeiro aspecto, Rosa destaca a prontidão das lideranças: “se a gente procura, eles estão ali toda hora. Toda hora que você precisar deles, e eles puderem fazer, eles chegam junto”, bem como o suporte que recebe quando precisa comercializar os seus produtos: “falo com o militante e ele arruma as pessoas para a gente vender.” Já no que diz respeito à comunicação, Nádia e Antônio valorizam o respeito, enquanto Carlos ressalta a criação de um grupo virtual, que facilitou ainda mais o diálogo: “a gente tem um grupo do *WhatsApp*, que fica acompanhando, né? Como tá o projeto, acompanhando, como é que tá o andamento e as coisas que poderiam melhorar.”

Contudo, Elizabeth chama a atenção para a falta da presença de mulheres dirigentes na

Comuna Sabaia, revelando que o contato fica mais restrito ao seu marido com as lideranças masculinas: "é mais homem, né? Aí eu não converso não, não tenho muito contato." Mesmo com a recomendação da paridade de gênero nos espaços de direção, as mulheres enfrentam desafios estruturais para exercerem plenamente suas funções de liderança. No contexto da luta pela terra, a sobrecarga com as tarefas domésticas, que ainda recaem majoritariamente sobre elas, dificulta sua participação ativa. Por isso, Mota e Paula (2012) indicam que a participação feminina nessa instância é mais quantitativa, do que efetiva. As mulheres, encarregadas dos trabalhos reprodutivos, têm menos tempo para estudar ou se envolver ativamente nos espaços em que coordenam, o que gera maior desgaste e prejudica tanto sua atuação quanto seu contato com outras mulheres. Dessa forma, é reforçada a atuação contínua do setor de gênero para demarcar que essas questões estão intrinsecamente ligadas à reprodução do capital e requerem atenção constante, especialmente, em razão da frequente chegada de novos integrantes ao MST.

Margarida já observa os efeitos da atuação do Movimento nas questões de gênero. Segundo ela, na Comuna Fidel Castro, a nomeação de cada barraca e quintal produtivo é feita em nome da mulher, o que difere de outras experiências em espaços de luta pela terra nos quais havia participado: "aqui é das mulher. Essa comuna aqui é das mulher... porque nos outros cantos o homem é quem mandava, aqui não, aqui quem manda é a mulher e acabou [...] Já muda, né?" Ela enfatiza que a mulher se mantém mais ativa e resistente na luta, não permitindo que o espaço seja vendido, prática que ela associa como comum aos homens. Assim, podemos perceber que, mesmo sem acesso formal a espaços educacionais ou teorias feministas, Margarida acessa as discussões que dão outros sentidos à vida da mulher no contexto da luta.

Além desses debates, outros desafios ligados ao fortalecimento da organização coletiva e a melhoria das condições de trabalho foram relatados pelos participantes. As questões vão desde a necessidade de formação técnica e recursos materiais até a mobilização comunitária e o acesso às políticas públicas. A falta de assistência e capacitações técnicas é considerada por

Nádia e Clara, em decorrência delas buscarem o cultivo de alimentos saudáveis, baseado na matriz agroecológica. Nádia reflete que suas práticas podem estar sendo realizadas de forma inadequada devido à ausência de orientação especializada: “se tiver uma boa técnica, a gente vai fazer uma coisa de forma correta aí vai produzir mais e melhor, né? Poderia ajudar muito, todos nós.” De modo consonante, Clara sublinha a importância de formações para os trabalhadores Sem Terra, como forma de aprimorar suas práticas.

A realização das reuniões da Sabaia ao ar livre, sob a sombra de um pé de juá, também foi apontada como uma limitação. Elizabeth e Antônio acreditam que a construção de um barracão seria essencial para tornar os encontros mais frequentes e protegidos dos períodos chuvosos, promovendo, assim, um espaço mais adequado para as discussões coletivas. Em relação às condições de trabalho, a necessidade de maquinários e ferramentas adequadas foi enfatizada por Antônio, Carlos e Julião como uma prioridade para melhorar as atividades na terra. Julião ressalta que a disponibilidade de máquinas ajudaria a aliviar o peso do trabalho manual: “máquina para trabalhar, para a gente ter que trabalhar menos com a enxada, que o serviço já fica mais leve [...] Já tô ficando meio madurinho [em referência à sua idade].” Já Antônio projeta que a introdução de maquinários, compartilhados entre as 30 famílias da Comuna, poderia elevar significativamente a produtividade, viabilizando alimento e renda para aqueles que ali vivem.

No que se refere ao acesso às políticas públicas, Nádia destaca que os programas sociais são mais direcionados aos assentados, enquanto para os acampados, “são poucas ofertas.” Esse entendimento é reforçado por João Pedro, que considera que o apoio governamental, voltado à geração de renda dentro das Comunas, poderia viabilizar sua participação mais ativa no MST: “se o governo mesmo ajudasse, aí seria outra coisa [...] Faz mais de cinco meses que eu quero plantar um coentro, mas não tenho tempo.” Já Olga aponta a necessidade de políticas agrárias que acelerem o processo de titulação da terra. Todavia, ela adota uma postura de expectativa

passiva, aguardando a atuação das lideranças: “eu não sei se tem como acelerar [a titulação], porque isso é uma coisa que vem de brigadas, né? Aí eles [lideranças] lá que entende isso aí né? [...] Nós tamo aqui nessas terras esperando, espero que saia alguma coisa.”

A organização interna foi o último aspecto identificado como um desafio pelos participantes. Como observado anteriormente, a falta de engajamento com normas e tarefas coletivas já havia sido mencionada pelos integrantes da Comuna Sabaia. No entanto, a desmobilização também foi destacada na Comuna Fidel Castro, sobretudo, por Nádia. Embora não existam conflitos entre os trabalhadores, ela aponta a ausência de mobilização para ações coletivas, atribuindo isso ao fato de os acampados estarem focados em suas próprias casas e quintais, o que limita o envolvimento na construção de uma vida comunitária.

Essa priorização de projetos individuais em detrimento de valores coletivos é frequentemente observada em contextos de assentamentos, em que a busca pela reprodução social da unidade familiar acaba restringindo o trabalho ao próprio lote (Lacerda Jr. & Guzzo, 2006; Silva, 2003). Contudo, nas Comunas, que já acumulam mais de quatro anos de resistência, esse tensionamento entre o individual e o coletivo também se manifesta. Ainda assim, práticas como a troca de mudas, o auxílio mútuo e os mutirões mostram que a solidariedade permanece viva, fortalecendo o convívio comunitário, especialmente, na Comuna Fidel Castro, que possui espaços coletivos, como horta compartilhada e barracão.

Considerando esse cenário, Antônio destacou duas ações que, em sua opinião, poderiam fortalecer a vida comunitária: a organização financeira e a formação de uma cooperativa. A respeito do primeiro ponto, ele enfatiza que a arrecadação da caixinha, destinada a atender necessidades coletivas da Comuna ou a custear viagens para manifestações, precisa de maior organização e transparência: “o que tá faltando dentro do MST é uma organização sobre o negócio de pagamento.” Antônio sugere que essa função seja centralizada em uma pessoa, responsável por registrar todas as entradas e saídas, garantindo a prestação de contas aos

trabalhadores. A formação de uma cooperativa, por seu turno, foi também percebida por Carlos e Julião como uma possível estratégia para incentivar os acampados ao trabalho coletivo e, ao mesmo tempo, promover a viabilidade econômica do grupo. Antônio explica que a cooperativa possibilitaria a divisão da arrecadação entre os participantes, criando um ciclo de colaboração e engajamento:

Botava uma cooperativa. No final do mês: ‘minha gente, deu tanto dinheiro! Vamos dividir para todo mundo?’ Vamos dizer: tem 30 acampados aqui, então vai dar tanto para cada um [...] Porque é ajudar, todo mundo ia ajudar todo mundo, se interessar para trabalhar.

Dessa forma, percebemos que os trabalhadores, além de analisarem os desafios enfrentados nas Comunas onde vivem, são capazes de refletir sobre soluções coletivas para melhorar as relações de trabalho no MST, priorizando a coletividade e a reivindicação de direitos. Entendemos que esse processo é resultante do envolvimento ativo desses trabalhadores nos espaços de luta, que visam consolidar a identidade Sem Terra, assim como será abordado no eixo a seguir.

4.4 Envolvimento nas lutas e projetos

Esse conjunto de dados apresenta como os trabalhadores significam e se envolvem em atividades realizadas fora do território das Comunas, como ocupações e manifestações de rua. As falas compreendem as diferentes faces desse processo e apontaram as seguintes dimensões: a) função das ocupações e manifestações; b) enfrentamento ao preconceito e c) projetos.

Para introduzir o primeiro ponto, destacamos a fala de Rosa, que compreende a luta pela terra como algo que transcende o cotidiano da Comuna: “a gente vive aqui, mas a gente tem luta, a gente tem que fazer as lutas no meio do mundo. Tem que viajar e tem que às vezes fechar BR.” Ela significa esses momentos como “uma folia”, pois pode se reunir com os seus companheiros e reivindicar seus direitos:

a gente se diverte, mas a gente vai, porque estamos correndo atrás de conquistar o que

a gente quer [...] A gente fica por ali, passa um dia, dois dias, depois a gente vem embora, quando pensa que não, consegue! É porque se não fizer assim, a gente não consegue nunca.

Essas manifestações permitem que Rosa compreenda a importância de uma postura ativa na conquista de direitos. Além disso, tais ações possibilitam aos trabalhadores relacionarem a dimensão singular de sua experiência com a particularidade da luta pela terra no cenário brasileiro. Dito de outro modo, as manifestações contribuem para a percepção de que suas reivindicações ultrapassam os limites de seu território local, conectando-se às realidades e demandas de inúmeros outros trabalhadores em todo o país.

As manifestações e ocupações ainda são analisadas como uma forma de convocar a atenção da sociedade para as demandas dos trabalhadores Sem Terra, assim como Nádia afirma:

Se eu não gritar para dizer o que eu quero, como é que a outra pessoa vai saber o que você tá precisando? O que eu tô querendo? Aí por isso acho as manifestações importantes, que é para mostrar, para a gente ser visto, ser lembrado.

Olga e Carlos complementam considerando que as manifestações também são uma forma de divulgar o Movimento como um espaço de acolhimento e de busca por direitos, diferente do que é difundido pelos veículos de mídia patrocinados pelo agronegócio. Desse modo, Olga descreve que

o MST é um movimento social, isso aqui não é você tomar terra de ninguém. A gente ocupa aquela terra que o pessoal não planta mais, tá abandonada ou vendida, sabe? [...] Essa terra é passada pra gente trabalhar.

A função das ocupações e manifestações foi analisada por Antônio como uma estratégia para denunciar a concentração fundiária, pontuando as especificidades do território de Ceará-Mirim:

A usina fechou, faliu. Sabe quantos mil hectares têm de terra dessa usina? Tem 7 mil hectares de terra. Poderia ter uma ruma de gente trabalhando [...] Ceará-Mirim tem o vale grande, é todo da usina, mas hoje tem uns cara, que é um milionário, que não paga nunca as contas dessa usina.

Antônio expressa preocupação com esse abandono de terras e o impacto da utilização extensiva

de agrotóxicos, questionando a fertilidade do solo após anos da ação destrutiva do latifúndio.

Ele também cobra uma postura firme dos governantes para combater essa situação:

Eu desejava que o governo entrasse: Você vai pagar? Vamos dar um prazo de tantos dias para você pagar o que deve da União, se não pagar, não tem boquinha não! Não tem juiz, não tem nada, o governo precisa resolver essas coisas!

Além do sentido de reivindicação, Antônio destacou a dimensão de cooperação que as ocupações promovem: “é todo mundo se unir [...] porque ninguém vive sem ninguém.” Olga complementa essa perspectiva ao enfatizar que a ação coletiva deve persistir mesmo após a conquista de um assentamento: “eu já tô acampada e essas ocupações que a gente vai fazer é para acampar mais gente [...] Aí um dia se eu receber a terra, se precisar de mim para ajudar outro companheiro, eu vou ajudar.” Nádia e Julião também trouxeram uma visão complementar, atribuindo às ocupações o papel de espaços de encontro e troca.

Já João Pedro não conseguiu atribuir sentidos às ocupações e manifestações, uma vez que nunca participou diretamente dessas ações. No entanto, ele reconheceu o significado compartilhado socialmente, afirmando que esses espaços “servem para adquirir as coisas.” Sua falta de participação reflete como seus sentidos são frequentemente guiados por valores individualistas, sobretudo, no que diz respeito ao trabalho: “é melhor ficar cada um ficar fazendo o seu, porque a terra é até meia pequena, né? Tem que cada um fazer o seu.” Lacerda Jr. e Guzzo (2006), ao estudarem a trajetória de um participante do MST, apontam que a análise dessa valorização do individual precisa ir além da aparência do cotidiano. Assim, compreendemos que os sentidos atribuídos por João Pedro, ao alternarem entre a valorização da ajuda mútua da coletividade e a priorização da vida privada, evidenciam a dinâmica contraditória da consciência (Delari Jr., 2011; Vigotski, 2000), especialmente em contextos de desenvolvimento que colocam em tela o confronto entre o individual e o coletivo, característico dos movimentos sociais.

Esse processo de conscientização ainda é atravessado pela necessidade de

enfrentamento de preconceitos, que se sustentam, principalmente, pelo processo de criminalização dos movimentos sociais (Dias, 2021). Rosa relata o preconceito vivido durante as manifestações e compartilha sua estratégia de resistência: “esse povo de fora, não dá valor ao MST, aos Sem Terra. Chama a gente de vagabundo, chama a gente de nome, esculhamba. Mas a gente faz de conta que nem escuta.” Já Clara destaca outra face dessa discriminação, relatando dificuldades até mesmo em solicitar *delivery* de comida: “porque [os estabelecimentos] dizem que não vão entregar aqui, porque aqui só tem vagabundo.”

Para combater tanto esse preconceito cotidiano quanto a CPI de 2023 contra o Movimento, Clara menciona uma ação coletiva dos trabalhadores: a doação de alimentos produzidos por eles próprios. “A gente fez distribuição de alimentos, que a gente produz, lá na feira livre de Ceará-Mirim [...] Para mostrar que aqui tem gente que produz, que vem para ter terra para produzir, não para vender.” Essa experiência evidencia como o MST utiliza a produção de alimentos saudáveis como uma estratégia que, por meio de ações solidárias, objetiva sensibilizar a sociedade e desafiar as narrativas disseminadas pelas classes hegemônicas. Um exemplo disso é como a busca pela soberania alimentar se reflete nas projeções de vida dos nossos participantes.

Nos planos dos trabalhadores, a terra surge como uma conquista que lhes possibilita decidir o que plantar e como direcionar os frutos dessa produção. A partir do acesso a esse direito, Nádia e João Pedro projetam a superação do trabalho assalariado em suas vidas. Nádia expressa seu desejo: “quero viver só da terra, produzir, vender e ter a minha renda [...] Produzindo em larga escala. Vendendo uma comida saudável, porque aqui tudo é sem veneno!” Rosa, Elizabeth, Julião e Olga destacam a importância da biodiversidade, evidenciando planos de diversificar ainda mais suas plantações com a conquista da terra.

As ideias de Antônio complementam as dos outros participantes, quando ele propõe a criação de uma feira coletiva, que consistiria em:

juntar as pessoas para fazer uma feirinha ali fora [do Centro Patativa do Assaré], cada um vendia a sua verdura. Mas seria mais barato do que na cidade, vamos dizer assim: um coentro custa R\$2,50, aqui seria por R\$1,50 [...] Então todo mundo ganhava um dinheirinho, fazia suas coisas, e tinha o que comer.

Carlos considera o diferencial dessa proposta ao afirmar: “ter uma feirinha ali para acolher o cidadão mais próximo, o pessoal da vizinhança. Aí tem um alimento mais saudável, que seria do campo, do agricultor, orgânico, né?” Essa visão converge com os desejos de Rosa, Julião, Margarida e Olga de comercializar suas produções em feiras livres.

Todos os participantes manifestaram a intenção de permanecer no Movimento nos próximos anos. Apenas dois apresentaram projetos laborais mais singulares: Clara, que expressou o desejo de passar em um concurso público para alcançar maior estabilidade, e João Pedro, que planeja trabalhar por conta própria na agricultura, sem mencionar diretamente o MST nessa produção, mas expressando o desejo de continuar no Movimento.

4.5 Características das ideologias do trabalho no cotidiano dos trabalhadores Sem Terra

Nos capítulos anteriores, discutimos que o sentido, ao ser determinado pela riqueza dos elementos presentes na consciência ao evocar uma palavra, reflete, por meio de sua análise genética — isto é, a análise de seu acontecer histórico —, as características e contradições dos contextos sociais em que é produzido. Em razão disso, ao resgatarmos o percurso pelo qual os significados foram internalizados na consciência dos trabalhadores Sem Terra, podemos identificar três ideologias que orientam suas ações em meio a arena de conflitos que caracteriza o campo do trabalho, quais sejam:

- a) ideologia do assalariamento;
- b) ideologia do trabalho por conta própria;
- c) ideologia do trabalho no MST.

4.5.1 Ideologia do assalariamento

A identificação dessa ideologia ocorreu, sobretudo, por meio das subcategorias “trabalho como centro da vida”, “trabalho como formação moral” e “estabilidade”. Esses elementos assumiram um caráter positivo nos sentidos atribuídos pelos participantes, principalmente, devido à referência ao modelo clássico de trabalho assalariado, caracterizado por contratos formais, garantias trabalhistas, seguridade social e um certo nível de estabilidade.

Embora Almeida (2022) relacione essas características positivas principalmente às percepções de trabalhadores inseridos em postos de trabalhos formalizados, elas também emergem neste estudo, mesmo que a maioria dos trabalhadores tenham permanecido, ao longo de suas vidas, à margem desse mercado. Consideramos que esse fato se deve a como esse tipo de trabalho foi propagado a partir das ações do Estado de Bem-Estar Social.

No Brasil, mesmo que o processo de industrialização liderado por empresas estrangeiras (1930-1980) tenha promovido um aumento expressivo nos postos de trabalhos formais, os direitos trabalhistas e as políticas públicas não alcançaram a maior parte da classe trabalhadora. Operários semiqualeificados, trabalhadores do campo e aqueles envolvidos em atividades ilegais ou informais permaneceram à margem dessas garantias, enquanto a classe média assalariada com maior qualificação usufruía de melhores salários e da proteção assegurada pela CLT (Santos & Gimenez, 2018). Essa hierarquização interna da classe trabalhadora não só reforçou a desigualdade estrutural no mercado formal, mas marginalizou trabalhadores racializados, perpetuando exclusões baseadas em legislações insuficientemente aplicadas (Souza, 2023).

Por essa razão inerente à condição dependente do país, o Estado de Bem-Estar Social não se concretiza. No entanto, suas ideologias foram amplamente disseminadas e permanecem presentes até os dias atuais. Isso se evidencia, por exemplo, nas aspirações de Clara e Elizabeth, que projetam seu futuro com base no trabalho formal, em busca de alcançar estabilidade

contratual e financeira. Da mesma forma, é perceptível nas reflexões de Nádia sobre seu passado, ao conjecturar uma oportunidade de emprego via concurso público atrelada à oportunidade de estudo, que, por sua vez, foi-lhe denegada.

Contudo, essa dimensão de estabilidade da formalização laboral — projetada pelas nossas participantes —, já deficitária desde sua origem, foi ainda mais precarizada com o avanço das políticas neoliberais na década de 1990 (Antunes, 2009). Esse processo resultou em uma queda generalizada dos salários e na redução da participação no emprego, tanto nas empresas como no serviço público. Paralelamente, o trabalho informal, representado por microempresas, prestação de serviços e atividades por conta própria, tornou-se a regra e uma estratégia de sobrevivência para os trabalhadores excluídos da formalidade (Antunes, 2018).

Diante dessa conjuntura, o sentido do trabalho “como centro da vida” emerge para os nossos participantes. Como já mencionado, eles concebem o trabalho como o principal direcionador de suas vidas, atribuindo-lhe uma dimensão positiva. Essa visão reflete a crença de que o trabalho não organiza somente a rotina, mas também atua como um fator relacionado à saúde. Olga, por exemplo, ilustra esse pensamento ao afirmar: “meu negócio é trabalhar”, destacando com orgulho como essa atividade contribui para o seu bem-estar.

Esse destaque atribuído ao trabalho como forma de prevenção ao adoecimento evidencia a dinâmica da sociedade do trabalho, ou seja, do capitalismo (Duayer, 2012). Ao ser reduzido a um mero instrumento para obtenção de renda, o trabalho se torna uma necessidade obrigatória para a sobrevivência humana. Nessa lógica, estar desempregado ou privado de qualquer atividade que proporcione renda gera impactos negativos na saúde mental. Barros e Oliveira (2009) apontam, em seu estudo, sentimentos de vergonha vinculados à desfiliação social que a falta de trabalho provoca nos trabalhadores em meio ao sociometabolismo do capital. Assim, o trabalho abstrato, por constituir a base das relações sociais nesse sistema, é também significado como um elemento que confere valor social aos sujeitos.

O reconhecimento social se atrela a como os trabalhadores significam a atividade profissional como forma de “formação moral” tanto para si, como para sua família. João Pedro ilustra como o trabalho árduo é valorizado como uma qualidade, em oposição àqueles que, segundo ele, adotam uma “postura de preguiça” perante a sociedade. Antônio e Rosa enfatizam que o trabalho confere dignidade e respeito ao ser humano. Complementando essa visão, Julião ressalta que a função social do trabalho reside na educação que ele proporciona, representando um aprendizado que deve ser transmitido como legado para os filhos.

A compreensão dessa função revela que os trabalhadores encontram alguma forma de motivação para exercer sua atividade além da mera subsistência, seja pelo reconhecimento social ou pela construção de uma educação moral. Contudo, é possível identificar que esses sentidos se relacionam, de certo modo, com o que Weber (2004) denominou de ética do trabalho. Esse aspecto se manifesta tanto nas palavras de João Pedro, que associa a atividade profissional a um desígnio divino, quanto nas reflexões dos demais participantes, que apontam a formação da dignidade como algo alcançado, sobretudo, pela capacidade de produzir mais trabalho. Assim, percebemos como a intensificação da exploração da força de trabalho é frequentemente legitimada pela atribuição de um valor moral.

De maneira geral, os sentidos atribuídos à ideologia do assalariamento podem ser interpretados como resultados da internalização de significados que buscam naturalizar essa forma de atividade por meio de concepções positivas e morais. Nesse contexto, a função social dessa ideologia está diretamente ligada à legitimação do dispêndio de mais-trabalho para a geração de mais-valor, o que dificulta uma conscientização dos trabalhadores sobre a verdadeira natureza do trabalho no sistema capitalista. Entretanto, também identificamos um movimento de crítica a essa ideologia, o que nos ajuda a compreender tanto a adesão dos participantes ao MST quanto o processo de formação proporcionado por esse espaço.

Nádia manifesta sua denúncia ao trabalho abstrato, descrevendo seu ódio a esse tipo de

atividade, realizada compulsoriamente apenas para atender às exigências financeiras. Clara, por sua vez, destaca que sua vida transcende o trabalho, reforçando a necessidade de equilibrar aspectos como família e espiritualidade para desempenhar suas funções de forma satisfatória. Além disso, há a avaliação negativa sobre condições inerentes a esse modelo de trabalho, a exemplo da relação hierárquica entre patrão e trabalhador. Para Olga e Antônio, a contestação a essa atividade se materializou no trabalho por conta própria. Desse modo, compreendemos como a ideologia não consegue influenciar completamente a práxis dos sujeitos, já que ela necessita se atualizar para enfrentar a constante disputa pela consciência.

4.5.2 Ideologia do trabalho por conta própria

Como discutido, a reestruturação produtiva resultou na diversificação das formas de utilização da força de trabalho no processo produtivo, incluindo o trabalho por conta própria. De acordo com Coelho-Lima (2016), o trabalho por conta própria está associado a uma ideologia específica, que valoriza o controle integral sobre o processo de trabalho e a aparente ausência de padrões. Conforme o autor, uma das funções sociais específicas dessa ideologia está associada ao enfraquecimento da construção de solidariedade coletiva e a conscientização social entre os trabalhadores.

Para Olga, o trabalho por conta própria representou uma solução no período em que precisou deixar o emprego formal para cuidar da saúde de sua filha. Além disso, ela destacou que essa forma de trabalho lhe proporcionou maior autonomia e a possibilidade de contratar familiares, garantindo-lhes uma fonte de renda. Esse comportamento reflete como Olga assumiu, de maneira individual, a responsabilidade de lidar com o problema da geração de renda para trabalhadores marginalizados pelo mercado formal. De maneira semelhante, essa ideologia também foi determinante para Antônio, que, ao relatar ter “enjoado de patrão”, decidiu abrir uma oficina de portões. Posteriormente, ele precisou trocar sua atividade para

outros ramos em razão da instabilidade do setor informal, vivendo esse processo até sua aposentadoria.

No caso de Nádia, essa forma de atividade se configurou praticamente como regra, considerando que ela nunca teve oportunidades de ingressar no mercado formal. A venda de cosméticos e artesanatos se tornou uma das poucas estratégias disponíveis para garantir seu sustento. Já na experiência de Carlos, a ideologia do trabalho por conta própria influenciou na forma como ele concebe a agricultura, uma vez que ele viu essa atividade como uma possibilidade de vender seus produtos aos mercados, atuando de maneira autônoma na distribuição.

Nesse contexto, as características dessa ideologia se revelam tanto nas trajetórias dos participantes quanto em seus planos. João Pedro exemplifica esse processo ao manifestar sua intenção de abrir um negócio com os produtos que cultiva, destacando vantagens como a possibilidade de comercializar em feiras e o benefício do pagamento imediato. Essa dinâmica reforça a função social de desmobilização entre os trabalhadores, perceptível nos sentidos atribuídos por João Pedro, quando ele afirma preferir que cada trabalhador “fique fazendo o seu”, bem como quando não percebemos sua participação nos espaços coletivos, revelando um projeto de vida mais individualizado.

Por outro lado, tanto João Pedro quanto outros cinco participantes expressaram críticas diretas ao trabalho assalariado. Conforme aponta Coelho-Lima (2016), essa postura também reflete uma das funções da ideologia do trabalho por conta própria. Tais contestações se concentram, sobretudo, na figura dos patrões, uma vez que a relação de trabalho assalariado frequentemente coloca o trabalhador em posições de vulnerabilidade e humilhação. No contexto deste estudo, essa dinâmica é exemplificada pela negação de direitos que compromete a aposentadoria de Julião, bem como pelo racismo enfrentado por Nádia enquanto trabalhadora doméstica.

Contudo, embora a ideologia do trabalho por conta própria possa levar os sujeitos a acreditarem que suas atividades são realizadas de forma independente, sem interferências externas, os participantes desta pesquisa destacam a necessidade de direitos básicos para viabilizar suas vidas profissionais. Por isso, a suposta autonomia propagada por essa ideologia é questionada quando esses trabalhadores se deparam com uma realidade de negação de direitos fundamentais, como moradia e acesso à água.

Nesse cenário, o MST se apresenta como uma alternativa concreta para a melhoria das condições de vida, já que a falta de acesso a diversos aspectos materiais foi a principal motivação para os participantes dessa pesquisa aderirem ao Movimento. Assim, as ideologias abordadas até aqui se entrelaçam de certa maneira, pois, enquanto promovem ações que visam à sua perpetuação, observamos nos participantes uma dinâmica de resistência, marcada pela busca de outras formas de trabalho que atendam realmente suas necessidades. Esse objetivo de superação, voltado ao rompimento de uma realidade caracterizada pelo trabalho abstrato e pela negação de direitos, converge com os ideais defendidos pelo MST.

4.5.3 Ideologia do trabalho no MST

As características da ideologia do trabalho no MST foram identificadas a partir da articulação de todos os eixos de pesquisa. A agroecologia e a cooperação se expressam nos sentidos dos participantes desde a valorização da produção de alimentos saudáveis baseada na solidariedade até na construção de sujeitos com autonomia para construir críticas sobre o seu cotidiano e, ao mesmo tempo, apresentar saídas a essas questões.

Para os participantes, a internalização desses conceitos como ideologia foi influenciada, principalmente, pelos aspectos emocionais que permeiam sua relação com a terra. Como apresentamos anteriormente, a mobilização da unidade afetivo-cognitiva é essencial para que o significado alcance a linguagem interior como sentido e seja capaz de oferecer respostas ao

drama subjetivo (Coelho-Lima et al., 2021). Assim, compreendemos que os afetos pela terra da maioria dos participantes têm suas raízes na família. Elizabeth, por exemplo, recorda com carinho as memórias de infância, quando via seus avós trabalhando no campo. Já Clara cresceu em um assentamento do MST, graças à militância e inserção da sua mãe no Movimento.

Nádia, por seu turno, cogita sua ancestralidade indígena ao afirmar que o encontro consigo mesma se dá através do trabalho na terra. Esses relatos demonstram que a abordagem agroecológica se manifesta no cotidiano dos trabalhadores Sem Terra, a partir da apresentação de novos significados para o metabolismo entre ser humano e natureza, baseados no respeito e equilíbrio mútuo (Rosa, 2017; Bastos, 2018). No lugar da lógica mercadológica, que subjuga o valor de uso ao valor de troca, essa relação é vista como um todo interdependente, levando os trabalhadores a enxergarem a terra como um elemento vivo, responsável por abrigar suas histórias, as de suas famílias e sua possibilidade de autorrealização.

Esse caráter vivo faz com que Julião descreva o trabalho na agricultura pelo emprego do verbo “cuidar”, que, para ele, simboliza o ciclo de plantar, regar e, acima de tudo, colher. Em razão disso, percebemos que, diferentemente do trabalho assalariado, o conteúdo da atividade no MST se torna visível e significativo. Aqui, o trabalho não é visto somente como instrumento de obter dinheiro, mas como uma relação que transforma a natureza. Tal processo é apreendido pelos participantes e isso pode ser ilustrado pela possibilidade de apropriação do produto da própria atividade.

O acesso ao valor de uso como resultado do seu trabalho permite às(aos) Sem Terra reconhecer e valorizar o conteúdo de suas atividades. Um exemplo disso é quando Rosa sublinha o trabalho na terra como a base que sustenta todas as outras formas laborais, ao considerar o papel essencial da produção de alimentos. Em seu cotidiano, ela analisa essa importância pela facilidade de ter diversos alimentos em seu próprio quintal, sem precisar ir ao supermercado e se deparar com alimentos padronizados: “é muito bom ter de tudo, ter o seu

alimento, sua batata, sua macaxeira, sem precisar comprar, né?” Essa autonomia de escolher o que consumir e, além disso, assimilar o processo de trabalho que elaborou tal produto é a forma pela qual a soberania alimentar emerge nos sentidos e ações dos participantes.

Todavia, para os trabalhadores Sem Terra, o que realmente distingue o trabalho nas Comunas de outras formas de agricultura é a prioridade dada a uma produção limpa. O MST, ao sensibilizar seus participantes e a sociedade pela via da alimentação, denuncia que o agronegócio, em parceria com as transnacionais, comercializa produtos que não só desrespeitam a cultura alimentar brasileira, mas também colocam “veneno na nossa mesa”. Por isso, todos os entrevistados veem sua produção como alternativa a esse cenário, destacando como esta é saudável e livre de insumos químicos. A fala de Nádia sintetiza esse posicionamento:

Aqui se a pessoa plantar, vai colher uma coisa que você vai tá comendo saudável, que sabe que não é o feijão igual ao que compra no supermercado. O meu feijão é limpo, é livre de veneno, de agrotóxico, essas coisas tudo [...] A gente planta aqui, é tudo livre desse veneno [...] Na cidade, o tomate que a pessoa compra ou qualquer coisa, de longe, você sente a catinga do veneno, de longe.

Na contramão do uso de agrotóxicos e das queimadas que atingem a vegetação nativa, os participantes buscam a biodiversidade em suas plantações, dando vida ao solo e utilizando formas naturais de fertilização. Nadia, em seu quintal produtivo, produz adubo orgânico utilizando folhas secas e restos de alimentos, que enterra na terra para que ela possa gerar novos frutos. Em sintonia, Elizabeth dá ênfase nas técnicas de adubação e irrigação que utiliza em suas plantações. O efeito dessas técnicas é estampado nos alimentos saudáveis, que, de acordo com Clara, também são uma maneira de responder à contrapropaganda ideológica direcionada ao Movimento. A participante explica que, frente à CPI de 2023, os trabalhadores da Comuna Fidel Castro doaram os alimentos que produziram coletivamente na feira livre de Ceará-Mirim. Assim, mesmo que a matriz agroecológica nas Comunas Fidel Castro e Sabaia ainda esteja em estágio inicial de implementação, haja vista a necessidade de maior apoio técnico apontada

pelos trabalhadores, percebemos que sua perspectiva de produção já consegue exercer influência significativa no discurso e nas práticas dos participantes.

Além da autonomia de obter alimentos diretamente do próprio quintal, os participantes evidenciam a autogestão em sua rotina de trabalho. A possibilidade de definir seus horários e o conteúdo de suas atividades contribui para que os trabalhadores Sem Terra concebam o conceito de liberdade como um direito de escolha. Com essa significação, entendemos que a liberdade abordada pelos participantes se apresenta tanto pela ausência de um patrão ou de horários rígidos, quanto na capacidade de escolher e criar o conteúdo de seu próprio trabalho. Dessa maneira, o acesso à terra, mesmo num cenário de instabilidade, emerge como um elemento que proporciona realização pessoal e resgata os sentidos ligados ao caráter humanizador do trabalho.

Ações como o compartilhamento de alimentos, a troca de sementes e a ajuda mútua também fizeram parte desse processo. O MST busca resgatar, em seus espaços de luta, a vivência coletiva do ser social, praticamente dissolvida pela construção de um indivíduo abstrato voltado exclusivamente para a própria subsistência na dinâmica do trabalho estranhado (Mészáros, 2016). Nessa perspectiva, a organização da luta política desempenha um papel crucial na articulação de ações coletivas. As ocupações de terra são destacadas neste estudo, pois, além de serem significadas como espaços para denunciar o latifúndio e reivindicar direitos, foram vistas como oportunidades de encontro. De acordo com os entrevistados, essa tática de luta se constitui ainda a partir de momentos para se reunir, confraternizar e contar histórias. Assim, os participantes demonstram que as relações sociais no Movimento ultrapassam a lógica estrita do trabalho.

Contudo, as normas estabelecidas pelo Movimento direcionadas à consolidação dessas ações coletivas enfrentam desafios nas Comunas. A perspectiva individualista da vida, exacerbada pela imposição da sociabilidade competitiva do neoliberalismo, impede que

algumas regras de convivência na Comuna Sabaia sejam plenamente efetivadas, o que, na visão dos participantes desta pesquisa, representa um obstáculo em referência às melhorias do trabalho coletivo. Entre os principais fatores que contribuem para esse cenário, evidenciamos a necessidade de viabilidade econômica de alguns acampados, que não conseguem se dedicar integralmente ao trabalho na Comuna, bem como a ausência de uma mediação mais ativa por parte dos dirigentes na construção de espaços coletivos, a exemplo da Comuna Fidel Castro, que conta com barracão e horta comunitária.

Apesar desses desafios, os próprios participantes diagnosticaram esses impasses e propuseram saídas coletivas. Entre essas estratégias, enfatizamos a organização de uma feira coletiva e a criação de uma cooperativa, que também se apresentam, de certo modo, nas projeções de futuro dos trabalhadores Sem Terra. Sob esses aspectos, entendemos que a cooperação, embora enfrente desafios decorrentes das constantes disputas no campo do trabalho, permanece viva, orientando os sentidos e planos dos participantes deste estudo. De acordo com Scopinho (2007), a cooperação organizativa e a solidariedade militante são elementos essenciais na organização do trabalho no MST, garantindo a sustentação da luta pela conquista e permanência na terra.

Na atual conjuntura, os princípios da agroecologia se manifestam na relação que os trabalhadores constroem com a terra, no sentido de liberdade vinculado à autogestão do tempo e à possibilidade de acessar o produto do próprio trabalho. Nesse cenário, o trabalho no MST se apresenta como uma expressão de autonomia, permitindo escolher o que consumir por meio da produção de alimentos saudáveis, em contraste com o domínio dos alimentos industrializados alinhados à lógica do agronegócio. Somado a esse processo, práticas como a partilha de alimentos, a troca de sementes e a constante ajuda mútua são fundamentais para ampliar a capacidade de resistência. Desse modo, a solidariedade, a produção de alimentos saudáveis e a cooperação se tornam meios cruciais para enfrentar tanto a individualização no

trabalho, como a insuficiência das políticas públicas voltadas à produção e reprodução do(a) trabalhador(a) Sem Terra.

A partir desses sentidos e ações, interpretamos que a ideologia do trabalho no MST tem a função social de criticar as formas de trabalho e produção do sistema capitalista, especialmente, no seu desdobramento em um país dependente com uma persistente questão agrária. Por essa razão, o Movimento propõe uma alternativa ao agronegócio, centrada na produção de alimentos saudáveis para garantir a soberania alimentar de seus participantes, além de promover uma outra forma de relação entre ser humano e natureza.

Considerações finais

A presente dissertação buscou ir além de uma descrição do trabalho no MST. Os esforços aqui realizados se dedicaram a analisar os discursos que orientam as práticas dos trabalhadores Sem Terra, inseridos em um cotidiano permeado por disputas e contradições em torno do trabalho. Desse modo, para apreender as características desse processo, utilizamos os conceitos teóricos de ideologia e sentido para instrumentalizar nossa pesquisa de campo.

O referido estudo se constituiu pela observação participante nas Comunas Fidel Castro e Sabaia e pela realização de 10 entrevistas semiestruturadas com os trabalhadores Sem Terra. Com esses procedimentos, identificamos três sentidos relacionados ao trabalho, em sua forma mais genérica: 1) trabalho como sobrevivência, 2) como centro da vida e 3) como formação moral. Compreendemos que a dinâmica dependente do capital brasileiro, ao incidir sobre os aspectos biográficos dos sujeitos, configura-se como determinante para a construção desses sentidos. Esse impacto se expressa por meio da imposição de condições como a inserção precoce no mundo do trabalho, a experiência de múltiplas atividades, uma trajetória laboral marcada pela informalidade e a articulação entre superexploração-opressão, principalmente, na vivência das mulheres negras.

A identificação desses sentidos possibilitou a apreensão das características das ideologias do assalariamento e do trabalho por conta própria. A ideologia do assalariamento, ao direcionar a realização abstrata do trabalho, naturaliza sua dinâmica por meio de concepções positivas e morais, levando os trabalhadores a acreditarem que o trabalho duro lhes confere dignidade social. Por outro lado, a ideologia do trabalho por conta própria emerge nos sentidos dos participantes como uma crítica aos aspectos intrínsecos do trabalho assalariado, como a figura do patrão. Contudo, a suposta autonomia propagada por esse discurso acaba cumprindo o papel de isolamento dos trabalhadores, que tentam superar o contexto de precarização.

Embora essas ideologias se manifestem no cotidiano dos participantes, observamos também um constante movimento de crítica a elas, fundamentado na comparação com o trabalho desenvolvido no MST. Nessa perspectiva, a ideologia do trabalho no MST se fortalece na consciência e prática dos trabalhadores, contrastando-se com a ideologia do assalariamento. A ênfase nos afetos que permeiam a relação com a terra, aliada à valorização da possibilidade de produzir e acessar alimentos saudáveis como fruto do próprio trabalho, contrapõe-se diretamente à concepção do trabalho como um simples meio de obtenção de renda. Assim, entendemos que a ideologia do MST, alicerçada na cooperação e na agroecologia, promove novas significações tanto para o trabalho quanto para a vida, apontando caminhos para a construção de uma alternativa que desafia as imposições do capital.

Em relação às limitações desta pesquisa, consideramos que a concentração do seu campo em comunas, isto é, em apenas um tipo dos espaços de luta do MST pode ter restringido a amplitude das informações encontradas, principalmente, em relação à realidade do Movimento no estado do Rio Grande do Norte. Do ponto de vista teórico, reconhecemos a limitação de não termos nos aprofundado de forma minuciosa nos processos que conduzem à formação da consciência de classe, ou seja, à transição do “em-si” para o “para-si”. Essa lacuna se refere tanto à perspectiva das obras de Lukács quanto às contribuições de Vigotski e de seus continuadores.

O aprofundamento dessas questões pode contribuir ainda mais para o fortalecimento da elaboração e consolidação de perspectivas contra-hegemônicas encabeçadas pela classe trabalhadora. Destacamos, ainda, a relevância de estudos que analisem as ideologias presentes no contexto das cooperativas formalizadas do MST, bem como naqueles espaços onde a transição para a matriz agroecológica de produção já tenha sido plenamente efetivada. Essa análise não deve ser motivada apenas pela curiosidade de levantamento de dados, mas pela

urgência de denunciar as ideologias dominantes que dificultam os percursos que ousam desafiar a ordem capitalista.

É igualmente fundamental ressaltar a capacidade transformadora que a agroecologia tem desempenhado nas ações atuais do MST, promovendo uma produção livre de agrotóxicos e voltada para a soberania alimentar. No entanto, Bastos (2018) alerta que o foco excessivo na capacidade de produção, em detrimento da capacidade de luta política, pode representar um risco para a atuação do Movimento. Essa priorização pode levar à necessidade de alianças políticas que resultem em conciliações, enfraquecendo a mobilização da luta de classes. Por essa razão, reafirmamos a importância de não perder de vista que as questões agrária e ambiental estão intrinsecamente articuladas e só podem ser efetivamente superadas a partir da destruição do modelo de produção, que estrutura a atual realidade material.

Diante disso, esta investigação contribui para a ampliação da teoria ao considerar o modelo de relação entre sentido e ideologia proposto por Coelho-Lima et al. (2021), bem como os estudos sobre a ideologia do trabalho. Ao abordar uma experiência que confronta a lógica assalariada, evidenciamos empiricamente a resistência da classe trabalhadora, demonstrando não apenas a possibilidade de uma mudança ideológica na orientação de suas ações, mas também a existência, no cenário atual, de uma ideologia que já se coloca como alternativa ao agronegócio e seu modelo destrutivo. Com base na radicalidade histórica do ser social, consideramos que esta pesquisa tem o potencial de atuar como uma ferramenta política, uma vez que os trabalhadores não só possuem a capacidade de contestar a ordem do capital, mas também de construir — como exemplificado pelo MST — novas formas de sociabilidade e trabalho que rompem com as lógicas impostas pelo sistema vigente.

Referências

- Abílio, L. C. (2021). Empreendedorismo, autogerenciamento subordinado ou viração? Uberização e o trabalhador just-in-time na periferia. *Contemporânea*, 11(3), 933–955.
- Almeida, R. C. M. de, & Souza, M. M. O. de. (2017). A nova cartografia social como instrumento de resistência: Reflexões sobre a história de vida dos camponeses e camponesas na luta pela terra – MST/Goiás. *Campo - Território: Revista de Geografia Agrária*, 12(25), 10–37. <https://doi.org/10.14393/RCT122501>
- Almeida, Y. F. (2022). O trabalho dos motoristas de ônibus: precarização, ideologias e lutas (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. Recuperado de https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/49691/1/Trabalhomotoristasonibus_Almeida_2022.pdf
- Anthony, P. D. (2014). *The ideology of work*. Londres: Routledge.
- Antunes, R. (2006). *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade do mundo do Trabalho*. Campinas: Cortez.
- Antunes, R. (2009). *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- Antunes, R. (2011). *O continente do labor*. São Paulo: Boitempo.
- Antunes, R. (2018). *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo.
- Aruzza, C., Bhattacharya, T. & Fraser, N. (2019), *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo: Boitempo.
- Baldi, L. A. de P.. (2019). A categoria ideologia em Marx e a questão da falsa consciência. *Revista Katálysis*, 22(3), 631–640. <https://doi.org/10.1590/1982-02592019v22n3p631>
- Bastos, P. N. (2018). Desafios políticos e dialógicos ao projeto de reforma agrária popular do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Epitc*, 20(1), 220-235.
- Barros, C. A., & Oliveira, T. L. (2009). Saúde mental de trabalhadores desempregados. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, 9(1), 86-107.
- Bernardes, M. E. M. (2010). O método de investigação na psicologia histórico-cultural e a pesquisa sobre o psiquismo humano. *Revista Psicologia Política*, 10(20), 297-313.
- Bernardes, M. E. M & Beatón, G. A. (2017). TRABALHO, EDUCAÇÃO E LAZER: Contribuições do Enfoque Histórico-Cultural para o Desenvolvimento Humano. – São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades.

- Boito Jr, A. (2023). Os Conflitos de classe na recente história política do Brasil. *Princípios*, 42(166), 9 - 30. <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2023.166.002>
- Borsatto, R. S. & Carmo, M. S. (2013). A Construção do Discurso Agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 51(4), 645-660.
- Borges, J. L. (2007) A transição do MST para a agroecologia. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Londrina, Londrina. Recuperado de <https://repositorio.uel.br/srv-c0003-s01/api/core/bitstreams/adceae99-041d-4350-8a50-7b1f9f058be3/content>
- Brancacci, A. D., Miglioli, A. M. & Senra, G. O. C. (2023). Reprodução social e dependência: superexploração e opressão de gênero na América Latina. *Revista Estudos do Sul Global*, 3, 39–62.
- Bruziguessi, B. & Bezerra, C. S. (2010). Coerção e Consenso: Os Fundamentos da Criminalização dos Movimentos Sociais no Brasil. *Libertas*, 10(1), 42-73.
- Burawoy, M. (2014). *Marxismo sociológico: quatro países, quatro décadas, quatro grandes transformações e uma tradição crítica*. São Paulo: Alameda.
- Caldart, R. S.. (2001). O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. *Estudos Avançados*, 15(43), 207–224. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000300016>
- Carcanholo, M. D.. (2013). O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. *Trabalho, Educação E Saúde*, 11(1), 191–205. <https://doi.org/10.1590/S1981-77462013000100011>
- Carli, R. O conceito de ideologia no último Lukács. (2007). *Revista Novos Rumos*, 47. <https://doi.org/10.36311/0102-5864.22.v0n47.2104>
- Carmo, F. M., & Jimenez, S. V. (2013). Em busca das bases ontológicas da psicologia de Vygotsky. *Psicologia em Estudo*, 18(4), 621-631. <https://doi.org/10.4025/psicologiaestud.v18i4.18707>
- Carmo, L. J. O., Assis, L. B., Gomes Júnior, A. B. & Teixeira, M. B. M. (2021). O empreendedorismo como uma ideologia neoliberal. *Cadernos EBAPE.BR*, 19(1). 18-31.
- Christoffoli, P. I. (2015). Elementos introdutórios para uma história do cooperativismo e associativismo rurais no Brasil. Em H. Novaes, A. D. Mazin & L. Santos (Org.), *Questão Agrária, Cooperação e Agroecologia Vol. 1* (pp. 169–188). São Paulo: Outras Expressões.

- CONCRAB. Perspectivas da cooperação agrícola nos assentamentos. *Caderno de Cooperação Agrícola*, 4, 1-18.
- Coelho-Lima, F. (2016) Ideologia e significado do trabalho: o caso dos trabalhadores por conta própria. (Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal). Recuperado de: https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/1/FellipeCoelhoLima_TESE.pdf
- Coelho-Lima, F. (2018). Ideologia em Lukács: Contribuições para a Psicologia. Em I. F. Oliveira, I. L. Paiva, A. L. F. Costa, J. P. Costa & L. I. C. Santos (Orgs.), *Marx Hoje: pesquisa e transformação social - Volume II* (pp. 153-181). São Paulo: Outras expressões.
- Coelho-Lima, F., Varela, V. & Bendassolli, P. F. (2021). Ideology, sense, and meaning: A theoretical-methodological approach. *Culture & Psychology*, 27(1), 152-171. <https://doi.org/10.1177/1354067X21993795>
- Coelho-Lima, F. (2021). La ideología del trabajo en el capitalismo de plataformas. Em C. P. Cavero & L. T. Arce (Coords.), *Mundo del trabajo y las organizaciones en transformación: desafíos sociales, políticos y éticos* (pp. 415–436). Arequipa: Aletheya. https://vrip.unmsm.edu.pe/wp-content/uploads/2023/03/VF_MUNDO_TRABAJO_ORGANIZACIONES_TRASFORMACION-2021-.pdf
- Coletti, C. (2005). A trajetória política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal (Tese de doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Recuperado de <https://repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=497420>
- Costa, E. M. & Tuleski, S. C. (2018). Crítica ao método de pesquisa construcionista social a partir da psicologia vigotskiana. *Psicologia Escolar e Educacional*, 22(1), 195-204.
- Cruz Neto, O. (2001). O trabalho de campo como descoberta e criação. In M. C. S. Minayo (Org.), *Teoria, método e criatividade* (pp. 51–66). Petrópolis: Vozes. <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>
- Dal Magro, M. L. P., & Coutinho, M. C.. (2008). Os sentidos do trabalho para sujeitos inseridos em "empreendimentos solidários". *Psicologia Em Estudo*, 13(4), 703–711.
- Dardot, P. & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo.
- Delari Jr, A.. (2011). Sentidos do “drama” na perspectiva de Vigotski: um diálogo no limiar entre arte e psicologia. *Psicologia em Estudo*, 16(2), 181–197.

- Dias, C. A., Siqueira, M. V. S., Morais, A. P. S. & Gomes, K. B. P. (2019). Ideologia gerencialista e adoecimento mental no trabalho: uma análise crítica. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 22(2), 186-198.
- Dias, C. F. (2021). *Dialética na práxis e consciência de classe do MST (Brasil) e MNCI (Argentina)* (Tese de Doutorado). Universidade de Brasília, Brasília. Recuperado de https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/41252/1/2021_CristianeFrancelinaDias.pdf
- Dominczak, P. R. R., Marcatti, A. A. & Marcatti, B. A. (2020). A questão agrária em Marx e sua assimilação no Brasil. *Trabalho necessário*, 18(36), 279–302.
- Duayer, M. (2012). Marx e a crítica ontológica da sociedade capitalista: crítica do trabalho. *Revista de Economia Política*, 32(4), 497–514. <https://doi.org/10.1590/S0101-31572012000400002>
- Duayer, M., & Araujo, P. H. F. (2016). Para a crítica da centralidade do trabalho: contribuição com base em Lukács e Postone. *Revista Em Pauta*, 15(1).
- Eagleton, T. (1997). *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Boitempo.
- Engels, F. (2019). *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Boitempo.
- Farias, T. M., & Campos, H. R. (2021). Psicologia e ontologia: fundamentos para uma reflexão crítica sobre a produção de conhecimento. *Psicologia USP*, 32(e210062), 1-10. <https://doi.org/10.1590/0103-6564e210062>
- Fernandes, B. M. (2000). *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- Figueiredo, G. C. & Pinto, J. M. R. (2014). Acampamento e assentamento: participação, experiência e vivência em dois momentos de luta pela terra. *Psicologia & Sociedade*, 26(3), 562-571.
- Furtado, V. C., & Pinheiro, P. W. M. (2021). Método, Psicologia Histórico-Cultural e Ontologia do Ser Social: Vygotski e Lukács e a leitura onto-histórica da subjetividade. *Crítica e Sociedade: Revista de Cultura Política*, 11(1), 24-39. <https://doi.org/10.14393/RCS-v11n1-2021-59392>
- Galeano, E. (2010). *As veias abertas da América Latina*.
- Góes, M. C. R., & Cruz, M. N. (2006). Sentido, significado e conceito: notas sobre as contribuições de Lev Vygotski. *Pro-Posições*, 17(2), 31–45.
- Gorender, J. (2016). *Escravidão colonial*. São Paulo: Expressão Popular.
- Goldfarb, Y. (2007). A luta pela terra entre o campo e a cidade: as comunas da terra do MST, sua gestação, principais atores e desafios (Dissertação de Mestrado). Universidade de

- São Paulo, São Paulo. Recuperado de https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-02012008-112829/publico/TESE_YAMILA_GOLDFARB_PARTE_I.pdf
- Goldfarb, Y. (2024, 12 de setembro). Fogo, grilagem e violência: como o agronegócio avança botando lenha no crime. Fundação Rosa Luxemburgo. <https://rosalux.org.br/fogo-grilagem-e-violencia-como-o-agronegocio-avanca-botando-lenha-no-crime/>
- Gonçalves, S. (2008). Campesinato, resistência e emancipação: o modelo agroecológico adotado pelo MST no estado do Paraná (Tese de doutorado). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente. Recuperado de <https://repositorio.unesp.br/items/1104d549-dbf6-44c1-b31a-ecda4ce2c0e9>
- Gonzalez, L. (2020). Por um Feminismo Afro-Latino-Americano. Rio de Janeiro: Zahar.
- Hamilton, M. B. (1987). The elements of the concept of ideology. *Political Studies*, 35(1), 18–38.
- Konder, L. (2020). *A questão da ideologia*. São Paulo: Expressão popular.
- Kosik, K. (2002). *Dialética do concreto*. São Paulo: Paz e Terra
- Lacerda Júnior, F. & Guzzo, R. S. L. (2006). MST e consciência de classe: estudo a partir da trajetória de vida de um militante. *Psicologia Política*, 6(12), 289-375.
- Laureano, P.. (2018). Repetição, negação e ideologia. Marx, Hegel e o problema do sujeito. *Trans/formação*, 41(3), 105–124. <https://doi.org/10.1590/0101-3173.2018.v41n3.06.p105>
- Leontiev, A. (2004). *O desenvolvimento do psiquismo*. São Paulo: Centauro.
- Lessa, S. (2012). *Mundo dos homens: Trabalho e ser social*. São Paulo: Instituto Lukács.
- Linhares, M. Y., & Silva, F. C. T. (2021). *Terra prometida: uma história da Questão Agrária no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular.
- Löwy, M. (2000). *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. São Paulo: Cortez.
- Luce, M. S. (2012). A superexploração da força de trabalho no Brasil. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política (Revista da SEP)*, 1(32), 119-141.
- Lukács, G. (1967). La categoria de la particularidad. In *Estética 1: La peculiaridad de lo estético*. Tomo 3: Categorías psicológicas y filosóficas básicas de lo estético. Barcelona/México: Grijalbo.
- Lukács, G. (2012). *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo.
- Lukács, G. (2013). *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo.
- Marini, R. M. (2017). Dialética da dependência. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, 9(3), 325-356.

- Martín-Baró, I. (2017). *Crítica e libertação na psicologia: estudos psicossociais*. Petrópolis: Vozes.
- Martins, C. (2012). O cooperativismo no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Temporais*, 12(23), 209-229.
- Martins, J. S. (1981). *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- Martins, J. S. (2015). *O cativo da terra*. São Paulo: Contexto.
- Martins, L. M., & Rabatini, V. G. (2011). A concepção de cultura em Vigotski: contribuições para a educação escolar. *Revista Psicologia Política*, 11(22), 345-358.
- Martins, S. A., & Santos, F. S. (2013). A formação política de militantes do MST: relatos de pesquisas. *Germinal: Marxismo E educação Em Debate*, 4(1), 82-91. <https://doi.org/10.9771/gmed.v4i1.9406>
- Marx, K., & Engels, F. (2007). *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo.
- Marx, K., & Engels, F. (2008). *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Expressão Popular.
- Marx, K. (2010). *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo.
- Marx, K. (2013). *O capital: crítica da economia política. Livro 1: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo (Publicado originalmente em 1867).
- Mészáros, I. (2004). *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo (Publicado originalmente em 1989).
- Mészáros, I. (2011). *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo.
- Mészáros, I. (2016). *A Teoria da Alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo (Publicado originalmente em 1970).
- Moreira, E. R. F., Targino, I., & Alberto, M. F. P. (2002). Condições e organização do trabalho precoce na agricultura e seus impactos sobre a saúde. *Cadernos Logepa*, 1(2), 59-70.
- Morissawa, M. (2001). *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular.
- Mota, M. E., & Paula, M. C. (2013). A questão de gênero no MST e a educação do campo. *Revista De Educação Popular*, 11(2). <https://doi.org/10.14393/REP-2012-20288>
- Moura, C. (1983). Escravismo, Colonialismo, Imperialismo e Racismo. *Afro-Ásia*, 14.
- Moura, C. (1994) O Racismo como arma ideológica de dominação. *Revista Princípios*, 34.
- Moura, C. (2000). *Sociologia Política da Guerra Camponesa de Canudos: Da destruição do Belo Monte ao aparecimento do MST*. São Paulo: Expressão Popular.
- Moura, C. (2014). *A dialética radical do Brasil negro*. São Paulo: Anita.
- Moura, C. (2021). *Quilombo: resistência ao escravismo*. Teresina: EDUESPI.

- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. (2014). *Programa agrário do MST*. <https://mstbrasilien.de/wp-content/uploads/2014/02/Cartilha-Programa-agr%C3%A1rio-do-MST-FINAL.pdf>
- Netto, J. P. (2011) *Introdução ao materialismo histórico e dialético*. São Paulo: Expressão Popular.
- Novaes, H. T., Pires, J. H. & Silva, D. R. (2016). Cooperação e cooperativismo do MST de São Paulo: uma análise das ações do Estado capitalista que bloqueiam o potencial educativo do trabalho associado. Em A. D. Mazin, H. Novaes, J. H. Pires & J. A. Lopes (Org.), *Questão Agrária, Cooperação e Agroecologia* Vol. 2 (pp. 99–134). São Paulo: Outras Expressões.
- Oliveira, A. U. (2013). O campo brasileiro no final dos anos 1980. In J.P. Stédile (Org.), *A questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990* (pp. 55-80). São Paulo: Expressão Popular.
- Paiva, B. A., Souza, C. L. S., & Cardoso, M. G. (2021). Renda da terra e superexploração da força de trabalho: Sentidos da luta de classes e extração de valor no capitalismo dependente. *Novos rumos*, 58(1), 105-117.
- Pamplona, P., & Mendes, C. E. (2020). A Memória das Comunidades Eclesiais de Base à Luz da Psicologia da Libertação. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 20(2), 665-681.
- Pasqualini, J. C., & Martins, L. M.. (2015). Dialética singular-particular-universal: implicações do método materialista dialético para a psicologia. *Psicologia & Sociedade*, 27(2), 362–371. <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n2p362>
- Ranieri, J., & Silva, N. R. (2011). A ideologia e sua fundamentação no trabalho. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, 39, 179-195.
- Rojas, G. A., & Adissi, P. O. (2015). A criminalização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): um balanço da literatura e o estudo do caso Pocinhos (PB). *Raízes: Revista De Ciências Sociais E Econômicas*, 35(1), 93–108. <https://doi.org/10.37370/raizes.2015.v35.429>
- Romanelli, N. (2011). A questão metodológica na produção vigotskiana e a dialética marxista. *Psicologia em Estudo*, 16(2), 199–208.
- Rosa, L. A., & Silva, A. P. S. (2015). Sujeito político dramático: mudanças vivenciadas por uma militante do MST. *Psicologia & Sociedade*, 27(1), 47–57. <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n1p047>
- Rosa, M. P. (2017). *Os sentidos do trabalho camponês na produção do tabaco e na agroecologia: possibilidades de transformação e resistência* (Dissertação de mestrado).

- Universidade de São Paulo, São Paulo. Recuperado de https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde04072018174547/publico/rosa_me.pdf
- Rosa, M. P. (2022). *Campesinato e luta de classes: um estudo psicológico sobre o processo de consciência* (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo. Recuperado de <https://doi.org/10.11606/T.47.2022.tde-03102022-160033>
- Rückert, B. & Aranha, A. V. S. (2018). Lutar por saúde é lutar por reforma agrária: estudo sobre práticas de saúde no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Saúde e Sociedade*, 7(3), 2-10.
- Santos, S. F. (2015). A questão agrária no Brasil: da modernização conservadora ao agronegócio. Em H. Novaes, A. D. Mazin & L. Santos (Org.), *Questão Agrária, Cooperação e Agroecologia* Vol. 1 (pp. 41–64). São Paulo: Outras Expressões.
- Santos, A. L. & Gimenez, D. M. (2018). Desenvolvimento, competitividade e a reforma trabalhista. Em J. D. Krein, D. M. Gimenez & A. L. Santos (Org.), *Dimensões crítica da reforma trabalhista no Brasil* (pp. 27–68). Campinas: Curt Nimuendajú.
- Santos, J. C. B., & Hennington, E. A. (2013). Aqui ninguém domina ninguém: sentidos do trabalho e produção de saúde para trabalhadores de assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Cadernos de Saúde Pública*, 29(8), 1595–1604. <https://doi.org/10.1590/0102-311x00096612>
- Salvaro, G. I. J. (2004). Jornadas de trabalho de mulheres e homens em um assentamento do MST. *Revista Estudos Feministas*, 12(1), 321–330. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100017>
- Silva, A. S. D. (2003). Consciência política, identidade coletiva, família e MST nos estudos psicossociais. *Psicologia Política*, 3(5), 39-55.
- Silva, E. J. M. (2019). Sistemas alimentares, soberania alimentar e a vida das mulheres: elementos para o debate. Em Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), *Mulheres e Soberania Alimentar: sementes de mundos possíveis* (pp. 42–56). Rio de Janeiro: Instituto PACS.
- Scopinho, R. A. (2007). Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais. *Psicologia & Sociedade*, 19(1), 84-94.
- Sewo, M. T. (2020). *Trabalho coletivo e dinâmicas de formação no contexto do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): Análise de necessidades na perspectiva da Psicologia Social Comunitária* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Recuperado de <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/68869>

- Silva, N. R. (2015). Sobre a dinâmica da ideologia à luz da interpretação lukacsiana. *Mediações*, 20(1), 338-358.
- Souza, R. B. R. (2017). Lukács, Mészáros e a atualidade da noção de ideologia. *Lutas Sociais*, 21(38), 40-50. <https://doi.org/10.23925/ls.v21i38.33242>
- Souza, C. L. S. (2018). Questão agrária, migração temporária e superexploração: uma síntese a partir do Vale do Jequitinhonha. *Revista Katálysis*, 21(3), 611–620. <https://doi.org/10.1590/1982-02592018v21n3p611>
- Souza, A. L. de, & Schneider, S. (2022). Internalização da soberania alimentar: desafios do MST em construir caminhos alternativos. *Retratos De Assentamentos*, 25(2), 266-299. <https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2022.v25i2.497>
- Souza, C. L. S. (2023). A indissociabilidade entre racismo e superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente. *Serviço Social & Sociedade*, 146(1), 16–35. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.301>
- Stédile, J. P. & Fernandes, B. M. (2005). *Brava gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Amaro.
- Stédile, J. P. (2011). A questão agrária no Brasil: o debate tradicional 1500-1960. São Paulo: Expressão Popular.
- Stédile, M. E. (2015). Levantados do chão: questão agrária e a organização dos camponeses na luta pela terra. Em H. Novaes, A. D. Mazin & L. Santos (Org.), *Questão Agrária, Cooperação e Agroecologia* Vol. 1 (pp. 65–84). São Paulo: Outras Expressões.
- Tozato, G. S. (2023). *Trabalho, subjetividade e América Latina: as alternativas populares no Brasil e na Colômbia* (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo. Recuperado de <https://repositorio.pucsp.br/handle/handle/40738>
- Traspadini, R. (2016). Imperialismo, dependência e questão agrária: a trajetória do MST entre novas velhas encruzilhadas (Tese de doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Recuperado de <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-ADQHWL/1/tesefinaltraspadiniufmgabril2016.pdf>
- Tuleski, S. C. (2008). *Vygotski: A construção de uma psicologia marxista* (2ª ed.). Maringá: Eduem.
- Vaisman, E. (2010). A ideologia e sua determinação ontológica. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, 12, 40-64.
- Vasconcelos, C. A., Carvalho, D. M., & Santos, W. S. (2022). O trabalho infantil na agricultura familiar de povoados dos perímetros irrigados de Itabaiana/Se e seus reflexos na Educação. *Trabalho & Educação*, 31(1), 27-45.

- Vendramini, C. R. (2005). A Experiência Coletiva como Fonte de Aprendizagens nas Lutas do Movimento Sem Terra no Brasil. *Revista Lusófona de Educação*, 6, 67-80.
- Vigotski, L. S. (1995). *Obras Escogidas: Vol. 3. Problemas del desarrollo de la psique*. Madrid, España: Visor.
- Vigotski, L. S. (1996) O problema da consciência para a psicologia do comportamento. Em _____, *Teoria e método em psicologia* (pp. 56-85). São Paulo: Martins Fontes (Publicado originalmente em 1925).
- Vigotski, L. S. (1999). *O significado histórico da crise na Psicologia*. In: *Teoria e método em Psicologia*. São Paulo: Martins Fontes (Publicado originalmente em 1927).
- Vigotski, L. S.. (2000). Manuscrito de 1929. *Educação & Sociedade*, 21(71), 21–44. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302000000200002>
- Vigotski, L. S. (2009). *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes. (Publicado originalmente em 1934).
- Vigotski, L. S. (2018). *Sete aulas de L.S. Vigotski sobre os fundamentos da pedologia*. Rio de Janeiro: E-Papers.
- Weber, M. (2004). *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras (Publicado originalmente em 1905).
- Zanella, A. V., Reis, A. C., Titon, A. P., Urnau, L. C., & Dassoler, T. R.. (2007). Questões de método em textos de Vygotski: contribuições à pesquisa em psicologia. *Psicologia & Sociedade*, 19(2), 25–33. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000200004>
- Zanella, A. (2020). *Psicologia histórico-cultural em foco: aproximações a alguns de seus fundamentos e conceitos*. Florianópolis: Edições do Bosque.

Apêndice

Roteiro de entrevista

Questões sociodemográficas

1. Qual é a sua idade?
2. Qual raça/cor você se declara?
3. Qual é o seu nível de escolaridade?
4. Qual é o seu estado civil?
5. Qual é a sua renda?
6. Você tem filhos? Quantos?

Trajetória no trabalho e no MST

7. Quando foi a primeira vez que trabalhou? O que levou a trabalhar nessa idade?
8. Que outras experiências laborais você teve e como ocorreu a passagem de um trabalho a outro?
9. Já vivenciou algum conflito entre patrão e trabalhador? Quais saídas você enxerga para esse conflito?
10. Como aconteceu sua entrada no MST? Há quanto tempo está no Movimento?
11. O que mudou na sua atividade laboral após entrar no MST?

Sentidos do trabalho

12. O que é trabalhar?
13. Por que alguém trabalha?
14. Que lugar o trabalho tem na sua vida?
15. Como você descreveria o trabalho no MST?
16. Como você se sente ao participar e trabalhar no MST?

Contexto de trabalho

17. Como funciona sua rotina de trabalho?
18. O que há de satisfatório e insatisfatório nas relações de trabalho no MST?
19. Como você avalia suas condições de trabalho? (Acesso às políticas de crédito e incentivo a agricultura familiar)
20. O que você gostaria de mudar no seu trabalho e como é possível mudar isso?
21. Como é a sua relação com os outros trabalhadores da Comuna?
22. Como é a sua relação com as lideranças e dirigentes do MST?
23. Você já vivenciou algum tipo de ameaça ou violência por estar em uma ocupação do MST? Como lidou com isso?

24. Você já enfrentou preconceitos por participar do MST? Como lidou com isso?

Envolvimento nas lutas

25. Como você chegou a essa Comuna? Você participou da ocupação inicial? Por que participou?

26. Você já participou de outras ocupações? Como foi a experiência?

27. Para que servem as ocupações e manifestações? Como você avalia esses instrumentos?

28. Você costuma participar das reuniões organizativas? Como você avalia esses espaços?

29. Você participou de alguma manifestação contra a CPI do MST?

30. Quais ações, individuais ou coletivas, você consideraria importante para melhorar o trabalho no MST?

Projetos

31. Quais são seus planos para o futuro no trabalho?

32. Quais são seus projetos no MST?

33. Quais seus projetos para o seu trabalho no MST?

Imagens







